

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

**SILVIA NÉLI DE LIMA GUEDES ALVES**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM PACTO ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO ENFRENTAMENTO DO  
CARÁTER DESTRUTIVO DO CAPITALISMO**

**MACEIÓ**

**2009**

**SILVIA NÉLI DE LIMA GUEDES ALVES**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM PACTO ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO ENFRENTAMENTO DO  
CARÁTER DESTRUTIVO DO CAPITALISMO**

Dissertação de mestrado  
apresentada ao programa de pós-  
graduação da Faculdade de Serviço  
Social da Universidade Federal de  
Alagoas para a obtenção do título de  
mestre em Serviço Social.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Maria Virgínia Borges Amaral

Maceió

2009

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

A474r Alves, Silvia Neli de Lima Guedes.  
Responsabilidade social : um pacto entre Estado e sociedade civil no  
enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo / Silvia Neli de Lima Guedes  
Alves. – Maceió, 2009.  
112 f.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 104-112.

1. Responsabilidade social. 2. Neoliberalismo. 3. Capitalismo. 4. Sociedade  
civil. 5. Políticas públicas. 6. Solidariedade. I. Título.

CDU: 364.144



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

---

Membros da Comissão julgadora de defesa de dissertação da mestranda Silvia Néli de Lima Guedes Alves, intitulada "**A Responsabilidade Social: um pacto entre Estado e sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do capital**", apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

COMISSÃO JULGADORA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Virginia Borges Amaral

Orientadora – PPGSS/UFAL

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Reivan Marinho de Souza

PPGSS/UFAL

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Santana do Amaral

PPGSS/UFPE

Maceió- AL  
2009

Dedico este trabalho aos meus filhos,  
Amanda Caroline e Ivo Gabriel.  
Ao meu marido Anderson, pelo incentivo  
e a confiança em mim depositada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me iluminou nesta caminhada, e me fez chegar até aqui;

A minha orientadora, Dra. Maria Virgínia Borges Amaral, pela paciência e carinho com que sempre me atendeu;

A profa. Dra. Reivan Marinho de Souza, membro da Banca de Qualificação, pelas valiosas contribuições, que tanto enriqueceram este trabalho, dando contornos mais bem definidos a esta dissertação;

Ao Sidney Wanderley; sua correção deu um toque final ao meu trabalho;

À amiga de todas as horas, Ma. Valéria Coelho de Omena que sempre me incentivou, e que, com muita paciência, disponibilizou seu tempo para ouvir meus questionamentos;

A todos os amigos com quem compartilhei conquistas e dificuldades durante esta empreitada, em especial, Ana Márcia, Antonio Jeremias, Abraão, Bartolomeu e todos que, mesmo a distância me apoiaram e me incentivaram a continuar.

Pensamento

“A força é o parteiro de toda sociedade velha  
que traz uma nova em suas entranhas”

Karl Marx

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as estratégias das ações de responsabilidade social para o enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo sobre o mundo do trabalho, e como objetivo geral analisar a forma como o Estado tem convocado a sociedade civil para, em uma parceria, administrar as expressões da questão social. Apreendemos que o Estado em sua fase neoliberal encontra-se em total consonância com as propostas de expansão do capital, transferindo para o mercado e para os indivíduos a responsabilidade sobre a redução das desigualdades e a construção da justiça social. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica. O período do capitalismo estudado se dá a partir de sua fase monopolista, quando se visualiza as expressões da pobreza como sendo uma questão social. A perspectiva histórico-crítica é o referencial adotado para a realização da pesquisa e para a exposição do objeto estudado. Abordamos o caráter destrutivo do capital, suas estratégias de expansão, bem como suas ofensivas ao mundo de trabalho. Em seguida, descrevemos o surgimento da questão social e a adoção de políticas sociais como respostas às suas sequelas. Por fim, abordamos a natureza do Estado neoliberal e a participação da sociedade civil, em particular das empresas privadas, no enfrentamento das expressões da questão social. Concluimos que as práticas de responsabilidade social dos empresários nada mais são que uma estratégia do capital para enfrentar sua lógica destrutiva e manter a hegemonia da classe dominante.

Palavras-chave: Responsabilidade social, Neoliberalismo, Sociedade Civil, Políticas Públicas Sociais, Solidariedade.

## ABSTRACT

This work aims to study the action strategies in facing the destructive character of the capitalism above the world of work, e has as general objective analyze the way how the State has convened the civil society, for together, administrate the expressions of the social question. We learned that the State in its neoliberal phase is in full accordance with the proposals of expansion of the capital, transferring for the market and for the individuals the responsibility for the reduction of the inequality and the construction of the social justice. We initially conducted a study above the destructive character of the capitalist production, explaining how the capital surpasses its crisis and, finds alternatives for its expansion. For the development of the research, we used as methodological resource the bibliographic research. The studied period of the capitalism begins in its monopolist phase, when you see the poverty expressions as being a social question. The story-critical perspective is the reference adopted for the achievement of the research e for exposure of the studied object. We approached on the destructive character of the capital, its strategies of expansion, as well its offensives against the work world. Then, we described the appearance of the social question and the adoption of social policy as answers for its sequelaes. Finally, we addressed the nature of the neoliberal State and the participation of the civil society, in particular of the private companies, in facing the expressions of the social question. We concluded that the practices of social responsibility of the entrepreneurs is nothing more than, a strategy of the capital for surpass its crisis, in particular, the lived in the year of 1970, and keep the hegemony of the dominant class.

Key words: Social Responsibility, Civil society, Neoliberalismo, Public politics, solidarity

## LISTA DAS SIGLAS

- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CCQs – Círculos de Controle de Qualidade
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISS – Imposto sobre Serviços
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- OSCs – Organizações da Sociedade Civil
- OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- PDRE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
- PNB – Produto Nacional Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRONAV- Programa Nacional do Voluntariado

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

### SEÇÃO I – O CARÁTER DESTRUTIVO DO CAPITAL

1.1- A produção destrutiva do capitalismo.....	15
1.2 - A crise estrutural do capital e as estratégias de expansão.....	19
1.3- As ofensivas ao trabalho no capitalismo contemporâneo.....	27

### SEÇÃO II –AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO SOCIAL

2.1–O surgimento da questão social.....	35
2.2 – As políticas sociais como respostas à questão social.....	43
2.3 – A relação entre o público e o privado .....	49

### SEÇÃO III – A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ORDEM CAPITALISTA

3.1– O Estado neoliberal.....	54
3.2 – Conceito de sociedade civil – seu sentido avesso dentro do neoliberalismo .....	64
3.3 - As proposta do Estado e da sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social .....	73
3.4 - O trabalho voluntário como prática de responsabilidade social corporativa .....	91

CONCLUSÃO .....	98
-----------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
---------------------------------	-----

## INTRODUÇÃO

O meu interesse pela pesquisa sobre O tema, é edvindo de minha experiência profissional tanto na esfera privada como na esfera pública, na área de Administração de Recursos Humanos, participando de projetos para a implementação de programas de responsabilidade social no interior das empresas privadas, e em programas de parceria entre órgãos públicos e instituições privadas. No acompanhamento desses trabalhos, surgiram algumas indagações que me despertaram o interesse por pesquisar o tema. Iniciamos o nosso estudo partindo dos seguintes questionamentos: Quais os interesses econômicos que envolvem as ações de responsabilidade social? Até que ponto as atividades de responsabilidade social contribuem verdadeiramente para a redução da pobreza e das desigualdades sociais? O trabalho dos agentes voluntários, que atuam nos programas de responsabilidade social, tem contribuído para que as classes subalternas adquiram a consciência de direitos sociais, ou perpetuam a idéia de serem o alvo da “bondade” da classe dominante? Serão as atividades de responsabilidade social, uma estratégia do capital a fim de mascarar o seu caráter destrutivo e contraditório? O que está por trás da convocação da sociedade civil por parte do Estado para atuar no social ?

A partir desses questionamentos, definimos como nosso objetivo geral de estudo, analisar as estratégias das ações de responsabilidade social e sua ligação com a expansão do capital. Definimos como objetivos específicos, os seguintes pontos; Identificar a contribuição de tais ações para a redução da pobreza e das desigualdades sociais; Investigar o interesse das empresas privadas em atuar na área social ; analisar o interesse do Estado em convocar a sociedade civil para participar de ações sociais, despertando nas pessoas o sentimento de solidariedade.

Neste sentido, verificamos que a história do capitalismo apresenta diferentes estágios de desenvolvimento decorrente da expansão das forças produtivas, resultando num complexo histórico das relações sociais de produção. Destacamos o capitalismo monopolista, chegando até as três últimas décadas do século XX, em que ocorreram imensas transformações, seja na forma de se

relacionarem capital e trabalho, seja nas relações entre estes e o Estado, e deste último com a sociedade civil.

Neste contexto sócio-histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista, veremos o caráter destruidor do capitalismo e sua relação com o trabalho, por ser algo que instiga, sobremaneira, uma investigação e o aprofundamento teórico. A problemática em estudo objetiva o desvendar da realidade num movimento dialético, ou seja, tomar como ponto de partida a realidade e a sua reconstrução no plano intelectualivo, para então desmistificar o fenômeno<sup>1</sup>.

Tratamos dos pressupostos do capital, contidos no seu processo de expansão, como sendo uma das alternativas usadas para o enfrentamento da atual crise do capital. Tratamos, mais precisamente, das estratégias circunscritas nas ações de responsabilidade social praticadas pelas empresas privadas, tanto para com os seus empregados como para a comunidade circunvizinha, em decorrência da lógica destrutiva do capital sobre o trabalho.

Estamos considerando que as ações de responsabilidade social surgem a partir de uma parceria entre o Estado e a sociedade civil, incluídas no projeto neoliberal, que visa responsabilizar esta última, pela construção de uma sociedade mais igualitária. A análise deste tema é feita na perspectiva marxista; recupera-se o debate crítico em torno do caráter destrutivo do capital e suas implicações para a relação capital/trabalho. Sendo assim, nosso estudo considera que as ações de responsabilidade social propostas pelo discurso de solidariedade, se apresentam como uma ferramenta defendida pelo Estado e pelas empresas para envolver a classe trabalhadora no projeto de expansão do capital, num estágio em que o capitalismo passa por mais uma de suas crises, crise esta considerada estrutural (Mészáros, 2002), e que se torna necessário mistificar o processo, cada vez mais profundo, de exploração do trabalhador.

---

<sup>1</sup> Segundo Chasin (s/d,mimeo), “o segredo fundamental do método dialético é exatamente estabelecer a concretude. É exatamente caminhar a partir da visão difusa e confusa, caótica, da completude da empiricidade, para a concretude, passando pela abstração. Parte-se da pletora empírica desordenada, ordena-se por abstrações, e destas abstrações se volta à empiricidade. Mas agora esta empiricidade não é mais a empiricidade, mas a concretude.”

A partir dos pressupostos encontrados no pensamento marxista, levantamos a hipótese de que o discurso “solidário” da responsabilidade social empresarial na atualidade repõe os fundamentos do caráter destrutivo e explorador da produção capitalista, presentes em suas argumentações. Baseados nesta hipótese, tomamos os textos de Mészáros para apreender os contornos da atual crise do capital, e os textos de Chesnais (2007) que demonstram a capacidade do capital para a superação dos limites que se opõem ao seu desenvolvimento. Acreditamos que as ações de responsabilidade social figuram dentro de um conjunto de medidas adotadas pelo capital no enfrentamento de sua crise atual. Em suma, é preciso elucidar que esta hipótese relaciona o debate da responsabilidade social com a crítica ao modo de produção capitalista feita por Marx e que, a partir daí, será discutida a relação de tais ações com o projeto neoliberal.

Neste ponto, apresentamos como corolário da hipótese central a atuação do Estado liberal e suas políticas sociais a partir do capitalismo monopolista. Torna-se importante esclarecer que será considerado Estado “um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras [...] que possibilitam a ação do governo.”(HOFLING, 2001, p.31). Interessamos também analisar as características de um Estado de bem-estar liberal, no qual se garante apenas um nível mínimo de bem-estar e, em princípio, somente àqueles comprovadamente indigentes. Neste modelo de Estado não se admite o conceito de direitos sociais e que estes devam ser garantidos pelo Estado. A forma pela qual o Estado liberal organiza a proteção social traz sérias consequências, como o aprofundamento das desigualdades sociais e uma estratificação entre os trabalhadores, por exemplo, os rurais e os urbanos, os assalariados e os não-assalariados (LAURELL, 2002). Do ponto de vista liberal, o gozo dos benefícios deve corresponder a uma contrapartida: o desempenho do trabalho ou o pagamento dele. Portanto, deduz-se que a garantia da sobrevivência e de um mínimo de bem-estar estão condicionados a uma relação salarial, reforçando a condição da força de trabalho como mercadoria.

Apresentaremos aspectos que caracterizam o tratamento da questão social, sendo esta adotada, conforme Yamamoto (1983, p.77), como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de

seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Assim, acreditamos que o debate acerca das ações de responsabilidade social encerra um projeto de cunho conservador que produz uma mistificação do caráter explorador do capital, levando à construção de um pensamento em que a sociedade civil, e em particular as empresas privadas, podem se co-responsabilizar pelas mazelas existentes em decorrência da produção destrutiva do capital.

Com isso queremos dizer que, na medida em que esta retórica da “responsabilidade social” convoca as empresas privadas a participarem com ações focalizadas e esporádicas, viabiliza-se o fortalecimento do mercado por via de uma imagem de “empresa cidadã”, desobrigando cada vez mais o Estado moderno de sua atuação no campo das políticas sociais. Uma das análises de políticas sociais é de que estas são “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades geradas pelo sistema socioeconômico” (HOFLING, 2001, p.31). O outro extremo explica a sua existência exclusivamente como decorrência da luta da classe trabalhadora. Em ambas encontramos o predomínio de uma visão do Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses e de luta de classe (BEHRING, 2006).

Para a realização deste debate fizemos a opção metodológica por um aprofundamento e revisão bibliográfica que nos dessem subsídios para apreender, em seu processo histórico, o caráter destrutivo da produção capitalista e suas relações sócioeconômicas. Sem a pretensão de esgotar o debate, nos propusemos a desvelar o discurso da “solidariedade” e da “justiça social” contidas nos fundamentos da responsabilidade social das empresas privadas, e como este discurso contribui para mistificar os direitos da classe trabalhadora e as políticas públicas como dever do Estado.

Estruturamos nosso trabalho de maneira a contemplar na Seção I o caráter destrutivo do capital, destacando a crise que emergiu nos anos de 1970, suas formas de enfrentamento e, as ofensivas que atingiram a classe trabalhadora.

A Seção II apresenta uma abordagem sobre a questão social que surgiu dentro do capitalismo monopolista e que perdura até os dias de hoje, bem como as ofensivas ao mundo do trabalho.

Por último, na Seção III, procuramos analisar as propostas do Estado neoliberal, o conceito de sociedade civil e o que se encontra por trás do debate das ações de responsabilidade social empresarial, que inclui em seus programas a participação dos empregados no voluntariado, numa intensificação da exploração.

## I – O CARÁTER DESTRUTIVO DO CAPITAL

### 1.1- A produção destrutiva no capitalismo

Com a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital, há uma subordinação do trabalho ao capital. Não há mais limites aos seus próprios procedimentos produtivos, estimulando e manipulando o consumo, e assim abrindo caminhos para o seu desenvolvimento. Desta forma, o trabalhador não só foi separado dos seus meios de produção, como também percebeu que tais meios foram transformados em meios de capital. É Mézáros (1989) que ressalta que os meios de produção, ao se afastarem do trabalhador, não se tornam independentes; apenas se libertam das necessidades humanas e passam a servir aos ditames da lógica imanentes ao capital. Portanto, todo emprego do capital em meios de produção que não esteja atendendo aos imperativos expansionistas deve ficar em segundo plano ou ser eliminado, mesmo que seja socialmente útil, isto é, necessário ao bem da humanidade.

O capital torna o valor de uso subordinado ao valor de troca. Isso significa que para o capital o importante é que haja a transação comercial, não importando a intensidade com que esta mercadoria seja utilizada; pelo contrário, o que importa é que ocorra um decréscimo de suas horas de uso. Segundo Mézáros (1989,p.25), “reduzir a verdadeira taxa de uso tem sido um dos principais meios através dos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento incomensurável ao longo da história”.

A taxa de uso decrescente<sup>2</sup> no capitalismo se manifesta na proporção variável do tempo de produção usado por uma sociedade para produzir bens de rápido consumo em contraponto aos que continuam usáveis. É a “sociedade descartável”, ou seja, descartam produtos que antes eram considerados bens duráveis. Trata-se de um estímulo que emana do capitalismo para que haja uma elevação do consumo por parte da sociedade. E os avanços produtivos ocorrem em favor dos produtos de rápido consumo e da dissipação destrutiva de recursos, que levam a humanidade a uma existência imediatista, sem levar em consideração as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade.

A produção destrutiva no capitalismo faz com que as mercadorias cheguem até as distribuidoras com o propósito de manter os preços baixos e, conseqüentemente, estimular o consumo. Mas como podem manter os preços baixos? Primeiramente, pagando salários baixos aos seus empregados. Isso significa que o verdadeiro custo de produção não se reflete no preço ao consumidor; o custo da produção é garantido por trabalhadores, que sem alternativa de escolha, pagam com a exploração de sua força de trabalho, com o trabalho infantil e, até com a probabilidade de serem acometidos por doenças ocupacionais em virtude das más condições de trabalho. E isso leva a um incentivo ao consumo, que é a mola propulsora do capitalismo. Para este sistema o poder de consumo é a medida de valor dos indivíduos.

Mas para manter os produtos circulando através do consumo, é preciso que estes se tornem obsoletos em um menor tempo possível. Esta estratégia de expansão do capital esteve presente desde o modo de regulação fordista<sup>3</sup>. E para que essa receita possa dar certo é preciso planejar a obsolescência

---

<sup>2</sup>Conforme Mészáros (1989), compreende-se a taxa de uso decrescente como sendo a força do capital que leva uma sociedade a descartar produtos que ainda poderiam ser utilizados.

<sup>3</sup> O modelo de produção fordista teve início na América do Norte e expandiu-se depois de 1945 por todos os países industrializados. Fundamentou-se basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletário coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril (ANTUNES, 1999, p.19).

dos produtos, ou seja, serem produzidos para ir para o lixo, quando ainda poderiam ser úteis. Descarta-se um produto precocemente ou porque já foi lançado um mais moderno ou porque a aparência dos novos produtos faz com que o uso dos antigos nos rotule de ultrapassados. Para corroborar essa norma de consumo, a mídia é utilizada fortemente no sentido de estimular o consumo, por meio de constantes apelos à adoção de novos produtos que, muitas vezes, em nada se diferenciam dos que ainda estão em uso. E aí volta-se ao ponto inicial deste ciclo: para que se possam adquirir novos produtos é preciso então descartar os já adquiridos. Jogar no lixo para consumir mais. Ainda sobre a obsolescência das mercadorias, Mészáros (1989) afirma que não é fácil garantir os constantes níveis de descartes em consumidores com baixo poder econômico, sendo necessário para o capital encontrar alternativas que garantam que a taxa de uso decrescente possa prosseguir sem impedimentos.

Segundo Mészáros (1989), no sistema do capital o imperativo é a lucratividade numa escala sempre ampliada, não importando quão absurdo possa ser este empreendimento. Neste sentido, os meios de produção devem contribuir para a expansão do capital; todo e qualquer avanço tecnológico deve seguir esta linha, sobrepondo-se sempre às necessidades humanas. O pressuposto primordial é que o desenvolvimento tecnológico deve expandir o capital, e não contribuir para uma melhor condição de vida da humanidade. Para o capital, as necessidades humanas são subjugadas às necessidades de produção e os meios de produção passam pela transformação de se tornarem meios de produção do capital.

O fato é que o capital domina as funções de controle de metabolismo socioeconômico, pois os produtores são excluídos dos objetivos de sua produção com referência às suas necessidades, tendo de obedecer à maximização dos lucros. A tecnologia, desde suas origens, possui uma prática orientada pela lógica do capital.

Ela é paradoxal no sentido de que é, ao mesmo tempo autônoma (pois é liberada pelo capital dos constrangimentos imediatos das necessidades humanas, deste modo, habilitada a perseguir, até certo ponto sua própria linha de desenvolvimento), e servilmente subordinada aos ditames de orientação lucrativa da lógica imanente do capital ( MÉSZÁROS,1989, p.34 ).

Da mesma forma, os imperativos da lucratividade são feitos ao trabalho vivo. Há uma redução do trabalho necessário, que tem como consequência o desemprego, e as reivindicações dos trabalhadores só serão aceitas desde que se acomodem dentro dessa orientação.

A taxa de uso decrescente atinge não só a produção de bens e serviços, com a subutilização das mercadorias, mas o trabalhador, reduzindo seu tempo de trabalho necessário, gerando desemprego, e também as instalações e maquinaria, com a precoce substituição das máquinas.

O desemprego, ou seja, a não-utilização da força de trabalho socialmente disponível é a contradição mais explosiva do capital: ao passo que o capital necessita de consumidores em massa, há uma redução do trabalho vivo.

Desta maneira, a política econômica burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo invertido característico, a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo do processo de trabalho ( MÉSZÁROS, 1989, p.49).

É Mézáros (2003) que, fazendo uma análise sobre as contradições vivas do capital, aponta como a raiz de todas elas o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, no qual encontramos sempre uma posição de subordinação do trabalho ao capital.

Para o trabalho, como antagonista do capital, a “livre escolha econômica” no emprego só pode significar submissão às ordens emanadas dos imperativos expansionistas do sistema; e, para o número sempre crescente de outros não tão “felizes”, significa a exposição às humilhações e ao extremo sofrimento causado pelo “desemprego estrutural” ( MÉSZÁROS, 2003, p.26).

Neste contexto pode-se observar o caráter destrutivo e contraditório da ordem social capitalista. O trabalhador vê, a cada dia, a redução da absorção do trabalho vivo e, cada vez mais, se coloca num estágio de penúria em decorrência do desemprego.

No que se refere a máquinas e instalações, o propósito do capital é encurtar o ciclo de amortização destes, ou seja, sucatear o maquinário e trocá-lo por um mais avançado, o que por muitas vezes é um desperdício. Diante dessas três dimensões que são afetadas pela taxa de uso decrescente, podemos observar que, mesmo assim, as contradições do capital são vistas como “disfunções temporárias” (Mészáros,1989,p.50), de caráter tecnológico e que as soluções também devem ser de natureza tecnológica. Vale salientar que, conforme Mészáros (idem), lançar a responsabilidade de desemprego estrutural nos ombros do progresso tecnológico é um engodo, pois dentro de uma ordem socialista, a tecnologia avançada seria conveniente, já que seria necessário gerar riqueza. Portanto, observa-se que a verdadeira realidade do desemprego se encontra no modo de produção e na sua relação entre capital e trabalho.

Outro aspecto do caráter destrutivo do capital é que em seu desenvolvimento persegue-se uma linha de menor resistência, ou seja, a busca de um caminho que consiga suplantiar as barreiras que se colocam à frente de sua expansão ampliada. Partindo do pressuposto de que a relação produção e consumo não está necessariamente ligada à necessidade humana, e sim ao imperativo da ampliação do capital, consumo e destruição são equivalentes sob o ponto de vista de realização do capital. Exemplo disso foi citado por Rosa Luxemburgo com a produção militarista ( Mészáros,1989, p.60). O complexo militar industrial consegue utilizar os recursos de um país, sobrepujando as necessidades humanas e se legitimando por meio de um discurso patriótico.

Segundo Mészáros (1989, p.79) “o complexo militar-industrial remove com sucesso os tradicionais constrangimentos do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores”. A produção através do complexo militar industrial substitui a produção de bens de uso real, quando esta não mais atende às necessidades de expansão do capital. Assim, consegue suplantiar a incapacidade sócioeconômica do consumidor, o que, neste sentido, passa a ser uma linha de menor resistência. No período pós-guerra observa-se que houve uma mudança da linha de menor resistência, pois “a expansão da periferia da circulação e crescimento do valor de uso correspondente às necessidades humanas não são mais requisitos necessários da reprodução ampliada.” (idem, p.87). Isto é

uma inovação do capitalismo “avançado” para atender às necessidades da crise do capital, que se configura na sua expressão fundamental – a superprodução.

## 1.2 - A crise estrutural do capital e as estratégias de expansão

Para se falar sobre a crise estrutural do capital é preciso, primordialmente, diferenciar tipos e modalidades de crise. As crises são de ordem conjuntural e estrutural. A diferença crucial entre as duas é que a crise conjuntural tem seu desdobramento e sua administração de soluções de forma bem-sucedida, numa dada estrutura política. Para exemplificar, podemos apontar a crise vivida pelo capitalismo nos anos de 1929–1933<sup>4</sup>, que apesar de severa, foi logo superada, e dela sobreveio um novo ciclo de expansão do capital. Mészáros (2002) define como “limites relativos” as barreiras que caracterizam essas crises, pois possuem caráter temporário. Podemos também identificar uma crise em termos dos limites que um complexo social possa ter em sua imediaticidade, em um momento determinado. A administração de uma crise conjuntural é paradoxal, pois ao mesmo tempo que causa uma grande tempestade, também resolve a si mesma, dentro das possibilidades conjunturais, muito embora de modo parcial e temporariamente limitado, ou seja, até que a próxima crise conjuntural se apresente. Já a crise estrutural é uma modalidade estabelecida da própria política e que requer ações qualitativamente diferentes para a sua possível solução. O autor em pauta, explica que a estrutura política é vital para o sistema do capital e que “o Estado moderno é a estrutura política totalizante de comando do capital.”(2006). O papel da política requerido pelo sistema do capital é de reconstruir a coesão entre as relações de forças. Esta coesão é sempre instável, pois depende invariavelmente da correlação de forças, que é mutável pela sua própria natureza. Portanto, sempre que esta coesão é rompida, ela precisa ser novamente reconstruída para se moldar à nova

---

<sup>4</sup> Foi considerada a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento e se iniciou no sistema financeiro americano a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio internacional a um terço do que era antes ( BEHRING,2000,p.25).

correlação de forças. Cabe às instituições políticas estabelecidas a função de reconstruir a coesão social requerida, em consonância com o desenvolvimento em curso e sua correspondente correlação de forças.

Esta é a crise que estamos vivendo desde a década de 1970, e que podemos analisá-la sob quatro aspectos fundamentais, segundo Mészáros:

1. Seu caráter é universal, atingindo todas as esferas da sociedade e todos os ramos de produção, ao ponto de questionar-se sobre a possibilidade de se encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise.
2. Seu alcance é globalizado, em lugar de se restringir a países em particular.
3. É permanente, ao invés de temporária e cíclica, como ocorreu com outras crises do capital.
4. Seu desdobramento é de modo rastejante sem os dramáticos colapsos espetaculares do passado.

A crise estrutural, de natureza complexa e prolongada, “afeta a totalidade de um complexo social, em todas suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também com outros complexos aos quais é articulado” (idem, p.797). É o que Mészáros (2002) define como os limites últimos de uma estrutura global. Em seu desdobramento histórico exhibe características cumulativas que podem levar a imaginar um quadro de “normalidade de um capitalismo organizado”. As relações estabelecidas dentro deste sistema, segundo Mészáros (2002, p.808), apresentam as seguintes contradições: as contradições sócioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado, sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar, e o sistema de corporações transnacionais;

As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto internamente quanto em relação umas com as outras, conduzem às suas desintegrações e deste modo à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;

As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no interior dos vários sistemas regionais quanto

entre eles, atuam colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da União Europeia do Sistema Monetário Internacional) e pressagiando o espectro de uma devastadora guerra comercial.

As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação estabelecido (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção, são estabelecidas e administradas por capitais “expatriados”.

A partir da crise dos anos de 1970, as tentativas de superar as contradições do capitalismo levam a uma intensificação e não a uma diminuição das suas contradições. Isso se deve primeiro ao fato de que o capitalismo é em si mesmo contraditório e jamais resolveu a menor de suas contradições; segundo, seu modo de intervir nas crises atua apenas nos efeitos e não nas causas. Assim, as tentativas de contornar estas contradições sempre levam fracassos.

Até o início dos anos de 1970 o capitalismo viveu um período longo de crescimento econômico, que o levou à “idade de ouro”. A emergência de fluxos financeiros não investidos ou de rendas não consumidas proporcionou uma época de expansão econômica, em grande parte financiada pelo Estado. Esta fase foi denominada por Mandel (1982) como a segunda “longa onda expansiva do capital”.

Tal crescimento começa a dar sinais de declínio por volta do final dos anos de 1960. Em consequência da crise de valorização do capital, que compromete sua capacidade de arrecadação e de investimentos públicos, o Estado também entra em crise. Não havia mais como continuar a financiar a indústria capitalista, e com isso ele perde a sua capacidade de formular as suas próprias políticas monetárias e se submete às determinações dos organismos supranacionais. Estes impõem a remoção de barreiras protecionistas e a livre circulação do capital financeiro e de mercadorias.

Como alternativa para a expansão do capital, o mercado financeiro vem tendo uma condição privilegiada para regular a acumulação. Tem-se a ilusão de que é possível valorizar o capital sem passar pelo processo de produção e, portanto pode-se prescindir do trabalho para a sua realização.

A financeirização<sup>5</sup> da economia traz as seguintes consequências: (1) a intensificação da centralização do capital em decorrência das fusões de grandes empresas. Ao promover fusões, os “grupos oligopolistas agregam atividades realizadas em cada uma das unidades particulares e com isso obtêm os ganhos advindos da agregação da realização das atividades, da eliminação de uma parte do trabalho produtivo e da incorporação de novas tecnologias ao processo de produção” (OLIVEIRA. A. A, et al, s/d .p:7); (2) os critérios de administração devem obedecer aos princípios puramente financeiros, satisfazendo os objetivos da rentabilidade a curto prazo. Passa-se de uma lógica de longo prazo para a de curto prazo, baseada em uma reestruturação produtiva que, por sua vez, traz como consequência, a redução do número de trabalhadores. Os trabalhadores, ao serem reduzidos à condição de “força-de-trabalho supérflua” (MÉSZÁROS, 2002), são cotidianamente convidados a conviver com a flexibilização de seus direitos sociais e trabalhistas e com a crescente precarização de suas relações de trabalho<sup>6</sup>.

A emergência do regime de dominância financeira não acaba com a crise, pelo contrário, colabora com seu aprofundamento. A explicação vem com o fato de que o capital, para se expandir, necessita comprar a força de trabalho, afinal o “tempo de trabalho é a medida de valor”<sup>7</sup>. O capital reorienta seu ciclo em função dos riscos inerentes à produção, e por isso investe no mercado financeiro. Ao deslocar recursos para a esfera financeira, ele pode até elevar a sua capacidade de realização, mas não a de valorização. Ao gerar riqueza sem a presença da produção, o capital reorienta sua ação no sentido de não realizar a atividade produtiva, sem no entanto jamais abrir mão do cumprimento de seus propósitos.

Outra alternativa para a expansão do capital, surge, após a Segunda Guerra Mundial, na figura do complexo militar industrial. Cabe à hegemonia americana o domínio da indústria militar, mas não podemos esquecer que os tão

---

<sup>5</sup> Trata-se da condição em que o mercado financeiro passa a regular a acumulação de capital, e impor seus critérios de liquidez às empresas produtivas, na qual a expansão do dinheiro ocorre sem a mediação da produção.

<sup>6</sup> Sobre este tema, discorrerei no próximo tópico.

<sup>7</sup> Marx (2005) afirma que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção.

falados “milagres alemão e japonês tiveram sua origem em uma onda de encomendas da Guerra da Coréia” (MÉSZÁROS,1989, p.75). A inovação que o complexo militar industrial trouxe para a expansão do capital foi elucidar claramente a distinção entre consumo e destruição(idem, 2002, p.687). São gastos bilhões nesta indústria, sob o discurso do dever patriótico, enquanto bilhões de pessoas caem na miséria. O deslocamento de recursos para o complexo industrial militar não resolve a questão, uma vez que as causas continuam as mesmas, ou seja, o objetivo do deslocamento foi fugir das limitações do consumo e se refugiar nas águas seguras do financiamento estatal, como também apelar para o mecanismo da taxa de uso decrescente. Tudo isso é feito através de uma proposta destrutiva, totalmente afastada da real necessidade humana.

E, já que a expansão do valor de troca é a preocupação fundamental dessa sociedade, toda a forma de mistificação é usada para fazer de conta que a produção de uma quantidade sempre crescente de valor de troca, não importa quão obviamente perdulária, está plenamente de acordo com os melhores princípios da “racionalidade econômica” e corresponde eficazmente a alguma “demanda real”.( Mészáros, 2002,p.689).

O capitalismo, para superar a crise que teve seu início nos anos de 1970 e que perdura até os dias de hoje, buscou a expansão para os países subdesenvolvidos. Apesar de o capitalismo ter conseguido o controle na antiga União Soviética e no Leste europeu, é um erro achar que o estado atual de dominação do mundo deu-se de maneira bem sucedida. A sua penetração no “terceiro mundo” ( MÉSZÁROS,1989,p.10b) só consegue trazer para a prosperidade capitalista uma parte desta população, deixando de fora bilhões de trabalhadores, devido aos seus baixos salários que fazem parte da sustentação política e econômica do sobretrabalho. Podemos citar como exemplo a Índia e a China, que se encontram sob o domínio do modo capitalista, deixando, até agora, a esmagadora população em situação de pobreza<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Segundo Mészáros (1989,p.4,em nota de rodapé), na Índia, “muitos sobrevivem (se o fazem), exatamente “fechando a boca” na “economia tradicional”, e o número daqueles que permanecem completamente marginalizados, mesmo se desejando ainda – na maioria das vezes em vão – um

O capitalismo mundial marca uma nova fase de expansão pela incorporação da China<sup>9</sup>. Contudo, como é próprio à produção capitalista, já se vê levantarem outras barreiras, superiores à anterior, que neste caso são as consequências de sua relação de exploração com a natureza.

Segundo Chesnais (2007), três ideias são capazes de ajudar a pensar as formas de superação do capitalismo presente. A primeira ideia vem do pensamento de Marx, ao afirmar que

a produção capitalista tende a superar constantemente os limites que lhe são imanentes, mas ela não pode fazê-lo sem empregar meios que, de novo e a uma escala ainda mais imponente, colocam diante dela as mesmas barreiras.” ( Marx apud Chesnais, 2007, p.14).

O capitalismo sempre irá buscar superar os seus limites para garantir a valorização e a expansão do capital, e, em face do seu aspecto contraditório, ao superar as barreiras que se lhe apresentam, termina por construir outras barreiras. Para o capital, toda barreira é para ser ultrapassada, pois é uma barreira natural. Portanto, a premissa não é aceitar os limites ao capitalismo, ou lutar contra estes, mas sim que o capitalismo não põe limites intransponíveis a si próprio, mesmo que a superação leve à destruição da humanidade. Se assim não fosse, o capitalismo teria de ser diametralmente oposto ao que ele é, ou seja, renunciar ao valor de troca pelo valor de uso.

Ao analisarmos a trajetória de expansão do capitalismo ao longo da história, vemos que sempre houve a necessidade de superação dos limites que surgiam, fazendo com que este movimento não fosse sempre retilíneo e sem depressões. Assim, os fatos que interceptam a sua expansão são caracterizados pela divisão do mercado mundial, criando obstáculos à liberdade de comércio, como

---

emprego de qualquer tipo no sistema capitalista, está quase além do entendimento. Portanto, enquanto o número total de pessoas desempregadas registradas pelas agências de emprego atingiu 336 milhões, em 1993, o número de pessoas empregadas, no mesmo ano, de acordo com a comissão de Planejamento, atingiu somente 307,6 milhões, o que significa que o número de desempregados registrados é maior do que o número de pessoas empregadas.”

<sup>9</sup> Sobre a incorporação da China ao capitalismo, ver Chesnais, “As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade” in: Revista Outubro,nº16, Ed. Alameda,São Paulo: 2007.

pelos conflitos entre capital/trabalho, a exemplo da Revolução Russa e da Revolução Chinesa. Foi no período entre os anos de 1950 e 1960 que o capitalismo, por motivos políticos, foi forçado a evoluir dentro de um espaço mundial segmentado e retraído.

O capitalismo encontrou meios que permitiram reencontrar sua liberdade e reconquistar seu espaço. Entre os anos 1992/1994 a produção capitalista acabou parcialmente com a segmentação do mercado mundial e houve uma liberalização e desregulamentação dos fluxos financeiros de investimentos externos diretos (IDE) e de troca de mercadoria. Como elemento central desse processo de superação dos limites impostos a cada país, acentua-se então um traço em comum já existente: a exploração do proletariado pelo capital. O capital, que dispõe de um exército mundial de reserva, sujeita os trabalhadores a salários baixos e proteção social fraca. Com a abertura de mercado, o acesso sem fronteira à mão-de-obra fez com que a concorrência entre os trabalhadores por uma vaga no mercado de trabalho fosse uma ameaça ainda maior que o próprio avanço tecnológico. Marx assinalou esse fato como sendo uma armadilha da “concorrência cosmopolita”.

A segunda ideia é que para analisar a economia mundial é preciso observar as relações políticas mundiais como elementos de uma totalidade. “A necessidade de desenvolver a teoria do capital mundializado e do sistema de relações políticas da “globalização” compreendidos como elementos de uma totalidade, pluralidade dentro da unidade.” ( MARX,1957 apud CHESNAIS,2007). O capitalismo contemporâneo, que tem como potência hegemônica os EUA, ao provocar a sua expansão, criou nações rivais como a China, que tentam quebrar essa hegemonia deslocando o centro do domínio mundial. Muito embora, observa-se que sua expansão por outros continentes, em direção à globalização, sempre se deu de forma inexorável, pois não poderá se considerar completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente.

Ao aprofundar essa contradição, a análise da realidade numa perspectiva de totalidade já não mais pode ser feita observando-se apenas as relações entre os homens, mas entre os homens e a natureza, o que vem a desdobrar-se na terceira ideia que é relação que o capital estabeleceu entre a

produção capitalista e os recursos naturais do planeta, sendo esta uma condição de intensa exploração.

Para apreender como se dá a construção das barreiras ecológicas próprias ao seu processo contraditório, o primeiro passo é analisar a expansão do capitalismo por outros continentes. Chesnais (2007), numa análise sobre as barreiras dos recursos naturais no mundo que atualmente se impõem ao capitalismo, faz as seguintes considerações: O “caráter finito do mundo” denota a forma grave do esgotamento previsível de certos recursos naturais imprescindíveis para o crescimento dos lucros<sup>10</sup>. A emergência de rivais industriais poderosos como a China e a Índia, que querem gozar de um domínio ecológico equivalente aos dos países industrializados, e isso acelera o impasse das mudanças climáticas<sup>11</sup>. O modelo de produção dos grandes grupos industriais destrói significativamente o meio ambiente. E isso não importa, uma vez que irá proporcionar considerável crescimento e correspondente aumento dos lucros. A intensificação dessa destruição progride até onde a natureza consiga suprir a necessidade de recursos, garantindo assim uns anos a mais de perenidade para esses grupos.

## 1.2- As ofensivas ao trabalho no capitalismo

A organização do processo de trabalho nos moldes do taylorismo<sup>12</sup> tinha como princípio fundamental acelerar o ritmo dos movimentos nos postos de trabalho e também “combater os desperdícios, principalmente de tempo” (GOUNET,1999, p.19). Essa forma de organização mantinha um controle sobre a

---

<sup>10</sup> Mézáros também se refere à questão afirmando que as mudanças climáticas afetam as condições elementares da reprodução social em algumas partes do planeta, mas que a “degradação da natureza ou a devastação social não têm qualquer significado para seus sistemas de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior” (2002, p.253).

<sup>11</sup> Vale citar a referência feita por Marx sobre a relação trabalho e natureza, em que para se produzir valores de uso, o ser humano regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ou seja, há um respeito à quantidade limitada de recursos naturais.

<sup>12</sup> O taylorismo foi um movimento de racionalização do trabalho baseado na separação entre os responsáveis pela concepção e organização da produção e, de outro lado, seus executores e operários (ANTUNES,1999).

rotina dos trabalhadores, retirando-lhes toda a autonomia, tornando o trabalho rotinizado e padronizado. Para Taylor, o controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador tinha por objetivo alcançar a eficiência e evitar toda e qualquer distração. Esta seria garantida pela supervisão aplicada de forma intensa e que “transmitia o poder de comando do capital sobre o trabalho” (CARNEIRO, 2006, p.89). O taylorismo prolonga essas suas características até o fordismo,<sup>13</sup> que sustenta um longo estágio do capitalismo. O fordismo articula o processo de produção em massa e o modo de consumo, que é então a chave da universalização do trabalho assalariado. O trabalhador passa a ter acesso ao consumo de bens duráveis e, em consequência disso, os ganhos da produtividade puderam ser sentidos por todos os setores da economia. Baseado nos princípios do taylorismo, o fordismo aprofunda a intensificação do processo de trabalho, através da distribuição de tarefas de acordo com as máquinas.

A norma do capitalismo é transformar todos e quaisquer consumos em consumo de mercadorias. Os trabalhadores se vêem presos ao capitalismo pelo consumo individual de mercadorias, resultante da produção em massa, o que representa uma condição essencial para a acumulação capitalista. A produção em massa cria uma demanda por nova produção, que necessita de novas máquinas e equipamentos, produzidos pelo setor de bens de capital, criando assim um ciclo de crescimento. No entanto, esse modo de produção traz em seu escopo relações contraditórias que resultam em nova crise, por volta dos anos de 1970. Teixeira (1998) afirma que o modelo entra em crise por quatro principais motivos, que são: primeiro, a falta de sincronia entre as diversas cadeias de produção, causando uma elevação do tempo ocioso; segundo, a intensificação do trabalho, levando os trabalhadores a uma excessiva fadiga física e psicológica; terceiro, o vínculo entre esforço e salário passa imperceptível por parte dos trabalhadores, gerando desmotivação; e, por fim, o quarto motivo, a situação do Estado, que por ser muito solicitado para contribuir com o desenvolvimento capitalista, termina por entrar num

---

<sup>13</sup> O fordismo foi uma nova organização do trabalho apoiada em dois elementos: o taylorismo e a mecanização. Tinha como compromisso o crescimento quase paralelo entre os salários e a produtividade, no qual a busca da felicidade se dava pelo número crescente de mercadorias consumidas por todos (ANTUNES, 1999).

processo de endividamento, aprofundando a crise do capitalismo. A crise do capitalismo vivida nessa década aflorou seu caráter destrutivo sobre a produção.

Era preciso então avançar para uma reestruturação dentro do processo de trabalho para dar início a um novo ciclo de acumulação do capital. A reestrutura produtiva impõe-se como uma necessidade para superação da crise fordista do capital. A saída encontrada incluía uma maior liberdade de mercado e uma menor participação do Estado em favor das políticas sociais. Esse processo efetivou-se num momento em que se expandia fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal.

O capitalismo, ao buscar uma nova forma de produção de mercadorias, procura eliminar mais uma contradição própria do sistema, que desembocaria em mais uma crise. Realmente, as modificações se fizeram em nome do capital; podemos enxergar bem esta realidade, quando vemos que o saber técnico e científico, que é fundamental para a concorrência capitalista, permanece como uma mercadoria, e desta forma termina por favorecer o desenvolvimento do capital.

Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho. Nos anos de 1980, o mundo se rende à forma japonesa de contratação e gerenciamento da força de trabalho – o toyotismo<sup>14</sup> – que foi implantada progressivamente na Toyota, nas décadas de 1950 a 1970. O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos de 1970, pois gera uma maior extração de ganhos de produtividade. Isso se dá porque o modelo de produção elimina os desperdícios de horas de trabalho paradas. Caracteriza-se pela flexibilização da produção, intensificação do trabalho, modo cooperativo de organização sindical e a criação de equipes de trabalho, extinguindo a verticalização da produção. Sobre a passagem do fordismo para o toyotismo, Antunes (1996,p.80) assim se expressa:

---

<sup>14</sup> Toyotismo, segundo Gounet (1999, p.29), é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho(inclusive dos trabalhadores) e integrada.Frequentemente também se caracteriza o toyotismo pelos cinco zeros: zero atraso,zero estoque, zero defeito, zero pane e zero papel.

Nesse sentido, a necessidade dos déspotas, do sistema de controle de tempos e movimentos, do taylorismo, de controle rígido, da produção controlada, do despotismo fabril, do sistema de mestres, contramestres e feitores, tudo aquilo que marca os escalões hierárquicos da fábrica, é gradativamente substituído por um sistema em que o trabalhador torna-se vigia de si próprio. Ele é o déspota de si próprio; ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário; a empresa é a sua *empresa*, a produtividade é a produtividade da sua *empresa*.

É importante acrescentar que o controle exercido na empresa toyotista vem também dos próprios membros da equipe de trabalho, já que esta deve estar reunida em torno de um único objetivo, e seus membros são autônomos e polivalentes. Dessa forma o capital consegue criar equipes auto-gerenciáveis e se apropriar não só do seu saber técnico, mas também do seu afetivo-intelectual, o que vem a contribuir para a expansão capitalista (CARNEIRO, 2006).

No modelo de produção toyotista, as grandes empresas se concentram em seu foco principal e contam com uma rede de pequenas e micro-empresas que tem a missão de fornecer os itens necessários ao processo global. O sistema de produção japonesa em vez de aprofundar a linha de integração vertical, desenvolve relações de subcontratações com fornecedores de autopeças. Segundo Gounet (1999, p.28), “os fabricantes de autopeças são empresas à parte, embora as montadoras as mantenham sob controle por meio de participações de capital e ajuda em investimentos”. Algumas contam, também, com um enorme contingente de trabalhadores autônomos, que atuam como peças importantes dentro da cadeia de subcontratações. Esses trabalhadores, segundo os empresários, sentem-se “felizes” pelo fato de serem patrões de si mesmos ou por estarem inseridos no mercado de trabalho, ainda que seja uma forma de exploração;<sup>15</sup>. Sentem-se mais livres por não estarem presos a um sistema hierarquizado e sem supervisão imediata. Esta forma de organização de trabalho é um paraíso para o capitalismo; os próprios trabalhadores terminam por potencializar grandemente a exploração da mais-valia. Para Teixeira (1998), sua marca principal – a exploração da força de trabalho –

---

<sup>15</sup> Sobre esta estratégia, conforme Tavares (2004) a alternativa de transformar trabalhadores em pequenos empresários e assim construir uma sociedade capitalista sem antagonismos de classe, trata-se de uma forma mais adequada de exploração capitalista. “Não há, nem de longe, a intenção de compartilhar poder, e nem de longe de superação ao sistema” (p.105)

aparece destituída de sua base tangível, pois agora trabalhador e capitalista se confrontam como comerciantes, e o trabalhador tem a ilusão de não mais entrar no mercado com interesses antagônicos. Como afirma Teixeira,

[...] o trabalho direto, imediato, não é mais a unidade dominante dentro das grandes unidades de capital. E não é mais porque essas unidades retêm as tecnologias mais sofisticadas e avançadas, a alma do segredo da produção, e repassam para os trabalhadores, tornados “independentes e autônomos”, a tarefa de produzir o grosso do produto (1998, p.74).

É notório que essas condições enfraquecem a resistência da classe trabalhadora que se coloca numa posição cada vez mais explorada, já que através de uma manipulação, o capital busca o consenso dos trabalhadores<sup>16</sup> para viabilizar um projeto que é desenhado e concebido segundo seus princípios<sup>17</sup>. Com o toyotismo foi preciso criar um sindicato que passasse para o trabalhador a idéia de que a empresa era como se fosse a sua casa. Esse tipo de prática sindical foi denominado por Antunes (1996) de “sindicalismo de envolvimento”. A Nissan, empresa automobilística japonesa, em 1950 criou o sindicato-casa, que hoje é o típico sindicato japonês, totalmente atrelado ao patrão para impor aos empregados as novas condições de trabalho. Neste cenário, são criados os Ciclos de Controle de Qualidade – CCQs, que possuem seus princípios no modelo japonês e, buscam desenvolver a participação integral dos trabalhadores e a garantia de qualidade nos processos da produção. Assim, essa estratégia expressou um traço da destrutiva produção capitalista dos anos de 1970 e 1980.

Diante de um sistema de produção flexível, há de se estabelecer também direitos flexíveis. Assim, passa-se a propor ao trabalhador um contrato de

---

<sup>16</sup> As ações de solidariedade dos empresários dirigidas aos trabalhadores da própria empresa, e que atuam como políticas internas, acabam sendo soluções aos problemas, pela via do consenso. Passa a existir a figura dos “apaziguados e felizes funcionários receptores dos programas sociais ou mobilizados para o trabalho social nas comunidades, em contraste com o apaziguamento da figura constituída pelo vínculo fundamental do contrato que define sua relação com a empresa, a do trabalhador assalariado.” (PAOLI, 2002, p.408).

<sup>17</sup> Figuras entre as ferramentas de manipulação do capital as ações de responsabilidade social, que serão tratadas na seção III deste trabalho.

trabalho flexível, no qual ocorrem perdas de direitos que foram conquistados ao longo de décadas. Segundo Antunes (1998), na Inglaterra os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16% entre os anos de 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram 6%, ficando em 15,6 milhões. Este modelo de produção acentua cada vez mais a precariedade do emprego e da remuneração. Os trabalhadores estão cada vez mais submetidos à precarização das condições de trabalho e desregulamentação da legislação, no tocante às normas legais e à perda de direitos sociais.

Outra consequência do toyotismo sobre o mundo do trabalho, é que, segundo Antunes (1996), a revolução tecnológica advinda com este modelo, tanto qualifica o trabalhador para alguns setores, como o desqualifica inteiramente, fazendo com que a sua ocupação desapareça. Vale destacar que esta qualificação, traz junto o sentido da polivalência, fazendo com que o trabalhador agora passe a exercer mais de uma atividade, cumprindo assim as novas exigências do mercado. Afirma ainda que aproximadamente 35 a 50% da população trabalhadora francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários ou parciais (ANTUNES,1998). Contudo, os novos processos produtivos não conseguem dispensar esta forma de trabalho como produtora de mais-valia. Com a redução do uso da força de trabalho, passa-se a intensificar a exploração da mais-valia em função, justamente, da necessidade de diminuir a absorção de mão-de-obra.

No tocante aos salários, semelhantemente ao que Marx (2005) analisou em *O Capital* como salário por peça, para trabalhadores autônomos, terceirizados, estes são calculados pela quantidade de peças que conseguem fornecer às unidades finais de produção, em uma medida de tempo. Esta forma de pagamento dos salários liberta a produção capitalista dos direitos do trabalhador e ainda consegue controlar a qualidade do trabalho, o tempo gasto para a produção de cada produto/serviço e, conseqüentemente, os respectivos preços. Em razão da aparente “autonomia”, o trabalhador intensifica o ritmo de atividade para produzir mais e assim ganhar mais (salário por peça). Essa aparente autonomia do trabalho, incentivada pelo capital através do discurso do empreendedorismo e da terceirização, esconde a real intenção de intensificar a exploração do trabalho. Para

aquele trabalhador que está formalmente empregado, o seu salário também será calculado mediante a aplicação intensiva de sua força de trabalho, ou seja, é de seu interesse prolongar a jornada de trabalho, e tornam-se multifuncional, pois com isso aumentará seu salário. Desta forma, torna-se ele próprio uma estratégia poderosa de auto-controle.

Vale salientar que essas formas de trabalho precarizado não são um fenômeno desvinculado do desemprego, mas sim produzido por ele. O fato de essas formas de relações de trabalho reduzirem os números de desempregados não significa que foram sanadas as nefastas conseqüências ocultas do desemprego. Apenas foram mascaradas. A situação desses trabalhadores é de extrema exploração e insegurança<sup>18</sup>. Dentro da dinâmica da reestruturação produtiva, o desemprego é um fenômeno que está presente no cotidiano da sociedade, e que é tomado de forma naturalizada, pois vem crescendo até mesmo nos países industrializados da Europa Ocidental, “quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural”(ANTUNES,1998, p.44). O fato grave é que vem sendo naturalizado por ser visto como uma consequência natural do atual processo de reestruturação produtiva. O desemprego é visto pelo capitalismo como uma variável que tem um papel importante na definição de novas estratégias entre o capital e o trabalho. Através do desemprego em massa, as empresas puderam retomar o controle sobre o ritmo da produção, pois o enfraquecimento da classe trabalhadora favorece as leis do capital, num cenário de lutas de classe.

Com a sensível diminuição da oferta de empregos permanentes pelas empresas, estas passam a adotar processos seletivos rígidos, salários baixos, buscando encontrar trabalhadores que mais se adaptem ao novo modelo. J. Meneleu Neto (1998) afirma que desta forma as empresas buscam se instalar onde o mercado de mão-de-obra possui um incipiente grau de maturidade de luta de classe, podendo assim aumentar a exploração do trabalho. Em locais em que o

---

<sup>18</sup> Encontra-se dentro desse universo um contingente expressivo de mulheres, e não só no setor têxtil, onde tradicionalmente sempre foi marcante a presença feminina, mas em novos ramos como a indústria microeletrônica e o setor de serviços. A inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho possibilitou o aumento da exploração do trabalho, sob as formas de trabalho parcial e em trabalhos domésticos(ANTUNES, 2001).

desemprego se encontra em estágio moderado, torna-se mais difícil para as empresas combinar jornadas de trabalho mais exaustivas com salários baixos. Daí a escolha geográfica por locais onde a força de trabalho seja mais vulnerável. Nessas circunstâncias, as empresas podem impor condições rígidas até mesmo para o enfrentamento das demissões voluntárias, pois os trabalhadores, ao deixarem a empresa, correm o risco de aceitar uma proposta mais baixa ou de enfrentar o desemprego. O medo de perder o emprego abre caminhos para uma maior disciplina no trabalho, fazendo com que o próprio trabalhador se ajuste ao sistema de exploração.

Outra transformação que também atingiu o mundo do trabalho, foi que, em 1989, ocorreu o fim do “Leste europeu”, considerado também como o fim do socialismo. Antunes (1996, p.82) faz o seguinte questionamento a respeito do fato: “Como é que pode ser o fim de um regime que nunca pôde da fato existir?”. A verdade que chegou para o grande contingente de trabalhadores, com forte poder político-ideológico, é que com a derrocada do socialismo no Leste europeu não há como lutar por um novo amanhã, e o capitalismo é realmente o fim da história.

Antunes (2001) faz ainda uma menção à crise do sindicalismo. A reestruturação produtiva afetou os sindicatos em escala mundial. Com o desemprego, ocorre uma redução de trabalhadores sindicalizados, ou seja, há uma redução da população assalariada e conseqüentemente do número de sindicalizados. Essa situação se evidencia quando se analisa o número de trabalhadores parciais, temporários e os inseridos na economia informal. Para estes últimos, os sindicatos não conseguem atingi-los. Antunes (1998) aponta como explicação o fato de que esses trabalhadores compõem um quadro muito heterogêneo, o que acaba por dificultar o número de sindicalizados. A exclusão dos trabalhadores precarizados das organizações sindicais leva a uma fragmentação da classe trabalhadora, que com isso perde o espírito corporativista, tornando-se enfraquecida e facilmente manobrável. Na década de 1980 pode-se constatar uma retração do movimento grevista nos países capitalistas, devido à dificuldade de reunir trabalhadores estáveis e terceirizados de uma mesma empresa, o que faz com que haja dificuldade para a criação de uma consciência de classe.

Antunes (1998) destaca que a crise sindical apresenta as seguintes tendências: 1- uma crescente individualização das relações de trabalho, no qual o relacionamento entre empregado e empregador deixa de ser em nível nacional para se dar entre uma empresa e os empregados que fazem parte do seu quadro funcional. Os *sindicatos-empresa* conseguem, através do que se chama *sindicalismo de envolvimento*, tornar seus empregados vulneráveis e subordinados ao comando do capital 2- uma forte corrente no sentido de desregular o mercado de trabalho, tornando-o cada vez mais flexível, atingindo as conquistas trabalhistas históricas dos sindicatos. 3- o sindicalismo de participação, que subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelas classes dominantes, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho como medida para a redução do desemprego. 4- uma tendência dos sindicatos a se desvirtuarem do seu verdadeiro papel, através de uma burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que terminam por se distanciar das ações anticapitalistas. 5- a ação coibidora do capital sobre os sindicatos e os movimentos sociais, criando assim um clima de adversidade e hostilidade contra os movimentos de esquerda.

Outro elemento fundamental para a crise do movimento operário foi o desmoronamento do Leste europeu, dando a idéia do fim do socialismo, o que termina por confundir a classe operária para uma superação da ordem capitalista. Em contrapartida, com a idéia do fim do socialismo, os países capitalistas centrais, por não mais sentirem a ameaça do perigo socialista, vêm rebaixando sensivelmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores.

Neste sentido, produção flexível, terceirizações, empresa enxuta, desemprego e crise do sindicalismo são confirmações de que a lógica do capital é destrutiva e que tais processos fazem parte dos mecanismos do capital para enfrentar a sua mais aguda crise que assola a sociedade contemporânea. Empregados polivalentes, contrato flexível de trabalho e precarização das condições de trabalho são expressões nefastas que o mundo do trabalho vem sofrendo com a nítida prevalência do capital sobre a força de trabalho. Esta intensificação das formas de exploração da força de trabalho vem afetando o movimento social e político dos trabalhadores, que paulatinamente vêm perdendo o seu poder de luta, nos países capitalistas avançados e mais ainda nos países do Terceiro Mundo.

Enfim, o entendimento da crise que atinge o mundo do trabalho é absolutamente prioritário para desvendar os mecanismos adotados pelo capital para a superação da sua própria crise.

## II - QUESTÃO SOCIAL

### 2.1- O surgimento da questão social

Por volta do ano de 1780, a Inglaterra passou por um conjunto de mudanças que transformou completamente a estrutura da sociedade. Entre elas está a primeira Revolução Industrial, que redimensionou e consolidou o sistema capitalista, colocando fim à preponderância do capital mercantil sobre o industrial. A origem do capitalismo industrial, diferentemente do capitalismo arrendatário<sup>19</sup>, se deu de modo mais acelerado, em virtude das demandas do novo mercado mundial, surgido a partir das grandes descobertas do século XV.

Sua principal característica foi o surgimento da fábrica, utilizando em larga escala o trabalho assalariado. Os motores a vapor passam a substituir com larga vantagem a força humana e animal. O modo de produzir, o qual se chamava de “industrial”, caracterizava-se pela produção em série de modelos padronizados e, assim, substituíam a produção feita pelas famílias para o consumo doméstico. Singer (1997, p.11) afirma que “as relações entre os homens tornam-se indiretas e impessoais, intermediadas pelo linguajar da moeda e limitadas pelo exclusivo interesse econômico”. Assim, as mudanças no ramo da produção são capazes de provocar também transformações nas relações sociais. Surgem então duas classes sociais de interesses opostos e claramente definidos: a burguesia industrial e o proletariado.

---

<sup>19</sup> Capitalismo arrendatário-relações agrárias no modo de produção capitalista que pressupõem a existência de três entidades: o proprietário que arrenda a sua terra contra o pagamento de uma determinada quantia; o arrendatário capitalista que na sua qualidade de empresário detém o usufruto da terra pagando uma renda ao proprietário; o trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho ao arrendatário. A renda do solo caracteriza-se assim por relações entre três classes (MARX, 2005).

A cultura política dominante no período da primeira revolução industrial era o liberalismo, que defendia a liberdade econômica, política e cultural do indivíduo, desde que este indivíduo fosse do sexo masculino e detentor de renda ou de propriedade. Os que não possuísem esses requisitos, eram impedidos de votar e de serem votados. Tal determinação tinha por objetivo dar à classe burguesa a prerrogativa de escolher seus governantes, sob um relacionamento harmônico entre os dois poderes –econômico e político–, e com isso afastar o proletariado de decisões políticas que viessem a restringir os direitos dos proprietários do capital.

Na segunda metade do século XIX, outros países iniciaram seu processo de industrialização. Na Europa, a Bélgica, a França, a Alemanha, a Itália e a Rússia começaram a se industrializar; na Ásia, o Japão; e na América, os Estados Unidos. Naquele momento o processo industrial passou por transformações tão rápidas e profundas que se pode falar em uma segunda Revolução Industrial. O petróleo e a eletricidade substituíram o vapor como fonte de energia, e, o aço passou a substituir o ferro. Surgiram as indústrias de base (siderúrgicas e químicas), que já se apresentavam como imensos complexos industriais. No século XX, importante metodologia de trabalho foi descoberta por Taylor – o taylorismo –, que subdividia as tarefas, simplificando-as de modo que elas pudessem ser desempenhadas mecanicamente. O modelo de produção fordista, tornou possível a produção em série, alavancando o consumo em massa. Em cada país industrializado, o mercado passou a ser controlado por um número reduzido de grandes empresas. O capitalismo entrou assim em sua fase monopolista<sup>20</sup>, que tinha, segundo J. Paulo Netto, o objetivo precípua de aumentar os lucros capitalistas:

[...] o que importa observar e destacar com máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados (Netto, J.P.1992,p.16).

---

<sup>20</sup> Fase em que o capitalismo altera o seu processo de acumulação através do domínio econômico em relação a um produto ou um mercado.

O capitalismo monopolista traz aspectos novos, dos quais podemos destacar primeiro a supercapitalização (Mandel, 1969, apud Netto, J. P., 1992, p.18), em qual a produção de bens passa a não ser suficiente para o uso do capital acumulado sendo o mercado financeiro a saída para diversificar o uso deste capital. Segundo, as evidências da condição parasitária da burguesia, que se afasta das atividades produtivas e passa a usufruir da classe produtiva. Terceiro, o alto preço das mercadorias produzidas e a preponderância do trabalho morto sobre o trabalho vivo também fizeram parte das características da fase monopólica do capital.

A sociedade burguesa, que tem como traço significativo as duas classes sociais já referidas – burguesia industrial e proletariado –, dentro do capitalismo monopolista, passa por fenômenos que são assim descritos por Netto (1992): o proletariado se assume como “classe para si”, e a burguesia, agindo estrategicamente, numa postura de agente social conservador. A passagem do proletariado da “classe em si” para uma “classe para si” se deu dentro de um plano histórico de muitas lutas, operadas por seus principais instrumentos de intervenção sóciopolítico : os sindicatos e o partido proletário.

Adotaremos, neste trabalho, o conceito de “questão social” indicado por Yamamoto e Carvalho (1983, p.77), quando afirmam que este termo “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. É a visão do proletariado sobre as refrações da *questão social* que coloca num patamar revolucionário a necessidade de superação da sociedade burguesa. As crises vividas pelo capitalismo na sua passagem ao período dos monopólios deixavam como resultado duas grandes sequelas: o aumento de desemprego e uma desvalorização do salário real, ou seja, o proletariado perde o seu poder de compra, acentuando-se a fome e a miséria.

É exatamente na idade monopólica que a classe trabalhadora consegue definir o seu perfil: “é um projeto anticapitalista, referenciado por uma prospecção socialista e uma prática sindical classista.”( Netto, 1992, p.55). É neste cenário que o movimento operário assume uma visão revolucionária, vinculada ao pensamento de Marx, e que dele abstrai um referencial para a sua organização

política e uma bagagem cultural para as lutas de classe. Não podemos deixar de citar os ganhos obtidos através dessas lutas, tais como “a limitação da jornada de trabalho, o direito de formar sindicatos, negociar contratos coletivos e fazer greves.” (SINGER,1997, p.14). Contudo, esses ganhos não foram suficientes para os anseios da classe.

Mas a classe burguesa, por sua vez, também se incumbiu de criar mecanismos que tanto respondam e acomodem os anseios das classes trabalhadoras, como atendam às exigências da nova ordem econômica. Esta classe, utilizando-se das condições culturais que levaram ao amadurecimento do proletariado, busca respostas ao novo dimensionamento da *questão social*. Para isso, com seu poder econômico e ideológico, propõe outra visão da *questão social*, que não possuísse a visão político-econômica. Netto (1992) afirma que a despolitização da *questão social* fez com que esta fosse administrada tecnicamente e/ou com terapia comportamental, incorporando o individualismo de tradição liberal. Surge a visão de que o indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, responsabilizando-o, em parte, pela reversão desse quadro. O trato das expressões da *questão social* feita pelo Estado passa a ter um traço de natureza privada, semelhantemente ao que ocorre nos dias atuais. Assim o projeto burguês combina o conservadorismo, quando mantém as estruturas centrais da sociedade burguesa, e o reformismo, quando atende, a seu modo, às demandas proletárias.

Para pôr em prática essa sua visão sobre a *questão social*, a sociedade burguesa precisou contar com o Estado, que foi totalmente “capturado pela lógica do capital monopolista”(idem,1992). Passou a ser o Estado burguês, e as expressões da *questão social* passaram a ser atendidas conforme as demandas da ordem monopólica. Na implementação das políticas públicas, o Estado busca a sua legitimação junto à classe trabalhadora quando é permeável às suas reivindicações e é um Estado burguês quando atende aos interesses dos capitalistas, referentes à preservação e reprodução da força de trabalho. Assim, acentua-se o caráter contraditório da lógica do capital.

Para tanto, o Estado responsabilizava o indivíduo pelas suas condições desfavoráveis e passou a atuar entre espaços públicos e privados, com políticas fracionadas e focalizadas. No âmbito público, quando as expressões da

*questão social* atingem uma grande massa e em conjunturas que apontam para um crescimento econômico; no privado, quando o Estado considera que as políticas públicas sociais não são suficientes ou são ineficazes para contribuir com a ordem monopólica. Netto (1992) nomeia esta forma privada de atuação do Estado como uma “tendência a psicologizar a vida social”, ou seja, atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelo seu destino social. O caminho da psicologização busca determinar que as expressões da *questão social* são externas às condições de produção da sociedade burguesa e que derivam das disfunções mentais e/ou morais.

A ordem monopólica se fez entre duas linhas: a moralização da sociedade e a individualização dos problemas sociais. É a partir daí que foram criados referenciais e instrumentos operativos que vieram a intervir nas expressões da *questão social*. O Estado tem, portanto, um traço público, quando regula os mecanismos econômicos sociais e políticos; e outro privado, quando conduz à disciplina psicossocial dos indivíduos.

Na década de 1970, com o *Welfare State*<sup>21</sup>, parecia que as expressões da *questão social* eram coisas do passado; só que esta conjuntura ocorreu apenas em países ricos, desconsiderando os países subdesenvolvidos, apresentando assim a ilusão de que poderia obter sucesso com a reforma no interior do capitalismo. Vem do pensamento marxista a idéia de que as melhorias das condições de vida nos países alcançados pelo *Welfare State* não alteram o caráter explorador do capitalismo.

Somente na entrada dos anos de 1970, quando o capitalismo entra na fase de esgotamento da expansão dinâmica, é que, segundo Mandel (1990), chega ao fim o padrão de crescimento que desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos sustentara, com “ondas longas expansivas”, o pacto do *Welfare State*. A resposta dada a este modelo político-econômico veio com a conjunção

---

<sup>21</sup> Estado de bem-estar social, ou intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos. Garante mínimos sociais como saúde, educação, habitação, etc.

neoliberalismo<sup>22</sup> mais globalização, evidenciando que o capital não possui nenhum compromisso com o social, apresentando-se como globalizado, transnacional e, por assim ser, gerador de pobreza. Podemos observar que a cada novo estágio de desenvolvimento do capitalismo surgem novas expressões da *questão social*, que se somam às anteriores, agravando as condições socioeconômicas dos trabalhadores. A partir desses pressupostos, podemos destacar três considerações sobre a *questão social* no cenário contemporâneo, feitas por Yamamoto (2001):

- 1- A própria lógica contraditória do modo de produção capitalista provoca crises que redundam em uma maior concentração de renda e ampliação das desigualdades, que tanto se manifestam entre as rendas do trabalho e do capital, como também entre rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados<sup>23</sup>. A distância entre o trabalhador qualificado e o não qualificado passa a ser grande, pois numa economia globalizada a qualificação é uma necessidade imperiosa ao trabalhador, fazendo com que nos países pobres se aprofundem os níveis de desemprego e as tensões da *questão social*.
- 2 - O modo de produção “flexível”, o toyotismo, que vem acompanhado de uma desregulamentação dos direitos trabalhistas e do próprio mercado de trabalho. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho em decorrência do novo modelo de produção, aliadas às radicais inovações tecnológicas, vêm provocando outras nefastas consequências: a expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho em decorrência da automação, o incremento dos trabalhadores precarizados, que são os terceirizados e os sub-contratados e o enfraquecimento dos sindicatos, que ainda não conseguem abranger esses trabalhadores.
- 3 - A passagem do *Welfare State* para Estado neoliberal, que ocorre partir do meado da década de 1970, nos países desenvolvidos. Essa mudança se deu quando a

---

<sup>22</sup> Projeto econômico, social e político que propõe um enxugamento do Estado, privatizações de instituições públicas e políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital.

<sup>23</sup> Com a globalização, os países pobres vêm sofrendo um déficit na balança comercial; isso ocorre pelo fechamento de empresas nacionais, que não conseguem sobreviver com a competitividade dos grandes oligopólios, e também pelo ingresso de capitais especulativos. As importações passam a substituir a produção interna, gerando um aumento da dívida externa e interna, fazendo com que os serviços da dívida reduzam os recursos destinados a investimentos econômico-sociais.

intervenção estatal nos moldes do *Welfare State* já não mais contribuía para atender aos objetivos precípuos da formação capitalista.

Para melhor compreensão desta mudança se faz necessário compreender os moldes do Estado de bem-estar. Segundo Pereira (2000), as políticas sociais desta fase têm uma conotação histórica, institucional e normativa que as diferenciam de outras medidas de combate à pobreza vistas nos séculos anteriores e alguns eventos marcaram a história do *Welfare State*, tais como: 1- a introdução do seguro social na Alemanha, admitindo a incapacidade do povo para garantir seu sustento; 2- a extensão da cidadania do campo civil para o político, ou seja, as políticas de proteção social deixaram de ser uma barreira à participação política para ser um estímulo; 3- o gasto público na área social, que no século XIX representava um montante de 3% do Produto Nacional Bruto – PNB, passou a ser nos anos de 1950 de 10% a 20% do PNB dos países capitalistas industrializados.

De acordo com Stein (2000), a intervenção do Estado nos moldes do *Welfare State* só se dá com os seguintes acontecimentos: a prosperidade econômica do pós-guerra, o surgimento do fascismo, a ameaça do comunismo e o fortalecimento da classe trabalhadora. É importante salientar a contribuição da força de trabalho organizada e sindicalizada que fez com que o Estado fosse obrigado a assumir maiores responsabilidades sociais, e que trouxe para o trabalhador benefícios que até então não eram experimentados por esta classe, como um mercado de trabalho próximo ao pleno-emprego, uma segurança de renda com o objetivo de impedir que as pessoas descessem de um nível socioeconômico considerado satisfatório, a introdução de serviços sociais universais e a definição de normas de saúde e segurança no trabalho. Porém, este cenário não é uniforme, mas se distingue de país a país. Apesar dos interesses da classe dominante, é fato que o *Welfare State* não pode ser considerado apenas fruto e astúcia da visão de futuro da classe capitalista, mas fruto de pressões e conflitos da classe trabalhadora.

A fórmula de assegurar alguns benefícios à classe trabalhadora, pelo *Welfare State*, foi considerada salutar até meados da década de 1970. A partir de então, tornou-se objeto de dúvida e crítica. Vale lembrar que a crise mundial vivida pelo capitalismo entre 1973 e 1975 levantou críticas ao *Welfare State*. Nos anos de 1975 a 1980 o modelo entra em crise. Dentre os argumentos usados pelas

forças conservadoras sobre o fim do referido modelo, há o de que este tem sido a principal causa da paralisação das economias ocidentais. Sendo assim, este modelo é incompatível para o capitalismo e o bem-estar social, e desta forma a garantia dos benefícios oferecidos à classe trabalhadora só seriam possível num capitalismo liberal.

Atualmente, o que se observa é o agravamento das expressões da *questão social*. Crescem as desigualdades sociais, e estas já são vistas como naturais e não resultantes do sistema do modo de produção. Portanto, as desigualdades não podem ser vistas como justas ou injustas, porque tal qualificação não se aplica à natureza. Segundo Pereira:

[...] o conjunto de circunstâncias socialmente desfavoráveis para uma parcela significativa da população, cujo advento não se pode imputar a ninguém, deve, no máximo, ser considerado bom ou ruim, mas nunca injusto (2003, p.83).

Volta-se à concepção do passado, em que a causa da pobreza era atribuída ao indivíduo; o tratamento da *questão social* torna a tratar da pobreza não mais sendo assistida exclusivamente pelo Estado, remetendo o seu enfrentamento a um processo articulado com o mercado e a sociedade civil. Compõe-se então, no capitalismo liberal, uma “responsabilidade compartilhada”<sup>24</sup>, que conforme a sua lógica de política social é conhecida como “economia mista de bem-estar” (PEREIRA, 2003, p.77).

---

<sup>24</sup> O termo “responsabilidade compartilhada” foi utilizado como uma das metas a serem alcançadas pelos países acordantes, até 2015, por ocasião da Cúpula do Milênio em setembro de 2002. Refere-se a “responsabilidade pela administração do desenvolvimento mundial social e econômico, assim como à garantia dos tratados de paz e segurança” (AMARAL, 2007, p.55). Nesta dissertação, o termo está sendo utilizado como uma ação conjunta, entre Estado, mercado e sociedade civil, para tratar das expressões da “questão social”, segundo Beghin, 2005.

## 2.2 – As políticas sociais como respostas à *questão social*

Podemos datar a existência das políticas sociais, por meio legal, no final do século XIX, com a instauração das primeiras medidas de proteção social, na Alemanha e Inglaterra. A sua generalização ocorre na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, após a Segunda Guerra Mundial. Assim, podemos afirmar que a existência das políticas sociais se dá com o reconhecimento da *questão social*, dentro de uma sociedade burguesa e do modo capitalista de produzir e reproduzir-se.

Nas sociedades pré-capitalistas, algumas medidas eram tomadas no sentido de garantir o bem-comum e manter a ordem social, mas sempre com o perfil de filantropia e não passavam de protoformas de políticas sociais. Na verdade, essas ações, que se espalharam pela Europa no período anterior à Revolução Industrial, tinham em comum alguns fundamentos básicos que podem ser assim descritos, conforme Castel (1998): uma obrigação do trabalho a todos que dependiam dele para sobreviver; ao pobre, era uma obrigação aceitar qualquer trabalho para garantir sua sobrevivência; os salários eram negociados entre os empregadores, sendo negado aos trabalhadores qualquer possibilidade de argumentação a mendicância, devendo estes aceitar qualquer trabalho. Desta forma, as medidas legais tinham por objetivo manter a ordem social por meio de auxílios mínimos, aos quais, para se ter acesso, era preciso exercer alguma atividade laboral para justificar a assistência recebida.

Na sociedade capitalista burguesa, o trabalho deixa de ser uma atividade do processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção. A força de trabalho passa a ser considerada como uma mercadoria de valor de uso e valor de troca. (Marx, 2005). O sentido do trabalho, como criador de valor de uso e indispensável à existência do homem, com a instituição das relações capitalistas, adota um caráter de trabalho abstrato, produtor de valor de troca.

Se a assistência social prestada aos pobres na sociedade pré-capitalista era punitiva e restritiva, na sociedade burguesa ela abandona este objetivo e lança os pobres “à servidão da liberdade sem proteção” (BEHRING, 2006,

p.51). O período que vai da metade do século XIX até o início do século XX foi marcado predominantemente pelo liberalismo, no qual se propaga que cada indivíduo, como defensor de seu próprio interesse econômico, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Neste sentido, os indivíduos são conduzidos, segundo Adam Smith, por uma mão invisível – o mercado. Ao Estado cabia o dever de fornecer a base legal para que o mercado livre pudesse maximizar o bem coletivo. Behring (2000, p.24) afirma que “Smith acreditava que os indivíduos ao buscarem ganhos materiais são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que assegura a ausência de guerra de todos contra todos”, fundado na perfectibilidade humana<sup>25</sup>. Os liberais da época defendiam que a intervenção do Estado, para garantir direitos sociais, deveria ser mínima, e atuar fortemente para garantir o estabelecimento de um mercado livre. A miséria era vista como algo natural e insolúvel, e as políticas sociais só iriam estimular o ócio e o desperdício. Com o domínio desses pressupostos, as respostas à *questão social* nesse período do final do século XIX foram apenas para atender a algumas reivindicações da classe trabalhadora, trazendo ínfimas melhorias, sem, contudo, atingir o cerne da *questão social*.

As bases de sustentação do liberalismo deram sinais de enfraquecimento em face de alguns processos políticos econômicos, dos quais dois são apontados por Behring (2006) como mais importantes: 1- o crescimento do movimento operário e 2- a concentração e monopolização do capital, quando as elites político-econômicas começavam a reconhecer os limites do mercado e de seus supostos movimentos naturais. O capital passa por uma crise no período de 1929-1932, conhecida como a Grande Depressão. De modo diferenciado, surgem lentamente as políticas sociais. Partindo do pressuposto de que o que move o capital é a expansão dos lucros, observamos que cada movimento nesta direção ocorreu, de modo específico, em períodos que caracterizaram o modo de produção

---

<sup>25</sup> Conceito de homem originado de S. Tomás de Aquino (século XVIII), segundo o qual uma pessoa é a substância individual de uma natureza racional, composta de corpo e alma. A pessoa é um ser perfeito, tanto do ângulo material, quanto espiritual. Tal perfeição se manifesta pela complexidade do corpo humano e pela razão. A inteligência dá ao homem a capacidade de escolha, o que implica uma dimensão moral. Para Santo Tomás, o homem tende a buscar a virtude e o bem, diga-se, a Deus (AGUIAR, 1989, p.41 apud BEHRING, 2000, p.24).

capitalista. Dentro deste movimento, as políticas sociais surgem para amenizar os efeitos das crises cíclicas do capital – de superprodução, de superacumulação e subconsumo (BEHRING,2002).

A utilização de políticas sociais para amortecer as crises do capital, mecanismo utilizado desde a crise de 1929, se deu o interior da política keynesiana<sup>26</sup> com o surgimento dos seguros sociais aos trabalhadores, que, em decorrência das condições inseguras de trabalho, pressionavam para que as caixas voluntárias fossem transformadas em obrigatórias. Esse processo originou o princípio de seguridade social, a partir do qual todos os trabalhadores deveriam ter cobertura contra perda de salário, quando este fosse interrompido pelo desemprego, por doença ou acidente. Garantia também a aposentadoria na velhice e socorria aqueles que perdiam o sustento em virtude da morte de outrem. O plano se propunha a compor um sistema completo de proteção social na ausência de salário, que deveria ser fruto do pleno-emprego. O Estado, para garantir esta seguridade, cria um subsídio por meio de empréstimo dos próprios salários dos trabalhadores<sup>27</sup>. Este passou a ser o modelo beveridgiano<sup>28</sup> de seguridade social. Com a garantia de uma renda mínima, o capitalismo consegue manter os níveis de consumo, o que é fundamental para a sua expansão.

O período pós-crise de 1929-1932 marcou uma fase madura do capitalismo, com altas taxas de lucros e altos ganhos de produtividade para as empresas. As políticas sociais para os trabalhadores ganharam destaque com o Estado social. Neste contexto catastrófico, ganham espaço idéias como as de John

---

<sup>26</sup> Segundo Berhring & Boschetti (2006,p.71), “ as proposições de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do New Deal americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise, tendo ambas um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anti-crise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital”

<sup>27</sup> Segundo Behring (2002), esta continua a ser uma estratégia do Estado, que busca como financiamento das políticas sociais muito mais a taxação dos trabalhadores do que a taxação sobre os lucros das empresas.

<sup>28</sup> Passou a ter esta denominação em virtude do seu criador, William Beveridge, em 1943. Este modelo teve como parâmetro o modelo bismarckiano, criado por Bismarck, na Alemanha, no final do século XIX, que introduziu caixas estatais, com controle central de seguros de saúde, velhice e acidentes, sustentados por contribuições compulsórias de empregados, patrões e Estado (BEHRING, 2000).

Maynard Keynes, que propõe um Estado capitalista com adoção de medidas sociais. Surgia então, um novo modelo de Estado – *Welfare State*, que combinava as teorias keynesianas com o modelo de produção fordista. O Estado passou a investir em educação, saúde, assistência social, previdência, de forma a garantir um tipo de tranquilidade para o mercado atuar. Com isso, ampliou-se o mercado consumidor com a inclusão da classe média e de parte dos trabalhadores. Aumentava a lucratividade das empresas, pois estas estavam desoneradas de parte dos custos referente à reprodução da força de trabalho. Neste cenário, as empresas colaboravam com impostos para que o Estado pudesse investir em políticas sociais; o Estado garantia o bom funcionamento do mercado e da sociedade, e a subsistência de trabalhadores – agora também consumidores – deixava de ser exclusivamente de seus salários. O Estado passava, agora, a enfrentar diretamente a *questão social*, através de políticas sociais públicas.

John Keynes se preocupava com saídas para a crise, e colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico. Sua proposta se firmava em dois pilares: o pleno-emprego e maior igualdade social, que poderiam ser atingidos a partir da ação estatal no campo econômico e social. O keynesianismo se une ao fordismo e constituem a base para a expansão do capitalismo. Para os trabalhadores houve, naquele período, uma efetiva melhoria das condições de vida fora das fábricas, um aumento do poder de consumo e a estabilidade no emprego. Tanto assim que resultou numa redução das lutas dos trabalhadores, e uma confiança de que seria possível combinar acumulação com certos níveis de desigualdade.

Para Behring (2002), os salários indiretos dentro do pacto keynesiano são concessões/conquistas entre as forças antagônicas das classes sociais envolvidas; no período de expansão capitalista ampliam-se as negociações, no período de recessão estas se restringem. A partir desse fato, destaca-se que “o pacto keynesiano só se viabilizou com a capitulação de muitas lideranças operárias – a exemplo da social-democracia europeia – às demandas imediatas e corporativas” (BEHRING, 2002, p.167).

Mas a estratégia keynesiana, passa a dar sinais de esgotamento a partir da década de 1970, indicando que o sonho havia terminado. Ressurgem as ideias liberais, propondo novas medidas para as políticas sociais. Para os

neoliberais, a proteção social sustentada pelo Estado social, através de políticas redistributivas, era prejudicial ao desenvolvimento econômico. O neoliberalismo só atingiu a sua hegemonia na década de 1980, quando países como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha aderiram aos seus princípios, com os governos Thatcher e Reagan e Kohl, respectivamente. Logo em seguida, outros países da Europa ocidental implementaram programas com as mesmas diretrizes.

As consequências do ideário liberal para a classe trabalhadora foram nefastas, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não qualificado, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução dos gastos com políticas sociais, quando era necessário que estas se tornassem mais intensas. Agora se processavam de modo focalizado, privatizado e descentralizado. O corte nos gastos sociais foi uma das contribuições, proposta pelo neoliberalismo, para o equilíbrio financeiro do setor público.

Como podemos avaliar as políticas sociais no Brasil? Se voltarmos a nossa atenção para a década de 1980, observaremos que nesse período o país encontrava-se recém-saído de uma ditadura e vivendo problemas de natureza política e econômica. No tocante a políticas públicas, a década de 1980 foi denominada uma “década perdida” devido aumento da pobreza e da miséria, apesar de no ano de 1988 ter sido promulgada a nova Constituição brasileira, que se colocou como “liberal-democrática-universalista” (FALEIROS,2000, p.49). Nesta época, a discussão sobre políticas sociais no nosso país, que até então possuía um caráter “seletivo, fragmentado, excludente e setorizado” (DEGENNSZAJH,2000,p.61), passa a ter em pauta questionamentos sobre a definição dos responsáveis pela definição de prioridades e modalidades da gestão de políticas e programas sociais.

A Constituição de 1988 trouxe como inovação democrática em seu conteúdo a criação de Conselhos de gestão setorial das políticas sociais, envolvendo representantes da sociedade civil. Estes novos canais de representação da sociedade civil na gestão pública trouxeram consigo um novo termo: a publicização, que vem a ser um “processo construído por sujeitos sociais que possam disputar lugares de reconhecimento social e político” (DEGENNSZAJH, 2000, p.64). Portanto, segundo a autora em pauta, os sujeitos sociais estabelecem,

na esfera pública, uma discussão que implica direção e ação sobre decisões coletivas. Assim, as políticas de saúde, educação, infância e assistência social foram municipalizadas, com o controle social feito pelos seus respectivos conselhos. Degennszajh (2000), faz uma advertência quanto à atuação desses conselhos no que diz respeito ao poder de conquista alcançado pela sociedade civil, mas que no entanto é preciso estar atento aos riscos de burocratização e rotinização do seu funcionamento, bem como às condições impostas aos conselhos pelos governos, que retiram de sua esfera a possibilidade de conhecer informações sobre recursos financeiros e a indicação de membros da sociedade civil.

Nos anos de 1990, o Brasil teve sua adesão ao ideário neoliberal com o então presidente Fernando Collor, tendo continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1993-94, ainda então ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco. Quando eleito presidente do país, este governo, em submissão ao receituário dos organismos internacionais, resolve promover um ajuste fiscal, baseado na idéia de que o principal problema do país se reduzia ao déficit público e, portanto, era urgente a implementação de medidas relativas ao equilíbrio orçamentário. Valendo-se dessa estratégia econômica, o governo de FHC repassa aos estados e municípios o arrocho fiscal. Segundo Porto (2007, p.83), “a resultante desse processo foi a penalização dos segmentos mais pauperizados, que dependiam fundamentalmente dos serviços prestados pelas instituições públicas”. A privatização das empresas estatais foi o caminho escolhido para atingir o equilíbrio orçamentário, além de viabilizar a desregulamentação das leis trabalhistas.

Contudo, apesar do uso dessas medidas, o déficit público permaneceu elevado, com sérias implicações para a implementação de políticas sociais. Estas sofrem uma drástica redução dos fundos públicos, e a palavra de ordem do governo em questão passa a ser a privatização, atingindo as políticas de assistência e, a mercantilização, envolvendo basicamente a saúde e a previdência. Observamos que o Estado desde sua forma liberal, passando pelo welfare State e chegando ao neoliberalismo, não modifica sua natureza, alterando apenas as suas formas de administrar as contradições entre capitala e trabalho. Desta forma, no neoliberalismo torna-se evidente a desresponsabilização do Estado e a participação da sociedade civil. As consequências do neoliberalismo no nosso país se expressam

pelo aprofundamento da pobreza, pela retração dos direitos sociais e trabalhistas e pelo acirramento das desigualdades.

### 2.3 – A relação entre o público e o privado

Para entendermos as dimensões do público e do privado no plano destas relações, se faz necessário examinar o papel do Estado nas relações capitalistas. Essa análise teórica nos dará suporte à discussão das concepções de público e privado no debate contemporâneo, e à apreensão do processo de elaboração das políticas sociais no Estado brasileiro desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Partimos do entendimento de que o Estado está radicalmente ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e à progressiva divisão da sociedade em classes. Em sua forma mais desenvolvida, o Estado capitalista garante a exploração do capital sobre o trabalho, e a exploração de uma classe dominante sobre outra dominada. É a partir do capitalismo monopolista que o Estado se aprofunda como “Estado burguês”, ou seja, um Estado a serviço da burguesia. Segundo Netto (1992, p.15),

o capitalismo monopolista recoloca, em patamares mais altos, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

No capitalismo monopolista a intervenção do Estado ocorre no sentido de garantir os superlucros, através de suas ações diretas, quando atua como executor de serviços não rentáveis, mas imprescindíveis para o aumento do capital; de forma indireta, quando passa a adquirir os produtos dos grupos monopolistas a fim de garantir a perenidade dos seus lucros, e até quando, institucionalmente, prepara a mão-de-obra necessária aos monopólios. Este “é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido a regular a sua pertinência a níveis

determinados de consumo” ( NETTO,1992,p.23). É sob esta condição que o Estado, para manter a sua legitimação sóciopolítica, é permeado pelas reivindicações da classe trabalhadora, desde que contribua de forma direta ou indireta para a maximização dos lucros. Historicamente, é a partir do capitalismo monopolista que as expressões da *questão social* passam a ser alvo das políticas sociais. A execução das políticas sociais no enfrentamento das sequelas da *questão social* na fase monopolista tem um caráter público, quando estas, em sua fase aguda, sinalizam uma possibilidade de ruptura da ordem burguesa, e privado, quando as trata responsabilizando o indivíduo por seus problemas pessoais. Portanto, a atuação do Estado através de suas políticas se subordina ao movimento do capital.

O Estado na fase monopolista atua na perspectiva liberal: é uma instância neutra, de manutenção da ordem através do uso das leis e que garante as condições para o livre mercado. A sociedade civil é o espaço privado e que tem como centro a propriedade privada. Cabe ao Estado garantir a propriedade privada. Nesta perspectiva, o Estado é tratado por um viés predominantemente político, desarticulado do econômico, e a sociedade civil é vista como um conjunto de instituições privadas, no qual se articulam as individualidades, e que neutraliza as classes. Porém, o Estado não é um campo neutro, mas um espaço de disputa entre classes, onde ele mesmo – o Estado – representa os interesses das classes.

Nos dias atuais, os que partem deste pensamento liberal, denominam de público tudo o que é exclusivamente regido pelo Estado e, conseqüentemente, o que é privado é entendido como aquilo que é regido exclusivamente pelo mercado. Onde atua o agente público, dá-se a ausência do privado, e vice-versa. Portanto, caberia ao Estado, quando muito, regulamentar o mercado. Assim, a ação do Estado só deveria estar presente através de ações corretivas ou compensatórias nas instâncias onde o mercado estiver ausente. De acordo com Aciole (2006), estas concepções de público e privado, que frequentemente são utilizadas, consistem em noções embaralhadas pela ideologia dominante que cerca estes dois termos e desta forma produz distorções nos significados destes.

Aciole (2006.p.44) ressalva que embora o termo público esteja vinculado à coisa comum, ao coletivo, “numa suposta primazia sobre o privado, o particular, o individual, ou vice-versa”, não se deve adotar tal pensamento como uma separação

nítida entre o público e privado, pois se adotarmos tal conceito estaremos andando pelo viés simplista do senso comum, que tende a enxergar o público como estatal e o privado como mercado. Portanto, segundo o autor, não devemos compreender estatal como sinônimo de público,; tampouco é menos necessário ver o privado como o não-estatal.

Assim, Aciole (2006) sugere que devemos partir do princípio da dialética marxista, utilizando-nos da força do significado do termo público para compreender o privado, e vice-versa. Não podemos “abdicar da tradição dialética, que vincula o pensar e o agir, o que impõe explorar essa polaridade para discutir e analisar as próprias relações que estabelecem entre si os dois termos, ou mais precisamente, o Estado e o Mercado” (id.ib. p.45).

Portanto, Aciole (2006) assevera que a vinculação dialética entre o público e o privado foi revelada por Marx (2005), a partir de sua concepção da dimensão política e econômica na sociedade capitalista. “O político como dimensão tornada pública pela solução corporativo-institucional representada pelo Estado”, e “o econômico, que variará em função do modo de produção como dimensão historicamente construída pela relação dos homens entre si”. Na sociedade burguesa, essa relação se apresenta sob dois aspectos: “dimensão pública”, referente ao “trabalho socialmente necessário”, e a “dimensão privada”, que diz respeito “à apropriação pelo capital” – força de trabalho (e ao intervalo de tempo para seu consumo, necessário para obtenção de bens e mercadorias) (ACIOLE, 2006, p.46).

A orientação neoliberal contemporânea tende a separar, de forma autônoma, cada uma dessas esferas. Assim o Estado é tido como primeiro setor, o mercado como segundo setor, e ainda identifica como terceiro setor a sociedade civil. Nesta classificação estaria a sociedade civil abrangendo o “conjunto das organizações mais ou menos formais” (Montaño,2002,p.182). Terceiro setor seria então organizações/ações não-estatais e não-mercantis. Mas a realidade social não se divide dessa forma. Numa primeira instância o que podemos observar é que se trata de uma ofensiva neoliberal, no sentido de camuflar o conceito de terceiro setor. Montaño (2002) afirma que não é nem terceiro, muito menos setor. Na verdade, o que se deve levar em discussão é a alteração do padrão de respostas à *questão*

*social*, que nos moldes do terceiro setor apresenta a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do indivíduo e da comunidade para esta função.

A análise das políticas sociais remete ao âmbito estatal, pois é lá que se articulam e constitui a substância do Estado capitalista. No entanto, os neoliberais sustentam que a intervenção estatal é “antieconômica e antiprodutiva, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta nos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar” (LAURELL,2002,p.162). A partir desse pressuposto é que surge a ideia que para solucionar os problemas da crise fiscal do Estado, a solução seria eliminar a sua intervenção na economia, através da privatização, focalização e descentralização das políticas sociais.

Como afirma Laurell (2002), as privatizações só interessam ao mercado se puderem ser convertidas em um negócio rentável, ou seja, aquelas que não representam um lucro considerável serão mantidas pelo Estado ou transferidas para o terceiro setor. Nesta transferência, as políticas sociais são mercantilizadas, ou seja, transformadas em mercadorias e vendidas ao consumidor. Também conforme Yasbek (1995), ocorre a refilantropização das respostas à *questão social*. As populações descobertas pela assistência estatal, e sem condições de ter acesso aos serviços privados, serão assistidas pelo terceiro setor por meio de ações voluntárias e filantrópicas.

O debate sobre o terceiro setor é, na verdade, reducionista e mistificador. Tenta englobar todas as organizações de origem privada e finalidade pública, e, no entanto, não se consegue distinguir entre o caráter público ou privado da origem, atividade ou da finalidade (MONTAÑO,2002),.bem como também não consegue incluir no terceiro setor organizações sindicais e movimentos sociais combativos, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Portanto, o que podemos observar é que o Estado, que tende a estar ligado aos interesses da sociedade burguesa, busca dar respostas aos conflitos desencadeados pelo próprio sistema capitalista, por intermédio de uma esfera pública politicamente ativa, o que corresponde à transferência da competência

pública para entidades privadas, transcendendo a separação entre Estado e sociedade.

### III – A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ORDEM CAPITALISTA

Tendo já apresentado aspectos que demonstram o caráter destrutivo do capital, bem como as suas estratégias de expansão e como estas contradições atingem o trabalhador no tocante aos seus direitos sociais, nos dedicaremos nesta seção ao aprofundamento da análise da atuação do Estado e da sociedade civil como parceiros para o enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo. Acreditamos que tal parceria, dentro do contexto do Estado neoliberal, é fundamentada em conceitos como filantropia, solidariedade e voluntariado, que promovem uma refuncionalização das estratégias de lutas da classe trabalhadora, ao deturpar o sentido do termo solidariedade entre os membros da referida classe. Queremos com isso explicar como as ações de responsabilidade social praticadas no interior de uma empresa privada, tanto com seus empregados como nas comunidades dos seus arredores, e que se nomeiam como ações capazes de minimizar a pobreza e as desigualdades sociais, não passam de estratégias do capital para mascarar o seu caráter destrutivo e continuar mantendo a força de trabalho necessária à sua expansão.

#### 3.1- O Estado neoliberal

Com o desenvolvimento das forças produtivas, dá-se início aos conflitos, necessitando-se do Estado para a função precípua de defender a propriedade. Através do contrato social entre os homens, o Estado existe pela teoria liberal, para garantir os direitos civis<sup>29</sup> da burguesia, que se vê devidamente

---

<sup>29</sup> Consideramos direitos civis “aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião e liberdade econômica), pelos quais é garantida a ele uma esfera de arbítrio e de liberdade, desde que seu comportamento não atinja,

legitimada perante a realeza e a nobreza, por ser proprietária graças ao seu trabalho. O Estado liberal clássico possuía os seguintes elementos centrais: vincular a propriedade ao trabalho, a centralidade ao indivíduo, mas ao individualismo burguês, ou seja, o que tem propriedade, e contestar a soberania real.

O liberalismo se consolida na Inglaterra com a Revolução Gloriosa, em 1688, e na França com a Revolução Francesa, em 1789, que culmina com a Declaração dos Direitos do Cidadão. Os direitos são históricos e nascem a partir de uma concepção individualista da sociedade, caracterizados por circunstâncias de lutas, ora em defesa de novas liberdades, como a trajetória dos movimentos dos trabalhadores, ora contra determinadas formas de poderes, como a luta dos parlamentares contra o absolutismo. Hegel refere-se à Revolução Francesa como “esplêndida aurora” em virtude da Declaração, que tinha por meta firmar os direitos naturais, baseados nos princípios de igualdade e liberdade diante da lei. Para Tocqueville, a Revolução Francesa trouxe a regeneração de todo o gênero humano; para Kant, a Declaração foi um sinal de disposição moral da humanidade, na qual se vislumbrava que o gênero humano estava em constante progresso.

É Marx (2000) quem faz uma crítica à Declaração dos Direitos, mostrando que a declaração não é universal, mas trata dos direitos do homem burguês. Para Marx o conceito de homem universal é um conceito abstrato, vazio de significado no plano da realidade. Ele afirma que a Declaração em nada mudou a vida dos trabalhadores, pois só beneficiou os proprietários. Segundo Marx, o direito à propriedade só aumenta o individualismo do burguês, ao usar seu patrimônio de forma arbitrária, sem atender aos demais homens, e o direito à liberdade, determinado por lei, é limitado a si mesmo.

As funções do Estado, em sua forma liberal, estariam limitadas ao zelo pela segurança pública e pelos direitos civis. Observa-se que nessa fase do liberalismo houve um deslocamento das funções do Estado para o mercado e que estas só passarão a fazer parte das obrigações do Estado, quando a ideia que

---

interfira ou impeça o gozo dos mesmos direitos por parte de outras pessoas” (BUSSINGER, 1997, p.29).

coloca o mercado como provedor das necessidades humanas e da garantia dos direitos civis já não é mais eficaz.

Ainda no século XX vimos a derrocada do liberalismo. A ameaça do comunismo em escala mundial após a Revolução Bolchevique de 1917 e, principalmente, segundo Hobsbawm (1995), após a crise econômica pela qual passou a maioria dos países no período entre-guerras – a Grande Depressão<sup>30</sup>, também teve papel preponderante nesta mudança de perfil por parte do Estado. Após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, o mundo capitalista passou a vivenciar uma crise de escalas impressionantes, que combinava queda dos níveis de produção com aumento desenfreado do desemprego.

É no período pós crise de 1929-1933 que surge o já citado *Welfare State*, nos países de capitalismo avançado. No entanto, no final do século XX, a partir da década de 1970, este modelo de Estado entra em crise. Diante de uma crise mundial da economia, as idéias liberais, novamente, começam a ganhar terreno, e os estados capitalistas passaram a adotar uma série de medidas econômicas, visando conter a crise. O Estado vai se configurar como neoliberal, o que, segundo Stein (2000), inclui também políticas de antiemprego, antisindicais, antiinvestimentos produtivo a antiproteção social, que são responsáveis pelo aumento do desemprego, da pobreza e da precarização do trabalho. No cenário da economia mundial, a burguesia, diante da crise contemporânea do capital, requer para a sua superação a anulação de mecanismos democráticos de controle sobre o movimento do capital, retirando todo e qualquer empecilho à recuperação do lucro no processo de acumulação do capital. Segundo Netto (1993),

o que desejam e pretendem não é reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-las segundo seus particulares interesses de classe (p.81).

---

<sup>30</sup> Sobre a Grande Depressão, ver Hobsbawm,(1995) A era das Catástrofes.

O modelo neoliberal aponta os procedimentos de ajuda mútua com base na solidariedade<sup>31</sup>, indicando uma ação compartilhada entre mercado, Estado e sociedade, na qual o Estado não mais se constitui como provedor de serviços sociais. Ressalta-se a importância da sociedade civil, por estar mais próxima das pessoas e da realidade onde vivem. Na verdade, a ênfase na sociedade civil constitui uma estratégia para a retração do Estado na área social e a conseqüente redução de gastos públicos. Para Stein (2000), os defensores do neoliberalismo não descartam as funções do Estado, mas o definem como sendo o recurso do poder, o mercado com o recurso do capital e a sociedade com o recurso da solidariedade. O neoliberalismo constitui-se em resposta do capital à sua própria crise, assim como as novas formas produtivas flexibilizadas e desreguladas.

Estamos acompanhando um Estado que passa por alterações estruturais de acordo com o modo de produção capitalista. Tal fato torna-se evidente por ocasião da obediência devida aos agentes do capital no Consenso de Washington, editado em 1989, que apresenta as seguintes determinações: (<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html,24/4/2008>):

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização, com a venda de empresas estatais;

---

<sup>31</sup> Sobre o tema solidariedade, serão abordado no próximo item as diversas interpretações acerca do termo.

9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Propriedade intelectual.

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados e do Estado, com a abertura comercial e financeira e a redução do tamanho e do seu papel, respectivamente.

Segundo Simionatto e Nogueira (2001), as medidas propostas pelo Consenso de Washington podem ser resumidas em três blocos: No plano administrativo, exigem-se orçamentos estatais equilibrados, a redução dos gastos públicos e a reforma tributária com impostos voltados para o consumo e não à propriedade e ao lucro. No plano econômico, a exigência passa por uma necessidade de ampliação de capitais excedentes no mercado mundial, com taxas de juros que possam atrair capitais ociosos, na fixação cambial estável e na abertura comercial. No plano ideológico, impõem a participação da iniciativa privada na prática das políticas sociais. Essas medidas terminam por trazer uma nova racionalidade ao capitalismo, exigindo, portanto, uma revisão do papel e das funções do Estado e da sociedade civil.

As agências internacionais – Banco Mundial– Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL – retomam, na década de 1990, a retomada do crescimento e combate à pobreza. Para Simionatto e Nogueira (2001, p.146) isso nada mais é do que o velho “discurso sobre a pobreza e a participação revestido pelo discurso neoliberal modernizado”. Acrescentam ainda que, guardadas as devidas diferenças entre as citadas agências internacionais, suas propostas se fundamentam, basicamente, em programas de estabilização monetária, reformulação do papel do Estado e reforma das políticas sociais, principalmente, dos sistemas de proteção social.

Os países do capitalismo central têm conseguido assegurar seu domínio econômico e político mundialmente, manipulando as decisões dos países

periféricos, o que tem contribuído para a construção de uma concorrência acirrada entre as nações. O Estado, baseado na proposta do Banco Mundial, tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, criando mecanismos que norteiam esse objetivo. Porém, para esta atuação, não mais como agente direto do crescimento, mas como elemento catalisador e impulsionador desse processo. A efetiva reformulação do Estado se resume na descentralização, focalização e privatização. A descentralização das ações estatais é operacionalizada com a participação do mercado, sob o argumento de buscar eficiência e eficácia no gasto com políticas públicas. A focalização determina que os recursos disponíveis devem ser utilizados nos setores de extrema pobreza. A privatização, que vem a ser o deslocamento de bens e serviços de natureza pública para o setor privado, apresenta-se como a saída ideal para aliviar a crise fiscal e garantir maior racionalidade na produção e distribuição de bens e serviços, que passam a ser realizados por associações filantrópicas, organizações comunitárias e não governamentais. As políticas de proteção social passam a ser uma “espécie de neobeneficência” (SIMIONATTO e NOGUEIRA, 2001), as quais já não mais são praticadas pelas damas da sociedade, mas pela parceria entre Estado e sociedade civil, por meio da solidariedade.

O que fica claro, e que Netto (1993) assevera, é que este é um Estado máximo para o capital, e mínimo para o trabalho<sup>32</sup>. Segundo Simionatto (2006), um Estado não mais como provedor único dos serviços públicos<sup>33</sup>, mas como ‘promotor e regulador’, que deve exercer suas funções de acordo com sua capacidade, buscando na iniciativa privada a complementação de sua atuação em políticas sociais, a fim de liberá-lo para concentrar-se no desenvolvimento das forças econômicas.

O momento vivido pelo capitalismo a partir da década de 1970 exigiu que a classe burguesa construísse uma nova modalidade de domínio e subordinação do trabalho ao capital e que, por conseguinte, tivesse o consentimento

---

<sup>32</sup> Montañó (2002) esclarece que o Estado que o neoliberalismo enfrentou, diferentemente do Estado monárquico enfrentado por Locke e outros liberais, é um Estado funcional ao desenvolvimento capitalista/industrial, mas que no entanto incorpora e é permeado por diversas reivindicações trabalhistas. Portanto, minimizar o Estado de bem-estar social é um projeto regressivo.

<sup>33</sup> Serviços públicos considerados como educação, saúde, habitação etc.

da classe trabalhadora aos novos processos de reestruturação do capital. O novo modelo político surge tendo como alvo a redução dos direitos sociais com uma retração do Estado. Com o neoliberalismo consolidou-se a idéia de que o Estado é ineficiente para proteger os direitos sociais, sendo assim necessária a participação da sociedade civil no desenvolvimento de tais atividades.

O discurso da participação não é recente. Já se observava a sua utilização pelas agências e organismos de fomento desde as décadas de 1950 e 1960. Na transição dos anos de 1980 para os anos de 1990 ele volta à cena com velhos e novos atores. Simionatto e Nogueira fazem os seguintes questionamentos a respeito deste “convite” à participação:

Qual a importância real da participação neste período? Quais foram as conseqüências para a sociedade civil? A participação tem propiciado maior democratização e controle social ou a sociedade civil assumiu um papel de simples executora, perdendo um possível protagonismo? Até que ponto as influências das agências multilaterais moldaram as formas participativas de acordo com seus interesses? Quais as distinções entre as diversas propostas? Como se expressam as relações entre a participação e as proposições na esfera das políticas sociais? (2001, p.153).

A participação da sociedade civil neste novo contexto, dos anos de 1990, se deu, como já foi ressaltado, em virtude da redução do papel do Estado como propulsor do desenvolvimento e promotor de serviços sociais. O que vale salientar é que, diferentemente do que ocorreu nos períodos históricos, em que a participação da sociedade era articulada em torno de organizações coletivas, de cunho classista, em busca de interesses mais universais, o que vem ocorrendo hoje é que a sociedade civil é convocada, em nome da cidadania e de um dever cívico, a assumir as funções do Estado pertinentes à proteção social. Quanto à influência das agências multilaterais, é certo que a retração do papel estatal faz parte de suas recomendações. Estudos sobre as propostas do BIRD demonstram que a participação é utilizada como instrumento para uma melhor eficácia dos recursos aplicados, enquanto para o BID o enfoque se dirige para o fortalecimento da sociedade civil, reforçando a sua “participação cívica e democrática”. Na realidade, o que se observa é uma participação despolitizada da sociedade civil. “O discurso da participação aparece descaracterizado e reduzido a uma cooperação entre os

cidadãos, mediada pelo Estado, ausente de sentido político, e envolto em uma grande opacidade e maleabilidade” (id,ibid, p.158)

Fortaleceu-se a discussão entre a esfera pública e privada, asseverando-se que tudo que é ineficiente, insuficiente e aberto à corrupção é público, e tudo que é provedor de uma melhor qualidade vem da esfera privada. Houve uma “satanização” do Estado e uma promoção do mercado e da sociedade civil como pilares do desenvolvimento. Montão (2002, p.156) afirma que a ineficiência estatal se deve em grande parte ao uso do Estado para interesses do capital, tais como “o financiamento de obras necessárias à industrialização, os créditos (quase) a fundo perdido para o capital e a compra de votos para projetos governamentais.” Forma-se então uma nova configuração nas relações sociais, onde a classe burguesa busca a dominação e o consenso (SIMIONATTO,1997) junto à classe trabalhadora, através da idéia de solidariedade.

O Estado convoca a participação do mercado e dos indivíduos no combate à miséria e à desigualdade social. Nesta lógica, a sociedade civil e em particular as empresas privadas vêm sendo vistas como responsáveis pelo cumprimento do processo de transformação societária, por via da disseminação dos princípios de “autoajuda” ou “ajuda mútua”, do voluntariado, da solidariedade e da filantropia (CORREIA, 2005). É neste contexto que surge o terceiro setor fortalecendo o poder do mercado e da lógica empresarial defendendo a “responsabilidade social como um compromisso individual com a qualidade de vida e a construção de uma sociedade mais justa” (SIMIONATTO, NOGUEIRA, 2001, p.152). Nesta direção, o que se observa é o repasse das obrigações do Estado para a iniciativa privada e para o próprio trabalhador. Este deverá, isoladamente, encontrar caminhos para uma melhor condição de vida e ser o único responsável por não decair na miséria. O fenômeno que está encoberto, mistificado, é que se as empresas privadas estão inseridas na lógica do capital, com a preponderância da expansão dos lucros, de forma alguma haveria um compromisso de ajuda mútua entre personagens de interesses antagônicos. Seria ingenuidade pensar que as empresas privadas que vivem da exploração da força de trabalho empreenderiam alguma medida contrária a essa direção.

O modelo político neoliberal preconiza o direito à liberdade individual, porém esta liberdade dentro do contexto capitalista é transformada em uma mercadoria de troca, pois dela só participam os que têm poder de compra, acentuando as desigualdades sociais. Segundo Montão (2002), ao convocar a sociedade civil para atuar em parceria com o Estado, já não há mais uma situação de conflito gerado pela lutas sociais, mas uma situação harmônica em que a negociação é palavra de ordem. Dessa forma, a grande cilada do capital, que é o dono da palavra, consegue fazer com que aqueles que somente têm a sua força de trabalho aceitem passivamente a sua dependência das precárias políticas sociais pelas quais são alcançados. A sociedade civil aparece atuando como distinta do Estado, porém sem questionar o sistema capitalista.

Na década de 1990 chega aos países periféricos, incluindo o Brasil, o avanço tecnológico, acentuando o desemprego no setor industrial, um aumento no setor de serviços e uma maior flexibilidade do trabalhador. Esses acontecimentos contribuíram, também, para o enfraquecimento da força sindical. Somam-se a isso, os efeitos da globalização que segundo Netto (1996, p.91), “vêm agudizando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político-econômico do mundo”.

Com relação à perda de direitos sociais no Brasil, a situação se consolida a partir da Lei nº 9.732 de dezembro de 1998, que define que as Entidades Beneficentes de Assistência Social – EBAS promoveriam a assistência social beneficente, inclusive educacional e de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes. Define também que são consideradas “pessoas carentes” aquelas cuja renda familiar mensal chega no máximo a R\$ 271,99. O Decreto nº 3.048, que regulamenta a referida Lei, relaciona os documentos necessários para caracterizar esta condição, legitimando assim uma pessoa capacitada a receber os benefícios concedidos por essas entidades. Vale salientar que, para Gomes (1999), essa normatização além de não garantir a efetividade dos direitos sociais, ainda obstaculiza a afirmação destes. Com a Lei nº 9.790 de março de 1999, considerada como o “marco legal do terceiro setor”, foram definidas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, que atuam como

entidades privadas de interesse público, sem fins lucrativos, as quais devem transitar para o espaço público não-estatal.

Com isso se observa um afastamento do Estado capitalista no cumprimento de suas obrigações com o atendimento dos direitos sociais, convocando a sociedade civil para atuar nessa esfera. Segundo Gomes (1999), as mudanças no padrão de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas estão sendo feitas obedecendo aos imperativos econômicos de ajuste e de redução dos recursos na área social. A perspectiva marxista aponta que estas novas práticas são uma negação dos direitos, mas que fazem parte do modelo de Estado na contemporaneidade. Elas funcionam como estratégias necessárias a reprodução do capital, no sentido de amenizar os efeitos da *questão social*.

O balanço que poderíamos fazer desses dezanove anos de neoliberalismo no Brasil é de uma sociedade desigual e fragmentada. Esta fragmentação se agrava devido ao avanço tecnológico, com o qual se forma um contingente de pessoas que são excluídas do mercado de trabalho, pois estão sendo substituídas por máquinas. O que lhes resta para garantir a sobrevivência é serem empurrados para um mercado informal ou trabalhos ocasionais em funções sem nenhum tipo de qualificação e sem nenhum amparo quanto aos direitos trabalhistas. Além do que, existem milhares que nem sequer possuem condições para se converter em uma força de trabalho explorável. Segundo Boron (1995), para esses, o grande problema deixa de ser a opressão classista e passa a ser a sua inserção no mercado de trabalho, mesmo que em condições de completa exploração.

A liberdade concedida ao indivíduo pela proposta neoliberal não o coloca numa posição de ser livre, tendo em vista que ele se encontra numa sociedade que iguala liberdade com cidadania<sup>34</sup>, como se fosse possível os homens, serem livres e iguais dentro de uma sociedade permeada pelas desigualdades e com dominação de uma classe sobre outra. A proposta neoliberal é de um Estado

---

<sup>34</sup> Esta perspectiva de cidadania não é algo novo, ou seja, existente somente a partir do neoliberalismo. Ao contrário, ela sempre existiu desde o liberalismo, pois é uma perspectiva de cidadania própria da sociedade burguesa.

democrático, inexoravelmente ligado a um conceito de cidadania, e que possa garantir ao cidadão ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, tendo como fiador o Estado, e que em seu interior passa a ter direitos e deveres. Ora, é evidente que esses direitos do cidadão, dentro de uma democracia, estão ligados aos conflitos de classe, pois os cidadãos pertencem a uma comunidade que apresenta lutas por direitos.

Esta liberdade propagada pela ideologia neoliberal sugere aos indivíduos uma postura individualista, na qual as classes subalternas são invadidas pelo discurso do “salve-se quem puder”, criando uma sociedade que, segundo Tonet (2005, p.110), “é composta por indivíduos competitivos, opostos entre si, cada um procurando satisfazer os seus interesses e tendo os outros como inimigos e não como companheiros”.

Neste cenário, a única forma de solidariedade que se pode apresentar é a filantropia, feita de modo a criar uma dependência de uma classe da outra, pois numa sociedade capitalista, em que os indivíduos se distinguem pelos interesses particulares e opostos entre si, o resultado é uma “guerra de uns contra os outros, somente delimitados entre si por sua individualidade” (TONET, 2005, p.118).

### 3.2 – O conceito de sociedade civil – seu sentido avesso dentro no neoliberalismo

O conceito de sociedade civil, nas últimas décadas, tem gerado entendimentos controversos, os quais são defendidos por determinados projetos societários. Nesta perspectiva, cabe, neste trabalho, uma reflexão sobre os diferentes significados e papéis atribuídos à sociedade civil, procurando elucidar a forma como diferentes projetos políticos utilizam esse termo.

Para o desenvolvimento desta discussão sobre a participação da sociedade civil, termo polêmico devido a sua abrangência, se faz necessário rever a abordagem feita por alguns teóricos. Conforme Tonet (1989), tanto Marx como Gramsci partem do conceito de Hegel. “Para Hegel, a sociedade civil é o momento que sucede à família como lugar da satisfação das necessidades”.(id. ibid., p.6).

Com a dissolução das famílias, surgem as classes sociais, que têm por base os interesses econômicos, e que por serem individualistas e antagônicos passam a estabelecer uma anarquia generalizada, pondo em perigo a própria sobrevivência humana. Segundo Semeraro (1997), Hegel já havia observado que o crescimento da riqueza era contraditório, pois não produzia prosperidade, mas a pobreza e a “plebe”. Estaria ele convencido de que nem a moralidade individual, nem a beneficência particular ou a assistência pública seriam suficientes para conter a proliferação da plebe, uma vez que se tratava de uma consequência natural do sistema produtivo. Para ele, a solução estaria na constituição de um “Estado como princípio superior de ordenamento racional” (id., ibid., p.6) que fosse capaz de superar os conflitos da sociedade civil e garantir o bom funcionamento do todo. Para Hegel, é o Estado que torna os homens livres e esta liberdade consiste em que “ a pessoa com os seus interesses particulares, nele encontra o seu pleno florescimento, tanto como o reconhecimento dos seus direitos.” (id., ibid., p.7)

No pensamento de Marx, a sociedade civil não significa instituições entre família e Estado, como foi concebido por Hegel. O conceito de sociedade civil defendido por Marx, ou seja, como sociedade burguesa, compreende que a sociedade civil “abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX apud TONET, 1989, p:7). Portanto, a sociedade civil se firma dentro da natureza da sociedade burguesa. “Fundada na propriedade privada, regida pelo capital, ela é atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho. (TONET, 1989, p.8). Marx parte do pressuposto de que as condições materiais de existência constituem a base de todo ser social<sup>35</sup>. Pode-se afirmar então que da sociedade civil, perpassada por interesses da classe economicamente dominante, decorrem as contradições entre capital e trabalho.

Em sua obra *A Questão Judaica* (2000), Marx faz uma crítica à emancipação política, mesmo reconhecendo a sua importância, pois a partir dela

---

<sup>35</sup> Como, para Marx, as relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica constituem a dimensão fundante da sociedade civil, todas as outras dimensões são dependentes dela. Mas, segundo Tonet (1997) essa dependência possui um caráter ontológico e não mecânico, como muitas vezes foi interpretado.

surge o cidadão, sujeito de interesses e necessidades egoístas. Este tipo de emancipação liberta o indivíduo para os seus fins individuais e particulares, cujo limite é a propriedade privada. Marx considera a verdadeira emancipação – a emancipação humana – e faz uma alusão crítica à sociedade burguesa, fundada na apropriação privada da riqueza social. Marx (2000) se reporta à revolução burguesa para explicar o poder de limitação do Estado, na qual esta implica uma dupla redução do indivíduo: a primeira se refere ao homem como membro de uma sociedade civil burguesa, onde os indivíduos são independentes, egoístas e buscam seus próprios interesses; a segunda, enquanto pessoa moral, cidadã do Estado. No entanto, não é dada legitimação ao Estado de Direito para intervir na formação e reprodução materiais da sociedade capitalista.

Nesse sentido a sociedade civil burguesa, por estabelecer a relação entre os indivíduos a partir da propriedade privada, não constitui ainda a autêntica realização da essência genérica da humanidade. Por essa via a política será concebida como sendo a atividade prática através da qual os indivíduos tentam superar os antagonismos da sociedade civil a fim de formarem uma comunidade de interesses harmoniosos, fundada na razão. Essa comunidade criada e mantida politicamente é, precisamente, a função pretendida pela emancipação política do Estado burguês. Marx deixa claro, nas *Glosas Críticas* (1995), que a emancipação política é essencialmente limitada, por não alterar os fundamentos a partir dos quais se baseia a sociedade civil burguesa.

Tonet (1997, p.169) afirma que para Marx “o pressuposto fundamental para a compreensão de qualquer fenômeno social, são as relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, que é a sociedade civil, e que é a dimensão fundante da sociabilidade”. E qual seria a dimensão fundante dessa sociabilidade que Marx denominou de emancipação humana?: “o ato fundante seria a compra e venda da força de trabalho na sociedade emancipada, a abolição do trabalho assalariado, da propriedade privada e do capital” (id., *ibid.*, p.174). Portanto, vale ressaltar que Marx conceituava sociedade civil como a sociedade burguesa permeada pelos conflitos de capital e trabalho.

Gramsci,<sup>36</sup> conforme Portelli (1977), compreende sociedade civil e sociedade política fazendo parte da superestrutura. São duas esferas distintas, mas na prática, inseparáveis. Chama de sociedade civil o conjunto de organismos denominados privados, e sociedade política ou Estado a função de hegemonia representada pela classe dominante ou o domínio exercido pelo Estado. Segundo Sameraro (1997, p.3), “Gramsci estabelece uma dialética entre sociedade civil e sociedade política e traça uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos capazes de construir o “bloco histórico”<sup>37</sup>. Portelli (1977), referindo-se à sociedade civil, define-a como um conjunto complexo, e sua vocação para dirigir o bloco histórico depende da adaptação do seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge. Assim, a sociedade civil pode ser considerada como ideologia de classe dirigente, como concepção de mundo difundida entre as camadas sociais e como direção ideológica da sociedade, que abrange as estruturas ideológicas e o material ideológico. Já a sociedade política, que para Gramsci se opõe à sociedade civil, é definida como “dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” (PORTELLI,1977, p.30).

Simionatto (1997) aponta diferenças básicas entre a sociedade civil e a sociedade política, defendida por Gramsci. A primeira refere-se às funções de articulação e reprodução das relações de poder na vida social, que na sociedade civil são feitas por meio de políticas de consenso, enquanto na sociedade política o exercício de poder ocorre sempre através de uma ditadura, ou seja, mediante coerção. Outra diferença apontada pela autora é que os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado; já na sociedade civil, os portadores materiais possuem autonomia em relação à sociedade política.

---

<sup>36</sup> A abordagem de sociedade civil em Gramsci feita neste trabalho se dá pelo fato de o autor, visualizar a sociedade civil como um momento da superestrutura, fazendo parte de uma noção ampliada de Estado. Para ele a superestrutura é a sociedade política mais a sociedade civil. Não um modelo tripartite (Estado,sociedade civil e estrutura), como sugerem os defensores do terceiro setor, mas biparte, Estado e estrutura econômica, numa visão de totalidade.

<sup>37</sup> Bloco histórico na obra de Gramsci é compreendido como “uma situação histórica global, na qual se distingue, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente das relações com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais (PORTELLI,1977, p.15).

Em outros termos, a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de lutas das classes sociais e espaços de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições (SIMIONATTO,1997, p.8).

Gramsci examina a sociedade capitalista no pós-Primeira Guerra e observa que diante das transformações ocorridas, emerge uma nova esfera, que é a sociedade civil, onde as relações entre as classes e a política tornaram-se mais complexas. É exatamente nessas condições que ele vê a possibilidade da construção de uma nova hegemonia e que esta poderia ocorrer por outra via que não a econômica. O conceito de hegemonia em Gramsci parte de sua intuição na diferenciação entre as sociedades orientais e ocidentais. Para ele, o modelo de revolução aplicado na Revolução Russa (1917) não se ajustava às sociedades ocidentais, pois apresentava uma articulação mais complexa diante de um Estado cada vez mais amplo. Portanto, no Ocidente, a sua proposta revolucionária partiria da conquista da hegemonia a ser resgatada na sociedade civil, denominada por ele de “guerra de posição”, na qual se insere um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso entre os setores mais expressivos da população. A conquista dessa hegemonia seria possível devido ao enfraquecimento da direção política e da perda de poder da classe dominante, gerando então uma crise de hegemonia. Em situação de crise, a classe dominada poderia reverter as relações hegemônicas e passar a ser a classe dirigente através do consenso (SIMIONATTO,1995).

Para Simionatto (1997), Gramsci se afasta do idealismo de Hegel, e, partindo dos pressupostos de Marx, tem a clara compreensão de que as condições materiais da sociedade são determinadas por ideias e valores, e que a luta pela hegemonia perpassa por um projeto cultural que propicie à classe trabalhadora um

desenvolvimento de uma consciência crítica<sup>38</sup> do ser social, independentemente do domínio ideológico da classe burguesa. Gramsci não se afasta do marxismo no que se refere ao mundo das relações econômicas, porém se diferencia nas suas interpretações, por defender com insistência a construção de sujeitos ativos e organizados, na luta pela conquista da hegemonia. Parte do pressuposto de que, se não é a consciência que determina o ser social, é, portanto, a consciência do homem que pode apropriar-se das funções da sociedade e capacitá-lo para lutar contra as opressões que condicionam o seu comportamento e destroem as suas aspirações.

Gramsci confere uma ênfase particular à capacidade de articulação da classe dominada de reverter as condições de hegemonia a seu favor, tendo por base uma visão superior de mundo, na qual convergem diferentes grupos que lutam pelos mesmos horizontes políticos e sociais. A construção da hegemonia pela classe dominada exige, assim, “compromisso de classe, superação de interesses particulares e individuais, abertura de espaços para congregar as várias frações de classe.” (SIMIONATTO, 1997, p.4). Essa passagem do momento econômico, corporativo para o momento ético-político, da estrutura à superestrutura, é denominada por Gramsci de *catarse*<sup>39</sup>.

Dentro da defesa que Gramsci faz do homem livre e ativo, a nova sociabilidade chega ao ponto de não precisar do Estado como instância exterior, pois esta nova sociedade desenvolve a responsabilidade pelo público e pelo coletivo. Sendo assim, compreende-se que Gramsci não propõe uma sociedade sem Estado, mas a criação de um novo tipo de Estado. Ele postula um Estado que possa distribuir benefícios e proteção, mas para isso é preciso elevar cultural e moralmente as camadas mais amplas da sociedade e criar nos indivíduos o espírito

---

<sup>38</sup> Para Gramsci, “crítica significa cultura e cultura não significa a simples aquisição de conhecimentos, mas sim tomar partido, posicionar-se frente à história, buscar a liberdade” (SIMIONATTO, 1997, p.3).

<sup>39</sup> A *catarse* significa, assim, o momento em que a esfera egoístico-passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético-político, ao nível da consciência universal. Constitui o momento da passagem de “classe em si” a “classe para si”, em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo “bloco histórico” (SIMIONATTO, 1997.p.4).

revolucionário. Ele aposta no potencial mobilizador da sociedade civil abrangendo todas as classes.

O neoliberalismo faz uma leitura equivocada dos conceitos Estado/sociedade civil apontados por Gramsci. Para este autor, a sociedade civil é vista como “conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos”, e a sociedade política “são os aparelhos coercitivos do Estado” (COUTINHO, 1987, p.66). Segundo Gramsci, a supremacia de uma classe sobre a outra se manifesta de dois modos: pelo domínio e pela direção. A direção deve ser exercida no campo das idéias e da cultura, buscando a formação de consenso. E é assim que a classe dominante tem exercido o seu domínio e direção, repassando a sua ideologia e controlando o consenso através das instituições culturais, chamadas por Gramsci de “aparelhos privados de hegemonia”. Para Gramsci, na sociedade civil, é possível uma luta da classe dominada pela hegemonia, e esta deve ser alcançada por meio de consciência de classe, buscando a convergência de diferentes grupos que lutam pelos mesmos ideais políticos e sociais. Em sua proposta, deve haver uma superação dos interesses particulares em busca de um consenso. Mas esse consenso, também denominado por Gramsci de “guerra de posição”, deve ser organizado, participativo, a fim de que se obtenha não só a direção político-ideológica, mas a conservação do poder. Portanto, não se podem desprezar duas categorias apontadas por Gramsci – hegemonia e revolução – pois resultaria num reducionismo de seu pensamento.

No tocante à revolução, Gramsci faz uma alusão ao *Risorgimento italiano* como exemplo de uma revolução passiva. Nesta modalidade de revolução as decisões são tomadas levando-se em consideração os interesses da classe dominante, sem a participação dos interesses da classe dominada; com isso tem-se a constatação de que o consenso é obtido através da supremacia de uma classe sobre a outra, reforçando a hegemonia da classe burguesa. Ocorre a função de domínio, sem no entanto ocorrer a direção, ou seja, uma ditadura sem consenso. A análise da realidade brasileira que evidencia uma revolução passiva ocorreu a partir do processo de modernização capitalista, sem, no entanto, realizar uma revolução democrática. Na passagem para o capitalismo monopolista, dois fatos revelam o

caráter de uma revolução passiva: o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil e o evidente predomínio das forças ditatoriais, com a explícita exclusão da classe dominada.

Concordamos com Simionatto (1997), quando afirma que há um conceito deturpado de consenso adotado pela sociedade civil brasileira. Ele se refere aos padrões criados pela classe dominante, que por meio do referido “consenso” faz com que a classe dominada aceite a necessidade de sacrifício de todas as classes para uma melhor convivência entre os indivíduos. Reforça-se a cultura de “crise”, e as classes subalternas aceitam o sacrifício, fortalecendo assim a hegemonia burguesa. Na verdade, o que ocorre é uma articulação da classe burguesa, que “através da coerção procura recompor a sua hegemonia por meio de sacrifícios, concessões ou promessas demagógicas” (SIMIONATTO, 1995, p.41).

Este sentido avessado de sociedade civil vem a se encaixar no trinômio do ideário neoliberal, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING, BOSCHETTI, 2006). Com o projeto neoliberal no Brasil, a cultura que emerge é a substituição da atuação estatal pela livre regulação do mercado. O Estado passa a ser visto como incapaz de atender aos interesses das classes subalternizadas. Ocorre uma transferência de responsabilidade para as instituições privadas e novas modalidades de instituições. Passa-se a propagar que tudo o que vem da sociedade civil é visto de modo positivo, enquanto tudo o que vem do Estado é marcado por um traço negativo. Faz-se uma apresentação da sociedade civil como uma esfera alternativa em relação ao Estado, e muitas vezes como anti-Estado. O discurso do projeto neoliberal se apoia em uma concepção equivocada do conceito feito por Gramsci sobre sociedade civil, apropriando-se do potencial mobilizador das camadas da sociedade, para criar uma mudança de perfil do enfrentamento das expressões da *questão social*.

O conceito de sociedade civil no Brasil já foi abordado de várias maneiras. No final da década de 1970, era “sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar” (GOHN, 2005, p.70). Tinha-se na sociedade civil a crença de que esta deveria se mobilizar e lutar contra os militares do poder e políticas públicas que privilegiavam o capital. A intenção era criar um movimento que fosse autônomo, independente do Estado, cujo caráter era

de desobediência civil e resistência ao regime político predominante. A partir de 1985, com a saída dos militares do poder, começa a se alterar o conceito de sociedade civil. Passa a haver uma fragmentação, dos até então, sujeitos dos movimentos populares, oriundos dos conflitos nos sindicatos e movimentos populares de bairros. Surge uma pluralidade de novos sujeitos, cuja essência do discurso já não é mais a autonomia e sim a cidadania. Esta cidadania adota um significado de participação civil, de exercício de civilidade, de responsabilidade social, e não trata apenas dos direitos, mas dos deveres. Com isso se homogeneízam os membros da sociedade civil, responsabilizando a todos de igual modo. Para Gohn,

[...] a sociedade civil se amplia para se entrelaçar com a sociedade política. [...] Desenvolve-se o novo espaço público denominado público não-estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais (2005, p.77).

O conceito de sociedade civil que vem se propagando é que esta representa um espaço fundamental para a promoção da cidadania, da democracia, da justiça social e de muitos outros valores desejáveis. No entanto, não se aceitam os movimentos sociais, tais como as mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como uma prática desejável da sociedade civil. Como afirma Coutinho (1997, p.145), o conceito de cidadania pode ser expresso pela “capacidade de conquista de indivíduos que se apropriam de bens socialmente criados, de atualizarem em cada contexto histórico as mais amplas potencialidades de realizações humanas”. Ainda conforme o autor em pauta, democracia pode ser conceituada como a “presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto de cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. Desse modo, o conceito que tem se tornado cada vez mais hegemônico, é também uma ameaça ao entendimento sobre democracia e cidadania.

As ações praticadas pela sociedade civil, obedecendo aos padrões estabelecidos pelos organismos internacionais, vêm se distanciando cada vez mais

da criação de condições sociais mais igualitárias. A promoção da justiça social é mistificada pela idéia de solidariedade, dentro de um discurso ilusório e conservador. Assim, o atendimento das demandas sociais passa a ser orientado pelos critérios do Estado, que obedece aos acordos com organismos internacionais, e a participação da sociedade civil se restringe à negociação política com os representantes do governo, numa postura de consenso.

Nos anos de 1990, no Brasil, o conceito de sociedade civil se amplia e surgem as entidades autodenominadas de terceiro setor, de procedência norte-americana, em que o associativismo e o voluntarismo fazem parte das culturas política e cívica, fundamentadas no individualismo liberal, que concebe a sociedade como a soma das ações individuais. Essas ações são realizadas buscando otimizar os benefícios a partir de meios escassos, ou seja, de forma racional se estabelece uma conexão entre meios e fins. O somatório de ações racionais, egoístas e otimizadoras gerará o bem-estar geral. Segundo Montaña (2002), a conceituação ideológica do terceiro setor, é que são organizações da sociedade civil não-estatais e não-mercantis que emergem para tratar das expressões da *questão social* dentro de um processo de reestruturação do capital. Figuram nesse conceito, de modo equivalente, as entidades filantrópicas, as organizações não governamentais, associações de moradores e outros grupos comunitários de perfil diverso. O que se omite, é que esses atores caracterizam uma sociedade civil despolitizada, incapaz de exercer a cidadania e, conseqüentemente, a democracia. Portanto, o tratamento dado às expressões da *questão social* pelas entidades do terceiro setor não são capazes de aprofundar o debate acerca das desigualdades sociais, nem muito menos tocar na estrutura que gera essas desigualdades e a pobreza. Essas organizações, em sua maioria, atuam no sentido de minimizar os aspectos de extrema pobreza, ocultando as contradições do sistema capitalista, camuflando as lutas de classe.

Assim, as organizações do terceiro setor se caracterizam por não serem públicas nem privadas, pois se o Estado está em crise e o privado se orienta pela expansão dos lucros, nem um, nem outro tem condições de dar respostas às demandas sociais. Nesta proposta, o que ocorre é a despolitização do debate, com

a mistificação das contradições de classe<sup>40</sup> e a subordinação aos preceitos neoliberais, forjando uma proposta democratizadora.

A proposta do terceiro setor desconhece a sociedade como um espaço de luta pela hegemonia e limita as lutas sociais a uma permanência dos direitos; estes devem ser agora atendidos pelas organizações do terceiro setor, corroborando o projeto neoliberal, que transfere as atividades do Estado para a iniciativa privada. O risco intrínseco nesta proposição é esquecer que a sociedade civil, enquanto tal, é um espaço por excelência da exploração econômica, sob a hegemonia da classe dominante.

A ideologia neoliberal tem como base um conceito despolitizado de sociedade civil, situando-o falsamente para além do mercado e do Estado. Este é o conceito reducionista do qual se valem as agências multilaterais. Tal conceito nada tem a ver com o pensamento de Gramsci, que adota um conceito nitidamente político, ou seja, uma esfera do ser social, com expressa luta de classe pela hegemonia. Também não se coaduna com o conceito de sociedade civil na perspectiva marxista, pois este apreende o termo como sociedade burguesa, na qual estão presentes os conflitos decorrentes da relação entre capital e trabalho.

### 3.3 – As propostas do Estado e da sociedade civil no enfrentamento das expressões da *questão social*

Com o enfraquecimento das bases sustentadoras do liberalismo, que ocorreu ao longo da metade do século XIX e início do século XX, tendo como divisor de águas a crise de 1929/33 vivida pelo capital, instaura-se uma inquietação quanto aos pressupostos do liberalismo. Keynes (1973) questionou o conceito de equilíbrio econômico, em que a economia capitalista é autorregulável por meio da “mão invisível”, e que já não necessariamente produzia a propagada harmonia entre os interesses dos agentes econômicos e o bem-estar geral. Segundo o autor em

---

<sup>40</sup> O debate das contradições de classe está presente no conceito de Gramsci, quando explicita a articulação com a luta pela hegemonia e a conquista do poder por classes subalternas, denotando assim a sua dimensão de classe (SIMIONATTO, 1995).

pauta, em busca de um ganho máximo, o comportamento individual dos produtores, consumidores e assalariados poderia gerar uma crise, a despeito das forças do mercado livre. E essa crise adviria da insuficiência da demanda efetiva<sup>41</sup>. A teoria de Keynes pode ser resumida nas seguintes proposições: primeiro, que a renda depende do volume de emprego; segundo, que a relação entre a renda de uma comunidade e o que ela está disposta a consumir depende das características psicológicas desta comunidade, a qual Keynes (1973,p.63) denominou de “propensão a consumir”; terceiro, que a quantidade de mão-de-obra que os empresários resolvem empregar depende tanto do montante que se espera que seja gasto pela comunidade como do que seja aplicado em novos investimentos; quarto, que a oferta agregada depende da propensão a consumir; conseqüentemente o nível de emprego em equilíbrio depende da oferta agregada, da propensão a consumir e do montante de investimento.

Para Keynes, o Estado tem legitimidade para intervir não só visando restabelecer o equilíbrio econômico, através de uma política fiscal que estimule a economia, como também atuar no incremento das políticas sociais. Segundo Behring (2000), tratava-se do retorno do Estado mediador civilizador. Contudo, os anos dourados desse Estado começam a dar sinais de declínio por volta do final da década de 1960. Fatos como a incapacidade de absorção da mão-de-obra jovem que se apresentava em 1968, o crescimento da dívida pública e privada e a alta do preço do petróleo em 1973/74 foram sinais de que o sonho do pleno-emprego e da proteção social havia terminado no capitalismo central e, decerto, comprometido em países em que não chegou a se realizar. Com o declínio do Estado de bem-estar, o liberalismo toma fôlego, ressurgindo com proposições em que entre outras, está o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da relação entre esses direitos e a política social, em que se baseava o pacto político anterior.

No Brasil, com a Constituição de 1988, chamada de “Constituição cidadã”, surgia a perspectiva da construção de um padrão de proteção social

---

<sup>41</sup> A demanda efetiva é aquela que reúne bens e serviços para os quais há capacidade de pagamento. Quando há insuficiência de demanda efetiva, não existem meios de pagamento suficientes em circulação, o que pode levar à crise. Neste sentido o Estado pode intervir, evitando tal insuficiência. Na economia de mercado, a demanda efetiva é o que importa, embora seja inferior à demanda decorrente das necessidades do conjunto da população (BEHRING, 2000,p.26).

universal. O artigo 6º da Constituição Federal assim define: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

No Brasil, o neoliberalismo tem, podemos assim dizer, uma chegada tardia, no limiar dos anos 90<sup>42</sup> e vai se materializar no final do governo do presidente José Sarney. Segue com Fernando Collor de Mello, no plano denominado de *Brasil Novo*, o qual teve como pontos principais as privatizações e a abertura para o mercado internacional. Não podemos esquecer que durante esse governo assistimos a um total “descumprimento das deliberações sociais consagradas na Constituição Federal de 1988, sendo contraditoriamente proposta uma Reforma Constitucional com indicações clarividentes de uma postura neoliberal” (PORTO, 2007, p.80). Com o *impeachment* de Fernando Collor, assume Itamar Franco, por um breve período de dois anos, empossando Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, que consegue, logo após, se eleger como presidente e ainda renovar seu mandato. Apesar do seu passado esquerdista, FHC prossegue na mesma linha das ideologias neoliberais. Seu governo teve como objetivo prioritário o equilíbrio orçamentário, obtido através do ajuste fiscal, no qual explicita que o principal problema do país era o déficit público. Com isso, trouxe para os Estados e Municípios um grande arrocho fiscal, resultando em implicações desastrosas sobre as políticas sociais. Assim, atravessamos a década de 1990 tentando reformar a Constituição de 1988.

Em nível mundial observamos que as crises do Estado e do capital, vividas desde os anos de 1970, são responsáveis pelo desmonte das políticas sociais e pela desestruturação do mercado de trabalho. E historicamente, no Brasil, constatamos que a construção da política social, seguindo o mesmo parâmetro, parece não responder aos apelos e propósitos da resolução da *questão social*. O modelo de proteção social criado no país, sob a égide de um Estado nacional-

---

<sup>42</sup>Entre as principais razões da adesão do Brasil ao neoliberalismo, pode-se destacar o agravamento da crise econômica desencadeada entre os anos de 1989/90 e o esgotamento do modelo intervencionista estatal, inaugurado na década de 1930.

populista (1930/64), e depois sob o comando do Estado autoritário-burocrático (1964/84), se baseia em políticas sociais fragmentadas e excludentes<sup>43</sup>.

Podemos citar como fatores causais desta situação três aspectos relevantes: primeiro, a histórica subordinação do social ao econômico em todas as fases da política republicana.<sup>44</sup> Prova disso é a fé no desenvolvimento industrial e na mobilidade social ascendente para a solução da questão social. Segundo, há uma desigualdade social extrema, a qual se estende até ao ambiente das empresas, onde os empresários, com um discurso enganador, podem conferir aos empregados alguns benefícios, e os trabalhadores, devido às suas necessidades de sobrevivência, se moldam às exigências empresariais, a fim de serem alvo dos benefícios do empregador<sup>45</sup>. Por fim, a grande capacidade de encaminhar soluções para a questão econômica e com pouca criatividade para soluções na área social. Assim, temos uma *reforma agrária* que não modifica as relações humanas no campo, uma *reforma tributária e fiscal* que não altera a redistribuição dos gastos, e uma *reforma social* que não universaliza os direitos sociais.

As formulações das políticas sociais terminam por adotar uma visão reducionista e fragmentada do todo. Segundo Behring (2000, p.16) , é preciso “recorrer à bússola metodológica de Marx” e buscar uma leitura abrangente e totalizadora dos processos que delineiam um fenômeno social. “A questão da política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas – socioeconômicas, políticas, culturais, e sujeitos políticos/forças sociais/classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada (FALEIROS,1986 apud BEHRING, 2000, p.14).

No final da década de 1990, o resultado geral deste programa de negação das políticas públicas sociais é desalentador. Assistimos a um crescimento do desemprego, da pobreza e da desigualdade. Os índices de desemprego no Brasil o colocam entre as nações mais atingidas desde a década de 1980. De acordo com

---

<sup>43</sup> Alfredo Batista (1999) faz um relato sobre o histórico da administração pública no país a partir de sua independência em 1822, com a instauração de uma administração patrimonialista, passando pela administração burocrática e indo até a administração gerencial.

<sup>44</sup> Sobre a subordinação da políticas sociais ao econômico, ver Behring (2000) e Porto (2007).

<sup>45</sup> Sobre a relação entre empregado e empregador, ver o que diz Mattos (1998) sobre os acordos feitos pelas centrais sindicais.

Mattos (1998), no início dos anos 90 o desemprego atingiu diretamente a área mais industrializada do Brasil, localizada nas regiões Centro-sul e Sudeste, e em janeiro de 1998 a taxa de desemprego em São Paulo chegou a 16,6%, contra os 13,9% do mesmo período no ano anterior. Vale registrar que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, nos anos de 1990 o percentual de trabalhadores empregados, com carteira assinada, caiu de 53,74% em 1991 para 46,36 % em 1997. Ao passo que o número de trabalhadores que estão na informalidade cresceu no mesmo período de 23,18% para 26,08%. No tocante à pobreza e desigualdade no Brasil, segundo Pochmann *et alii* (2005), no início do século XXI apenas 2,4% das famílias foram consideradas ricas, e tais famílias possuíam uma renda familiar mensal média de R\$ 22.487,00. Isso significa que essa renda familiar média mensal era catorze vezes maior que a renda familiar média do país, e cerca de oitenta vezes superior à linha de pobreza, abaixo da qual se situam os 20% mais pobres do país.

O Estado na concepção neoliberal limita-se a administrar as contradições entre as classes sociais, conservando e contribuindo para a existência de classes distintas e de interesses antagônicos. Eliminar essa contradição seria eliminar a si mesmo, pois o Estado repousa sobre as posições contrárias, que são: os interesses gerais e os públicos; a vida pública e a privada (TONET, 2005). Com um Estado fundamentado na ideologia neoliberal, instaura-se um processo contraditório ao princípio da universalidade da seguridade social. A *questão social* deixa de ser concebida como expressão oriunda de conflitos de classe e passa a ser tratada de forma fragmentada e isolada do conflito capital/trabalho. Para Dias (2006, p.23), “o Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes, como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasse) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política”.

A partir de 1995, no país, deu-se início às reformas administrativas, que visava estabelecer uma administração gerencial de caráter social-democrático; gerencial porque deveria ser inspirado nas empresas privadas, e social-democrático porque confirmaria o caráter peculiar da administração pública, que não pode se restringir apenas à administração empresarial. Batista (2003) chama a atenção para a concepção liberal sobre a sociedade civil dentro da reforma do Estado,

entendendo-a como um recurso gerencial das políticas governamentais, e assim, atuar tanto no que diz respeito ao controle social, tendo apenas o poder de fiscalizar as ações governamentais, com um diminuto poder para fazer propostas, como quando é convocada, na posição de “parceiro” do Estado, para execução de políticas via organizações sociais sem fins lucrativos. Segundo o autor, dessa forma a sociedade civil está sendo usada simplesmente “como um instrumento para despolitização e desresponsabilização do Estado”(p.153)..

Dentre as premissas de defesa da Reforma do Estado feitas pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado (extinto MARE), Bresser Pereira, estava a de que o Estado cresceu demasiadamente e necessitava de uma delimitação de suas atribuições e uma consequente redução do seu quadro de pessoal. Isso deveria ocorrer por meio das privatizações, terceirizações e a publicização. A publicização se refere à transferência para o setor público não-estatal, dos serviços sociais e científicos prestados pelo Estado. Montañó (2002) ressalta que essa transferência de responsabilidade dos órgãos federais para as organizações do terceiro setor, para a execução de políticas sociais, foi chamada enganosamente de publicização. Mas, na verdade, é uma privatização. A reforma do Estado é compreendida no contexto da crise global do capitalismo, no qual os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, recomendam uma racionalização dos investimentos na área social, diminuindo o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada:

“o papel do Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não enquanto agente direto do crescimento, senão como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo” (Banco Mundial, 1997, p.1, apud Simionatto, 2007, p.1)

Desta forma, confirma-se que a atuação dos Estados nos moldes do *Welfare State*, não combina com a atual economia globalizada, já que a revolução tecnológica trouxe para as empresas uma maior função dentro dos mercados, possibilitando assumirem maiores competências.

Segundo Simões (2004, p.406), “agora o Estado, apesar de se reduzir formalmente, passou a expandir-se para dentro da sociedade civil, por meio

de bens simbólicos (ideais e símbolos de participação, solidariedade, comunitarismo, paz e estabilidade)”. Sociedade civil e mercado estarão fortalecidos pela atuação de um Estado mínimo. Nesse contexto, as empresas privadas passaram também a assumir tarefas de responsabilidade social em seus projetos institucionais.

Dentro da Reforma do Estado, a sociedade civil também é convocada a atuar com mecanismos de controle das ações governamentais. É o controle social. Para o Banco Mundial, a participação da sociedade civil torna o Estado mais eficiente, por possibilitar atender grupos minoritários e mais pobres através do seu controle sobre as ações governamentais. A questão está em que o nosso controle social ainda é feito nos moldes das sociedades pré-capitalistas, dominadas pela relação de dependência. A sociedade civil é permeada pela lógica do mercado, com a hegemonia dos interesses de empresas privadas, revelando assim a existência de uma classe dependente.

Para a efetivação das medidas a serem adotadas pela Reforma<sup>46</sup> do Estado foi criado um Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE/MARE,1995), que teve a preocupação de delimitar, com clareza, as funções do Estado. Entre as funções apontadas estavam aquelas que pertenciam ao Núcleo de Serviços Não-exclusivos. A partir deste núcleo de funções foi preciso alterar a legislação que regulamentava as formas de propriedade no país. Foi o primeiro passo para a criação do terceiro setor. Batista (1999) assim se refere ao tema:

Assim, além da propriedade pública e da propriedade privada, criou-se uma terceira forma: a propriedade pública não-estatal. Para os países envolvidos no processo de “globalização”, era o espaço que necessitava para legalizar e estruturar o denominado terceiro setor (p.75).

---

<sup>46</sup> “ Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando o seu sentido, suas conseqüências sociais e sua direção sócio-histórica.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006,p.149).

Após um longo processo de debates, em março de 1999 foi aprovada a Lei nº 9.790, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, institui e disciplina o documento legal, denominado “Termo de Parceria”. Estas organizações deverão ter como finalidade, a fomentação de pelo menos um objetivo social, tais como, a promoção da assistência social, cultura, educação e saúde gratuitas, segurança alimentar e nutricional, defesa de direitos e do meio ambiente, promoção da ética, da paz, da cidadania e da democracia, do desenvolvimento econômico social e combate à pobreza, produção de estudos e pesquisas. Portanto, as OSCIPs são entidades privadas de interesse público, sem fins lucrativos, as quais transitam para o espaço público não-estatal, observado o princípio da universalização dos serviços. O “Termo de Parceria” foi o instrumento criado para firmar entre o poder público e as entidades qualificadas como OSCIPs o vínculo de cooperação entre as partes, com o intuito de fomentar e executar atividades de interesse público. A Lei nº 9.790/99, no dizer de Bresser Pereira, “simplifica” o processo de habilitação das entidades junto ao Poder Público, no caso, ao Ministério da Justiça, e a devida prestação de contas dos recursos financeiros recebidos. Behring (2003) destaca que a “simplificação e desburocratização” do processo de credenciamento destas entidades, terminam por ser feitas sem critérios técnicos da área em que pretende atuar, como a mais pura expressão de clientelismo e patrimonialismo. Vale salientar que no PDRE-Mare a assistência social não existe como política pública, e o credenciamento dessas entidades não passam pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Esta determinação nos lembra o passado recente<sup>47</sup> no qual as subvenções sociais a entidades credenciadas eram feitas com um caráter preferencial e tendencioso.

As leis que normatizam o funcionamento dessas organizações são de fundamental importância para a tão falada mudança de postura do empresariado, agora preocupado como social. Para viabilizar tal comportamento o Estado desenvolve uma série de medidas que garantem a atuação das empresas privadas,

---

<sup>47</sup> Nosso passado recente nos lembra que as subvenções sociais para credenciamento de entidades eram feitas sem critério técnico, ou seja, sem um parecer técnico sobre a entidade, na área na qual ela pretende atuar.

tais como: 1- auxílios e contribuições; 2- subvenções sociais que se destinam a cobrir despesas de custeio de empresas públicas ou privadas, sem fins lucrativos para a prestação de serviços de assistência social; 3- contratos de gestão para entidades privadas, sem fins lucrativos, sem processo licitatório, para que realizem atividades públicas. 4- isenção de impostos ou renúncia fiscal do Estado. Segundo Montaño (2002), a renúncia fiscal a pessoas jurídicas no ano de 2000 chegou a quase 26 milhões de reais.

O domínio neoliberal tem usado a responsabilidade social empresarial como formadora de consenso a serviço de seus ideais. O discurso da responsabilidade social empresarial enfraquece a classe trabalhadora, sob o manto encantador e atraente da solidariedade. Os reflexos da crise do capital dos anos de 1970, e que se aprofundaram com os avanços tecnológicos, já não são percebidos, na sua essência, pela classe trabalhadora, que aceita de forma conivente que possa haver uma nova forma societária a partir de uma iniciativa solidária da sociedade civil. Ora, se o mercado se rege pela lógica da rentabilidade econômica, em que a prioridade é sempre o lucro e não as necessidades humanas, isso significa que a participação da sociedade civil através das empresas privadas, nas respostas às refrações da *questão social*, será sempre pautada num discurso progressista e conservador da ordem vigente.

Observa-se que desde o fordismo-taylorismo já havia no interior das empresas uma preocupação em manter um rígido controle do processo de trabalho, o qual era preservado mais pelas formas de coerção do que pelo consenso, baseado nos princípios da Administração Científica. Com o advento da Escola de Relações Humanas, tem-se uma visão mais humanizada do trabalhador, enxergando nele a sua capacidade de contribuir no processo decisório e, conseqüentemente, no aumento da produção. Mesmo assim, as duas escolas procuravam induzir o trabalhador a que as recompensas por ele percebidas, tanto materiais como sociais, eram uma justa contrapartida pelo seu trabalho. Com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se evidente a necessidade de articular a coerção e a persuasão como estratégias de controle dos conflitos inerentes à relação capital e trabalho. Segundo Carneiro (2006),

Para o trabalho, a gestão do consenso manifesta uma nova forma de alienação que encobre as desigualdades entre as classes, fragmenta o movimento de resistência ao capital e amplia a exploração da força de trabalho, tanto tecnicamente – intensidade do trabalho alcançada pela rigidez da produção – quanto ideologicamente, pelo fetiche criado em torno da conquista de benefícios e direitos sociais alcançados com a vigência do Estado de bem-estar social (p.101).

Dessa forma o capital consegue, por meio do consenso, mistificar a exploração do trabalho, as contradições entre as classes, e manter as bases para o seu desenvolvimento dentro de um discurso progressista e conservador. A esse processo podemos acrescentar que, ao longo do século XX, houve uma permanente intervenção do Estado nas relações trabalhistas e uma opção por uma prática de baixos salários e uma extensiva utilização de mão-de-obra. O resultado desse acordo conservador, entre o capital, o Estado e o próprio trabalhador, é um estado de pobreza que convive com o processo de acumulação e concentração de riqueza.

A análise liberal das expressões da *questão social* tenta esvaziá-la da sua dimensão política e tratá-la como um problema moral. Segundo Beghin (2005), este modelo de regular a pobreza tem raízes na filantropia, que no Brasil há quatro séculos vem sendo associada predominantemente à Igreja Católica, que a pratica no sentido de caridade<sup>48</sup>. A filantropia desvia a atenção dos conflitos inerentes às desigualdades, para tratá-los, de modo despolitizado, partindo do princípio de que a moral é a chave para resolver o embate entre a miséria e a ordem social. Sugere bases morais de solidariedade que possibilitem regular a pobreza ao ponto de reduzir os perigos que ela representa para a sociabilidade. Para Beghin (2005), este modelo de filantropia se amolda bem ao processo de acumulação do capital, pois nem interfere no interesses econômicos e ainda contribui com o Estado no tocante as suas dívidas para com os pobres.

Mestriner (2005, p.39) afirma que essas práticas assistenciais passaram por fases e alianças que deixaram marcas difíceis de superar: “da

---

<sup>48</sup> “A igreja católica, que tradicionalmente dominou o setor da filantropia por intermédio das suas congregações religiosas, apoiada pelas novas teses trazidas pelas encíclicas papais, investiu nessa aliança nos momentos estratégicos de crise, de forma a expandir sua doutrina e poder. Com sua força disciplinadora, colaborou também para o abrandamento das pressões populares, disputando subliminarmente com o Estado o controle social e ideológico sobre a sociedade.” (Mestriner,2005, p.286).

filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela, foi-se construindo uma estratégia de intervenção no espaço urbano, de controle da pobreza e das classes desviantes”.

A filantropia procura moralizar os pobres de modo que aceitem o papel que representam dentro da sociedade. O eixo central da retórica da filantropia é mostrar que a pobreza é “normal” e, sendo assim, deve-se abrir mão de resistir a essa ordem. Beghin (2005) evidencia dois tipos de filantropia empresarial. A primeira, denominada de filantropia empresarial da caridade, com raízes no sentimento religioso, oriundo da concepção católica de caridade. Nesta, a pobreza é vista como algo natural, e a prática de ações filantrópicas é movida pela ética, pela solidariedade e pelo alívio da consciência dos que doam, por estarem em condições privilegiadas. A “ajuda” ou “esmola” é dada de forma discricionária e localizada a alguns grupos selecionados pelo próprio empresário, que se sente como contribuinte de boas ações para com os pobres; estes por sua vez, devem submissão e acomodação por sua situação de dependência. O segundo modelo levantado pela citada autora é a neofilantropia empresarial. Assim como a primeira, esta também tenta regular a pobreza fora do âmbito político, retirando a possibilidade de direito e igualdade; a cidadania toma o significado de participação e entram em cena novas denominações, como beneficiários ou usuários de serviços.

Outra característica marcante desse modelo é que o interesse econômico é que comanda esta prática, tornando notório o aspecto de busca de resultados mensuráveis. Conforme a autora, o interesse econômico é evidenciado através de mecanismos como a comunicação, por meio do *marketing* social e do Balanço Social<sup>49</sup> e, institucionalmente, por meio de organizações financiadas pelas empresas, para que realizem pesquisas e disseminem informações, promovam cursos de empreendedorismo social e instituem prêmios entre as pessoas interessadas no assunto.

---

<sup>49</sup> Balanço social é um instrumento que reúne um conjunto de informações das empresas sobre a relação capital/trabalho, sobre os investimentos feitos no meio ambiente e em projetos voltados para a comunidade. No Brasil, a publicação do Balanço Social não é obrigatória e não existe um modelo padrão. (Beghin, 2005,p.59).

Outra ferramenta utilizada é a parceria que, a princípio, é entendida como “convergência de diferentes atores em torno de um projeto comum, resultando em responsabilidades compartilhadas, entre empresas e organizações sem fins lucrativos ou governamentais” (Beghin, 2005, p.60). Evidencia-se uma prática clientelista, na qual o “dono” dos serviços é o empresário, e por isso compete a ele decidir como os recursos serão aplicados<sup>50</sup>. Os pobres, por sua vez, tornam-se mais dependentes da ajuda privada, pois passam a ter acesso a bens e serviços que antes não tinham, no entanto, recebem-nos como uma ajuda e nunca como um direito.

Seria ingenuidade pensar que as atividades filantrópicas das empresas não possuam fins lucrativos. Basta observar que não é de interesse das grandes corporações fazer atividades filantrópicas aos pobres da África, onde não existe um mercado consumidor. Como também não dá para ignorar o interesse da Microsoft em doar duzentos milhões de dólares para abastecer bibliotecas públicas americanas com *softwares* educacionais.

Sposati (2001) faz algumas considerações importantes sobre a conexão existente entre assistência social e filantropia. Primeiro, diz a autora que o trato da *questão social* não é assunto da moralidade privada e sim da justiça social e pública. Cabe ao Estado exercer mudanças necessárias na sociedade para atender às necessidades sociais. Segundo, que a prática da assistência social, quando feita no âmbito da moral privada, assume uma versão filantrópica e não de direito adquirido. Um exemplo claro são as atividades da “primeira-dama que cuida dos pobres”; também, os “empresários bondosos”, que se dignificam por meio de boas ações sem fins lucrativos e políticas de doação de esmolas, subvenções, contribuições, como uma distribuição filantrópica. Essas ações negam direitos, ao invés de afirmá-los. Enfim, afirma a autora que a assistência social não pode ser praticada como concessão filantrópica, mas como um direito garantido.

---

<sup>50</sup>Para Groppo (2007), trata-se de uma antiga estratégia do capitalismo, descrita por Marx, sobre a questão da mercadoria que tem o seu valor de uso transformado em valor de troca. O que vem ocorrendo é a transformação do valor de uso de uma verdadeira responsabilidade social empresarial, visando as necessidades humanas, em valor de troca, ou seja, a solidariedade torna-se uma mercadoria mensurável, pela qual se busca obter resultados com a sua venda no mercado.

O projeto neoliberal da sociedade brasileira está atravessado pela ideologia da solidariedade, pois segundo Gusmão (2000, p.96), atua junto ao proletariado, fazendo com que este conclua que “a prática da união entre trabalhadores pareça impossível, e o operariado abre mão da solidariedade intrínseca à sua organização, em nome da solidariedade com o empresariado, tendo em vista a sua sobrevivência”. Este é o sentido que adotamos para o debate nesta dissertação. É assim que as expressões da *questão social* estão sendo consideradas pelo projeto neoliberal; a partir das bases morais de uma solidariedade, que consiga administrar a pobreza, sem no entanto buscar a eliminação. Mestriner (2005) destaca que está se reproduzindo a velha benemerência sob a nova solidariedade, na qual se tenta convencer que classes antagônicas ganham de igual modo, com a troca de favores.

Hoje, no Brasil, o termo solidariedade tem sofrido distorções semânticas e tem sido usado como instrumento para o tratamento dos males sociais. No entanto, de acordo com Groppo (2007, p.153), o verdadeiro sentido do termo solidariedade é compreendido a partir da “auto-identificação de uma coletividade em torno de suas necessidades e interesses e de constituição de uma sociedade civil atuante em um espaço público em que as demandas sociais poderiam se articular como direitos universalmente garantidos”. O que se observa é que o sentido de solidariedade é entendido unicamente como a base para as ações filantrópicas. Originalmente, este foi um termo utilizado pela classe operária em seu terreno de lutas de classe. As tentativas de distorcer esse termo surgiram no interior da sociedade capitalista brasileira, levando-o para “auxiliar a concepção de consentimento entre classes de interesses antagônicos (Gusmão,2000). Com a passagem do fordismo para a acumulação flexível, houve uma mudança dos valores coletivos da classe trabalhadora para valores individualistas. Neste contexto da reestruturação produtiva, o trabalhador é convocado pelo empresariado a contribuir, numa prática de consenso, com os objetivos empresariais, tendo como retribuição a sua permanência no emprego<sup>51</sup>. O exército industrial de reserva contribui

---

<sup>51</sup> Com a adesão consentida às práticas de exploração por parte do empresariado, muito embora seja prometida uma permanência no emprego, na realidade o que está em primazia são os interesses do capital, sempre em detrimento do interesse do trabalhador.

subjetivamente para essa adesão consentida de exploração, fazendo desaparecer a solidariedade entre membros da classe trabalhadora.

Mas outros termos foram igualmente modificados no seu entendimento, criando assim um novo vocabulário político. O termo cidadania “passa a ser considerado como “participação comunitária” (no grupo local, em determinada localidade) (TELLES, 2001, p.161, apud GROPPPO, 2007, p.152). Cidadania passa a ser considerada como a boa vontade em participar quando se é tocado pelos problemas dos outros. César (2006) aponta que ao termo solidariedade foi acrescentada a palavra consciência, o que significa criar uma consciência de cidadania nos empresários de modo a agirem onde o Estado é ineficiente. As ações sociais passam a atuar no campo neutro, denominado “sociedade civil”, como um apelo à responsabilidade dos empresários em favor da própria vida social, numa visão de sociabilidade em “harmonia”, livre de conflitos e de lutas de classe.

Para Amaral (2007), o termo cidadania, na história brasileira, está atrelado ao sentido de desenvolvimento econômico e industrial. Por conseguinte, cidadão é o indivíduo que pode participar da vida política e econômica do país, na condição de consumidor, pois de igual modo, passou por estágios de desenvolvimento e está inserido no mercado de trabalho. Este é alvo das ações de responsabilidade social empresarial, mas as empresas fazem questão de diferenciar essas práticas de meras ações filantrópicas, denominando-as com novas expressões, tais como investimento social privado, cidadania empresarial, empresa cidadã ou empresa voluntária. Amaral (idem) afirma que a responsabilidade empresarial responde ao objetivo de fazer o trabalhador ter a ilusão de ser dono de sua própria vida e fazer suas escolhas de modo que venha a ter uma vida saudável e feliz. Funcionam tanto como mecanismos de controle para uma maior produtividade como para reproduzir a ideologia da cultura dominante. Exemplo desse fato foi dado por Antonio Fortunato Brustelo,(2007) presidente de uma indústria localizada no interior de São Paulo, quando ele afirma que as empresas que investem no bem-estar dos funcionários têm um retorno que vai além de um saldo positivo no final do mês, pois obtêm a cumplicidade dos trabalhadores com a empresa, a melhoria nos relacionamentos internos, a redução de desperdícios e

maior qualidade dos produtos. Assim, o discurso da responsabilidade social contribui para o gerenciamento do trabalho, mascarando o seu caráter alienante e dominador.

Outro termo que teve um ressignificado foi o de sociedade civil, pois, no contexto atual, trata-se de um espaço neutro, despolitizado, no qual voluntários e organizações suprem, de modo fragmentado e focalizado, carências sociais diversas. Este esvaziamento político do trato das expressões da *questão social* nos leva a afirmar que esta é uma intervenção socialmente irresponsável, que transforma sujeitos de direito em beneficiários. O sujeito de direitos dá lugar ao “usuário de serviços”, sendo alvo da filantropia. Tonet (1997) alerta para que o novo conceito de sociedade civil não seja confundido com democracia e acrescenta que a luta pela democracia é processo importante para a transformação da sociedade; mas todas essas lutas devem ser articuladas para a emancipação humana<sup>52</sup>.

O Programa Comunidade Solidária, implantado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso através do Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, adotou como ideologia o discurso da solidariedade, fundamentado em uma utópica ausência de classes antagônicas dentro de uma relação produtiva. Este programa atuou como ferramenta de desmonte das políticas sociais no sentido universal de direitos e de cidadania e foi um exemplo da relação desse governo com o conceito de seguridade da Constituição de 1988: instituiu-se por fora do sistema e ignorando a Lei Orgânica da Assistência Social, “contribuindo para a desintegração do padrão de seguridade, preparando o terreno para uma redefinição dos programas sociais de perfil seletivo e focalizado” (BEHRING, 2003 ,p.108). Segundo a secretaria do programa, este não era responsável pela política de assistência social do país, mas apenas um programa de combate à pobreza e à fome. Essa definição vem a confirmar a idéia de que se tratava de uma ferramenta para instituir a ideologia da solidariedade como pilar básico para uma filantropia, passando, este programa, por cima das instituições devidamente constituídas.

As lutas da classe trabalhadora nos anos de 1980 foram marcadas por um conteúdo anticlassista, quando ocorriam no Brasil as mudanças no mundo

---

<sup>52</sup> Sobre o tema emancipação humana e emancipação política, ver a obra “A questão Judaica” de Marx (2000).

do trabalho e o desmonte dos mecanismos de proteção social. Segundo Mota (1995), as lutas coletivas dos anos de 1980 assumiram uma postura de movimentos de solidariedade no interior da classe trabalhadora, ao passo que as lutas típicas dos movimentos do mundo do trabalho passaram a ter um caráter de luta nos moldes de “salve-se quem puder”. Essa postura gera enfraquecimento da classe trabalhadora, destrói o sentimento de solidariedade no interior dessa classe, que é persuadida pela idéia do “fim da história” e de que a única saída para a humanidade é a solidariedade entre as classes, ou seja, os trabalhadores são dominados subjetivamente pelos projetos da classe dominante.

Gusmão (2000) aborda o tema solidariedade através do conceito de hegemonia em Gramsci. A solidariedade é utilizada como elemento para a obtenção da hegemonia. As empresas buscam conquistar a hegemonia como classe dominante, construindo um conformismo diante de seus objetivos, impedindo que as diferenças provoquem um abalo em seu domínio. Dessa forma deixa de existir a solidariedade no interior da classe trabalhadora, que funcionaria como elo entre seus membros na luta por seus direitos, para funcionar como sendo a única alternativa para proporcionar a paz entre os homens. A autora em pauta afirma que os trabalhadores consentem com a perda de seus direitos em troca da permanência de seus empregos. Significa então que os trabalhadores devem prestar solidariedade aos empresários, para evitar o desemprego. Devem colaborar com os donos do capital pela via do consentimento, da concordância com a perda de direitos.

A proposta de solidariedade implícita no neoliberalismo é vista como uma nova ética, num mundo sem lutas de classe, com ausência de conflitos ideológicos. E, verdadeiramente, a solidariedade existente é entre o Estado e os empresários, que num pacto de ajuda mútua colaboram com seus projetos de interesses próprios. O Estado, ao convocar a sociedade civil para uma parceria, desvia a atenção sobre ele das cobranças pela sua atuação com políticas sociais e, por sua vez, a sociedade civil, representada também pelos empresários, consegue mascarar as formas de exploração e repassar a idéia de “empresa solidária”.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA no ano de 2004, foi apresentado um mapeamento da participação das empresas privadas com fins lucrativos, em atividades sociais voltadas para as

comunidades mais pobres. Foram pesquisadas 871 mil empresas no país distribuídas entre as regiões Norte, Sul, Centro-oeste Nordeste e Sudeste. Destas, 600 mil empresas atuam com algum tipo de ação de responsabilidade social, concentrando-se nas atividades voltadas para saúde, lazer e recreação e qualificação profissional. Isso demonstra o interesse das empresas em atrelar a sua imagem a esse tipo de atividade.

Segundo Peliano (2006), o perfil do atendimento privado ainda é predominantemente emergencial. Em questionamento sobre a realização das empresas que mantêm alguma parceria com outras organizações ou com as próprias comunidades para a realização de suas ações sociais, apenas 14% delas têm parceria com órgãos governamentais<sup>53</sup>. O baixo envolvimento do governo ressalta que essas ações são uma realização da própria empresa em áreas em que o governo é insuficiente e ineficaz para as necessidades que são de interesse da empresa atender. No entanto essa assistência não possui caráter substitutivo, mas apenas de complementação. Esta complementação é feita de acordo com os critérios da própria empresa, atuando em áreas que são de seu interesse. Isso revela que as necessidades humanas são subjugadas ao interesse do capital. Também é importante salientar que 41% das empresas pesquisadas informaram que a prática de tais ações é feita habitualmente, e 40% informaram que fazem eventualmente. Ou seja, trata-se de ações que não possuem caráter permanente, pois variam de acordo com a disponibilidade de recursos da empresa. Segundo Beghin (2005), um estudo feito sobre os valores aplicados pelas grandes empresas em ações sociais revela que essas aplicações representam menos de 1% das receitas brutas, ou seja, pouco comprometem os seus rendimentos.

Portanto, observamos que a parceria entre Estado – sociedade civil, nas respostas à *questão social*, se baseia num jogo de interesses, no qual a expansão do capital é a prioridade. A preocupação central em praticar ações de responsabilidade social, na verdade é uma alternativa para amenizar os efeitos nocivos das atuais relações de trabalho e manter uma força de trabalho atuante e

---

<sup>53</sup> A pesquisa revela que o baixo envolvimento das organizações com o governo é uma expressão de que as realizações de ações sociais são um trabalho da própria empresa, sem articulação com o governo em qualquer momento de sua atuação.

comprometida com os objetivos para a superação da crise do capital. Nesse papel, as empresas privadas ainda constroem uma imagem de empresa atuante na área social, preocupadas com o bem-estar da classe subalterna e substitutas do Estado, que por sua vez é tido como ineficaz para atuar como provedor das políticas sociais. Soma-se a isso o saldo positivo obtido pelas empresas com o *marketing* feito sobre a prática de responsabilidade social. O objetivo real é fazer com que o consumidor crie uma defesa e até mesmo uma fidelidade para com a empresa que tem, entre as suas atividades, ações de responsabilidade social. Esse interesse pela divulgação vai totalmente de encontro aos princípios filantrópicos pregados originalmente pela Igreja, em obediência a um preceito cristão.

Vassallo (1998), relatando as empresas que praticam ações de responsabilidade social, assegura que não basta fazer o bem. É preciso mostrar que ele é feito. E acrescenta que “o silêncio na hora de fazer filantropia deixou de fazer sentido” (VASSALLO, 1998, p.24). Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, afirma que “agir com responsabilidade social está se tornando cada vez mais um diferencial competitivo” (BERNARDI, 1999, p.82). Dessa forma se revela claramente o interesse econômico em manter a reprodução da força de trabalho e consumidores fiéis, o que representa a sustentabilidade para a expansão do capital.

Meneses (2007) faz uma análise crítica sobre a “economia solidária”, revelando que os princípios que sustentam essa proposta é a visão de um capitalismo justo e humanitário. Aponta que seus defensores propõem uma renovação e humanização desse capitalismo, inserindo valores como solidariedade, reciprocidade e co-responsabilidade e que, “com a incorporação destes princípios éticos abstratos, conquista-se um novo sentido para o dinheiro: a moeda é um meio, não um fim.” (p.78). A economia solidária se expressa no somatório da fuga da realidade contemporâneas e das doutrinas e formações sociais que antecederam o modo capitalista de produção, no qual o sentido primordial da moeda era facilitar a troca. Os argumentos e fundamentos da economia solidária requerem outra humanidade, e que esta seja purificada para uma reforma moral e sem conexões com a economia real e concreta da contemporaneidade; traz em seu escopo um descaso pela universalização dos direitos.

O terceiro setor encontra dentro do escopo da economia solidária o locus ideal para a sustentação de sua proposta conservadora de proteção social. Os ideólogos do terceiro setor camuflam a realidade, apregoando que uma nova civilização é possível, e suas práticas possuem um caráter conciliador, avesso à ruptura com a ordem do capital. A concepção teórica e política por eles defendida tem obtido, por parte das franjas das pequenas burguesias e dos pobres, significativo engajamento e generosas contribuições. Segundo Menezes (2007), as pessoas que vivem com até 2 salários mínimos doam 3,6% do seu rendimento, e na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde há uma predominância de uma população pobre, existem 430 comitês, sendo 95% dos seus membros das classes D e E. A ideia é de que quem não tem recursos doa seu tempo.

A ilusão vendida pela economia solidária de que “um outro mundo é possível” sugere, de acordo com a autora em pauta, duas intenções de caráter ideopolítico: a primeira é pensar a economia solidária como um gesto de humanidade, beneficência e até um mecanismo de sobrevivência. A segunda é que apesar de a economia solidária se constituir um projeto político para pobres, na realidade visa auxiliar as entidades que integram a economia solidária, através do crédito de incentivo ao empreendedorismo.

O terceiro setor no Brasil, no qual se inserem também as práticas de responsabilidade social empresarial, vem reforçando o reordenamento das esferas pública e privada na prestação de políticas sociais condizentes com os princípios dos organismos internacionais.

A partir dos pressupostos apresentados acima, consideramos as ações de responsabilidade social uma estratégia do capital para superar a sua crise e manter a sua hegemonia, ou seja, estratégias para manter a hegemonia da classe dominante sobre a classe subalterna.

### 3.4 - O trabalho voluntário como prática de responsabilidade social corporativa

Dentro desse contexto da proposta neoliberal, em que a sociedade civil se articula para garantir seu bem-estar e recuperar espaços de ação e relações

sociais coesas e eficazes, através de ações de responsabilidade social, surgem as Organizações Não Governamentais – ONGs, as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, além das entidades sem fins lucrativos, as organizações de moradores, entre outras. Todas com o intuito de atender às questões voltadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, defesa dos direitos de grupos específicos da população, como mulheres, negros, crianças e povos indígenas, ou ainda a proteção do meio ambiente, a promoção da cultura, do esporte e lazer. Figuram também nesse quadro de protagonistas o trabalho voluntário, no qual cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento em causas sociais.

O termo voluntariado exige algumas considerações sobre seu entendimento. Pereira (2003) afirma que em primeiro lugar é preciso fazer uma distinção entre “voluntariado” e “organização voluntária”. Assim, a autora em pauta define que voluntariado ou trabalhadores voluntários “são pessoas que não recebem remuneração pelo que fazem, ainda que possam ser reembolsadas pelos gastos que efetuam no exercício de suas ações” (id., ibd., p.89) No entanto, em reportagem feita por Rodrigo Vieira da Cunha<sup>54</sup> (2001), intitulada “Profissão: fazer o bem”, ele faz referência a profissionais que atuam na área social, que são chamados de empreendedores sociais<sup>55</sup>. Estes assumem que trabalham na área social por opção, justificando que podem fazer um melhor trabalho social em virtude de atuar onde os braços do governo não conseguem chegar, e que este deve lidar com regulamentação, execução e policiamento, mas não com assistência social. Para eles, este é um trabalho para quem tem mais agilidade, corroborando então, a ideia de que o Estado é incompetente para tratar de problemas sociais. Com referência ao salário ganho, estes empreendedores sociais afirmam que recebem, em média, mensalmente a quantia de R\$ 6.000 a R\$ 8.000, evidenciando assim que não se trata de um trabalho voluntário, mas sim de uma nova oportunidade de mercado de trabalho. Contradizendo essa informação, o autor afirma que os empreendedores

---

<sup>54</sup> Rodrigo Vieira Cunha é jornalista da Revista Você s.a.

<sup>55</sup> São classificados de empreendedores sociais as pessoas que têm um projeto inovador na área social e conseguem vender essa idéia a uma organização do terceiro setor, a qual, de posse dessa, passa a angariar recursos, junto ao Estado ou instituições internacionais, para a sua implantação.

fazem “um trabalho de formiguinha: silencioso, cotidiano e, na maioria das vezes que nada exige em troca, além de garantir melhores condições de vida às pessoas de baixa renda ou abandonadas pelo Estado” (CUNHA, 2001, p.56).

Já a organização voluntária, segundo a autora,

é uma entidade não oficial cuja criação não foi determinada por lei parlamentar, mas pela decisão de um grupo de pessoas que deseja praticar ajuda mútua, promover ou proteger seus próprios interesses, prestar serviços a segmentos particulares da população, ou fazer campanhas em prol desses segmentos e defender causas sociais ou políticas( JOHNSON,1990 apud PEREIRA, 2003, p.89).

O que podemos observar é que, abrigadas sob essa titulação, estão muitas organizações do difuso terceiro setor, que atuam como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e que, embora tenham fins lucrativos, não devem ter vínculos empregatícios com os voluntários, mas que nada impede de recompensá-los financeiramente. A Lei nº 9.790 de março de 1998, que cria estas organizações, ainda é mais confusa quando define que seus lucros devem ser aplicados na própria instituição e que estas são isentas de Imposto de Renda, embora recolham Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS. Concordamos com a citada autora quando ela defende que as tipologias adotadas para enquadrar conceitualmente o setor voluntário continuam sendo ainda muito problemáticas.

Sobre as atividades realizadas pelo trabalho voluntário, deve-se distinguir entre indivíduos que o fazem por conta própria e os que atuam em atividades criadas pelas empresas. Dentre os grupos de voluntários que atuam por conta própria (PEREIRA, 2003) estão os que se distinguem de acordo com o perfil das ações empreendidas, que são: 1- os grupos que atuam numa base territorial pequena, com o intuito de cultivar relações de vizinhança a fim de criar centros de apoio e prestação de serviços, tais como creches, vigilância de ruas e programas de ajuda aos pobres; 2- a autoajuda ou ajuda mútua, na qual pessoas com problemas compartilháveis se organizam visando encontrar soluções para suas problemáticas. Estas iniciativas, que se constituem, tanto como argumentos de defesa como de acusação, são estratégias de democracia, muito embora com conotações diferentes.

O fato é que elas se tornaram lugar-comum hoje no Brasil, pois dentro dos preceitos neoliberais, passam a ser uma forma de as classes subalternas assumirem sua própria vida, diminuindo a dependência do Estado; 3- os grupos de pressão, que atuam junto a autoridades públicas, instigando-as a se comprometerem com os problemas de ordem social das minorias. Sua principal atividade é tentar influenciar as diretrizes das políticas, visando à criação de leis que favoreçam a provisão social.

O voluntariado no Brasil vem figurando nas ações sociais do Estado desde o ano de 1942 com a criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, com o então denominado Programa de Voluntariado. Esse programa se propunha a executar ações de assistência social, para o suprimento de necessidades de sobrevivência que cresciam nos centros urbanos do país, em virtude do avanço da industrialização. Era preciso atender de alguma forma a população excluída econômica e socialmente e, ao mesmo tempo, esmorecer qualquer movimento reivindicatório que surgisse dessa população. Muito embora tenha se propagado que a criação da LBA tenha se dado para atender as famílias dos combatentes na Segunda Guerra Mundial<sup>56</sup>, há fortes indícios de que tenha sido instituída realmente para atender à grave situação de pobreza em que se encontravam os centros urbanos do país. Existia no interior da LBA um viés puramente político, pois foi a partir daí que teve início a mobilização do voluntariado das primeiras-damas. Essas passaram a usar os agentes voluntários em pesquisas e na busca de apoio a outras instituições como hospitais, sanatórios, escolas e asilos. Araújo (2008) afirma que esses agentes não se apercebiam de que as funções que exerciam não eram somente um ato assistencial, mas fortemente um ato político a favor das primeiras-damas e seus respectivos maridos. O então presidente Getúlio Vargas, com o Programa de Voluntario não conseguiu reverter o quadro de pobreza do povo, mas não podemos negar que conseguiu agregar os brasileiros para o trabalho social mediado pela LBA.

Em 1979, ainda no governo do presidente Geisel, foi instituído o Programa Nacional do Voluntariado – PRONAV, que tinha por objetivo “atender a

---

<sup>56</sup> Na década de 1940 o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial devido a interesses políticos e econômicos, com a presença de brasileiros nos combates ocorridos na Itália.

população que se encontrava à margem dos benefícios previdenciários: os desempregados e os trabalhadores informais e as suas famílias” (ARAÚJO, 2008, p.208). Dentre as atividades que realizava, constavam as campanhas de natureza temporária, ações específicas para as famílias de baixa renda e incentivo à participação das comunidades. Como estávamos vivendo o período de regime militar, as ações dos voluntários eram fortemente vigiadas, principalmente em termos filosóficos, o que fez com que este Programa fosse transformado em núcleos com maior ingerência política. A principal intenção do PRONAV era o “ajustamento social dos excluídos” (id., ibd., p.216), diminuindo as tensões, numa vertente desprovida de crítica.

No interior do Programa Comunidade Solidária, criado em 1995, foi criado o Programa Voluntários, cuja concepção era “promover, valorizar e qualificar o voluntariado brasileiro” ( Programa Voluntários, 2002 apud ARAÚJO, 2008, p.237). Este programa, semelhantemente aos anteriores, trazia uma ênfase na participação e na solidariedade, tendo em vista que o voluntariado no processo histórico brasileiro sempre se baseou em valores cristãos com atos de benemerência. Vale salientar os interesses político-econômicos inseridos no Programa e que orientaram a assistência social no país: “são ações pontuais, emergenciais e fragmentadas[...] produto das inadequações de redistribuição de renda e de reduzidas ações assistenciais.” (ARAÚJO, 2008, p.239).

A prática do voluntariado empresarial é tida como uma necessidade de monitorar e adaptar as políticas de gerenciamento de pessoas. Para os empresários, o estímulo ao voluntariado nas empresas traz vantagens tanto para os patrões, pois “incentiva o altruísmo, cria um “colaborador”<sup>57</sup> mais comprometido, mais motivado e mais preparado para executar trabalhos em equipe” (FRANÇA, 2006, p.1), como para os empregados, que, segundo o autor em pauta, ganham mais visibilidade, podem passar da condição de liderados a líder e têm a oportunidade de demonstrar habilidades geralmente imperceptíveis em seus

---

<sup>57</sup> O termo “colaborador” foi inserido no vocabulário corporativo com o intuito de incutir nos trabalhadores que eles não são meros empregados, e portanto devem colaborar com o empregador, e que esta colaboração deve incluir até a perda de direitos em troca de sua permanência no emprego.

cotidianos profissionais. Partindo deste pressuposto é que as ações de responsabilidade social realizadas pela empresa são, em grande parte, feitas pelo trabalho voluntário de seus próprios empregados, sustentadas pelo discurso da solidariedade aos mais necessitados, no qual observamos uma intensificação da exploração da *força de trabalho*. Segundo Carneiro (2006), trata-se de uma forma subjetiva do controle do capital sobre o trabalho.

Referindo-se a essa exploração da força de trabalho, lembramos o pensamento gramsciano, no qual se ressalta que a consciência humana é o resultado de uma relação social. A consciência humana sofre as influências do ambiente em que ela vive. A classe dominante usa sua ação política e ideológica para obter a hegemonia<sup>58</sup> sobre a classe subalterna. Seu intento é usá-la de modo que possa produzir uma maior lucratividade por meio de uma intensificação da exploração da força de trabalho. A classe dominante obtém um grupo de trabalho motivado em decorrência do despertar do sentimento de solidariedade para com os mais pobres e, ainda, uma imagem de empresa socialmente responsável perante consumidores e acionistas.

Segundo Pereira (2003), a valorização do voluntariado ajuda a consolidar a idéia de que deve existir uma sociedade de bem-estar, em vez de um Estado de bem-estar. Portanto, esta “sociedade de bem-estar” é formada pelo conjunto de Estado, organizações voluntárias, empresários, vizinhança de bairros e, até o núcleo familiar. Nesse misto de atores, o Estado perderia a sua proeminência, sendo reduzido ao papel de estimulador ou provedor, quando necessário. Destacamos, conforme Pereira (2003), o poder do discurso neoliberal, que, com um sistema de relações de forças a seu favor, consegue alterar estruturas coletivas, tais como relações de trabalho, sindicatos, cooperativas e até a própria família, desde que se coloquem como obstáculos à lógica do mercado.

Para melhor evidenciar as relações da prática do voluntariado com os demais setores de bem-estar, Pereira (2003) ressalta que sua atuação se dá com

---

<sup>58</sup> “ a noção gramsciana mais profunda de hegemonia é a que se traduz numa reforma intelectual e moral... como algo que opera não só sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, as orientações ideológicas e o modo de conhecer (GRUPPI,1991 apud GUSMÃO, 2000, p.99).

o setor informal o setor mercantil e com o Estado. Sua atuação como setor informal, se dá com a ajuda aos domicílios, no sentido de aliviar o sustento dos cuidados familiares, sob a forma de apoio psicológico e de recursos materiais. A ajuda financeira para que tais atividades sejam desenvolvidas vem de diferentes fontes, inclusive dos governos.

Com o setor mercantil, os voluntários trabalham em organizações voluntárias que geralmente recebem isenções fiscais e suporte financeiro do Estado e também de instituições privadas. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES financiou, durante o período de 1999 a 2001, 128 milhões de reais para oitenta e um projetos de apoio a crianças e adolescentes de instituições públicas e privadas. Esse montante foi direcionado a empresas criadas pelos chamados empreendedores sociais, que passam a trabalhar em um projeto criado por eles e financiado pelo Estado, e que após o período de investimento para implantação do projeto, passam a vender esse serviço ao seu público-alvo, ou a particulares, e até mesmo para o Estado.

A atuação do voluntariado com o Estado no Brasil, em sua maioria se dá através de instituições religiosas, que buscam o apoio do governo, estabelecendo uma interdependência, condicionando a sua continuidade à disponibilidade desses recursos financeiros.

Diante do exposto, fica evidente a interdependência do setor voluntário com o Estado e até com o mercado, gerando problemas assim descritos por Pereira (2003, p.95):

- a) Desigual cobertura das ações, tanto geograficamente quanto demograficamente e socialmente;
- b) Falta de eficaz coordenação e de estabelecimento de linhas mestras que evitem duplicações de iniciativas;
- c) Ausência de poderes para garantir direitos e de suficiente credibilidade para sustentar causas impopulares.

Fundamentado numa intenção neoliberal de privatizar as políticas públicas e demolir os direitos, o setor voluntário não percebe as contradições e os conflitos de interesses. Compreende que a sua atuação não passa de um arranjo funcional para atender às necessidades mais precípuas das comunidades pobres,

sob o manto da solidariedade. Passa-se a achar que a perda de direitos e a privatização das políticas públicas é algo natural, e que se não fosse a privatização desses serviços, não se faria algo tão eficiente e inovador. Mas, sob uma visão crítica, concordamos com a autora quando ela afirma que “as ações do setor voluntário são imprevisíveis, instáveis, incompletas, sem condição de garantir direitos e, em várias situações, opressoras e excludentes” (PEREIRA, 2003, p.97). Fica evidente que as iniciativas do voluntariado, seja ele independente ou ligado a uma instituição, não são capazes de resolver o problema da pobreza no país, ou até mesmo de serem mais eficazes em sua atuação. Ainda mais grave, afastam os assistidos da luta pelo reconhecimento e garantia de direitos. Trata-se de uma articulação do poder e domínio burguês, que por meio de programas sociais passa a reconhecer na pobreza não só um entrave para a expansão do capital, mas também um fator de instabilidade política (CESAR, 2006). É assim que, para adequar a força de trabalho às novas exigências do processo de produção, as expressões da *questão social* se colocam entre as preocupações dos empresários.

## CONCLUSÃO

Nas últimas décadas ampliou-se o debate acerca das políticas públicas sociais no Brasil, em um contexto de luta pela democratização do Estado e da sociedade. Desde os anos de 1980, é possível observar a presença de novos interlocutores no campo das políticas sociais. Mas foi nos anos de 1990 que se introduziu no cenário político a participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, implementação e no controle social das políticas públicas. Assim, vem ganhando força a idéia de constituição de espaços públicos onde possam participar novos sujeitos. Diante do novo cenário surge um espaço filantrópico organizado por empresários do país e, por vezes, com empresas multinacionais que se propõem a atuar numa ação social voluntária, referenciada numa proposta de responsabilidade social para com a população mais pobre.

O ativismo social do empresariado traz para a população um novo entendimento sobre solidariedade, o qual se insere nos debates sobre os profundos níveis de pobreza que assolam o país. A relevância desse conceito se deu

juntamente com o processo neoliberal, que visa desregulamentar o público-estatal da economia de mercado, cujo funcionamento aprofunda as expressões da *questão social*. No atual contexto econômico e político do país, as práticas de responsabilidade social corporativas vêm proporcionando um errôneo entendimento de solidariedade, em virtude da ampliação da participação popular, que se dá em detrimento da retração das políticas públicas, especialmente as que representam as vias de acesso fundamentais à sobrevivência das populações pobres do país, e que, segundo a nossa Constituição, apreendem direitos e garantias no campo social.

A palavra “solidariedade” circula numa linguagem conotativa de “disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa” (PAOLI, 2002). Sob a beleza do termo solidariedade, corroborado pelo ideário neoliberal, instalou-se na opinião pública uma demanda secundária por uma atuação estatal. Solidariedade era requerida, então, exatamente no momento em que os governos dos anos de 1990 eram impelidos a livrar-se dos investimentos em obrigações públicas de proteção, bem como de garantias de direitos sociais. Em face desse quadro, a classe elitizada do país se convence de que, as políticas públicas podem ser realmente minimizadas diante de um Estado em crise financeira. Essa linha de pensamento se considera autosuficiente para tratar de políticas sociais, desobrigando o Estado de uma tarefa que é por ela considerada subalterna aos interesses do capital, e que na história do país sempre foi tratada de modo filantrópico. Portanto, passar de ações filantrópicas para ações de solidariedade, na ótica da classe dominante, foi uma grande evolução no tratamento das sequelas da *questão social*.

Esse quadro de imposições econômicas, políticas e culturais requerer um novo entendimento sobre sociedade civil, que é traduzido como organizações não governamentais – ONGs. O conceito sobre ONGs é ainda muito difuso, embora se denomine como organizações privadas sem fins lucrativos e que se organizam em favor dos direitos. A partir de então, houve um deslocamento do ativismo político pela justiça social para o ativismo civil pautado na solidariedade. A estratégia das ONGs é representar as demandas populares em negociações práticas, discutidas tecnicamente com os governos, dispensando a participação da

população, e dessa forma esmorecendo os movimentos sociais<sup>59</sup> que eram fortemente politizados por demandas de ações públicas.

A partir dessas considerações, discutimos a idéia hoje disseminada de responsabilidade social partilhada entre organizações, Estado e a entrada do empresariado no terreno do ativismo social. O destaque dado ao empresariado advém do seu intercâmbio com o público e dos argumentos que trazem no bojo do seu projeto, que são assim evidenciados: 1-as empresas que se denominam empresas cidadãs, atuam no sentido de promover a justiça social; 2- realizar filantropia contribui para reduzir as expressões da questão social; 3- a adoção de programas sociais pelos empresários indica uma forma de buscar o consenso junto à classe trabalhadora e às comunidades. É possível perceber que, essa mobilização do empresariado afasta uma consciência crescente de direitos universais, oculta políticas que aprofundam a pobreza e as desigualdades, e desorienta politicamente a sociedade brasileira para a ocupação de um espaço público que é vantajosamente ocupado pela classe dominante.

Partindo desse pressuposto, pudemos observar que o empresariado busca sua legitimação dentro do terceiro setor como parte da nova e heterogênea sociedade civil brasileira, denominado pelo então ministro Bresser Pereira de público não-estatal. A retórica empresarial procura diferenciar seus fundamentos das bases neoliberais, muito embora aceite a ideia de uma rejeição da política de classes, Estado interventor, segurança estatal aos direitos sociais, a politização da questão social, somados às idéias gerais de modernização e eficácia do governo gerencial democrático (PAOLI, 2002). A proposta do terceiro setor é a criação de uma sociedade organizada pela ação solidária privada. As políticas sociais são transformadas em “investimento em capital humano” (PAOLI,2002, p.384), e dependem da execução da eficiente e eficaz gestão das ONGs, sob o argumento de que estas sabem bem utilizar os recursos financeiros.

---

<sup>59</sup> A estruturação das ONGs no Brasil, segundo Paz (1997), data das décadas de 1960 e 1970, anos em que vivíamos o período de ditadura e repressão, quando surgem as primeiras ONGs acompanhando um movimento característico da sociedade da época de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão.

A presença pública do empresariado no cenário brasileiro, responsabilizando-se pelo trato da questão social, leva a uma série de questões a respeito das transformações e sentidos da relação entre o público e o privado. É nesse contexto que se assiste à redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias dos direitos sociais de um lado e, de outro, à abertura de um espaço às ações privadas. Empresas e Estado se encarregam de instituir modos legítimos de desconstruir os direitos sociais, apelando para a participação social dos atingidos. Em contraposição ao que prega sobre as políticas públicas estatais, por serem ineficientes e criarem cidadãos acomodados, as ações de responsabilidade empresarial são vistas como seu oposto, operando com a racionalidade própria da gestão mercantil, e ainda conseguindo realizar o milagre da solidariedade.

Buscando ocupar os espaços abertos a instituições privadas, a Fundação Abrinq<sup>60</sup>, pioneira a abrir espaços para a mobilização empresarial através da criação de projetos e também da captação e repasse de recursos. As empresas que buscam obter o selo da Fundação Abrinq<sup>61</sup> obtêm também uma grande vantagem para a própria empresa, pois reforçam a imagem institucional de uma empresa cidadã. Com isso as ações sociais passam a fazer parte não só das operações de lucro, mas “também do poder social sobre as comunidades em que atua, sobre as relações de trabalho que contrata e sobre as causas que abraça” (PAOLI, 2002, p.394). E o interesse por ações filantrópicas é revelado pelo crescente número de empresas que investem no social. O que não se pode garantir é a avaliação do impacto dos programas realizados em comunidades carentes, pois os dados são contabilizados sempre pelo retorno mercantil, o que termina por deixar sem informações concretas sobre quais mudanças realmente foram operadas.

O que de verdadeiro se visualiza, neste movimento de conscientização social por parte dos empresários, é a falta de um espaço público

---

<sup>60</sup> A Fundação Abrinq foi fundada em fevereiro de 1990, a partir da mobilização da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e estimulada pelo empresário Oded Grajew. Apoiada sobre valores éticos de competição mercantil, procura mobilizar as empresas para uma responsabilidade social ampla para com seus funcionários e comunidades circunvizinhas.

<sup>61</sup> O selo da Fundação Abrinq se concentra na campanha pelos direitos das crianças em segmentos acusados de exploração do trabalho infantil, que no Brasil ocorre em setores como o carvão, cana-de-açúcar, tabaco, laranja e calçados. (PAOLI, 2002).

que garanta direitos universais, bem como a demanda por direitos, partindo das classes subalternas, o que termina por perpetuar a condição de dependência com a reposição da hierarquia.

Portanto, o modo de funcionamento das ações de responsabilidade social empresarial reproduz uma prática tradicional e conservadora: transforma cidadãos potencialmente capazes de ser sujeitos de direito em meros receptores de favores e de generosidade. Sob esse ângulo, a diferença do antigo modo de se fazer filantropia e o que se realiza nos dias atuais está nos tipos de programas adotados e nos objetivos de quem os cria. Diante dessa constatação, emerge o ponto central desta pesquisa, na qual concluímos que as ações de responsabilidade social são, na verdade, estratégias de tentativa de mascarar o caráter destrutivo do capital e, portanto, vêm a ser também um mecanismo para potencializar a hegemonia da classe dominante, sob o manto da solidariedade, numa reedição das práticas filantrópicas justificando a sua primazia diante das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLE, G.G. **A saúde no Brasil**: Cartografia do Público e do Privado. Campinas, São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.

AMARAL, M.V.B. **O Averso do Discurso**. Análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Nº 50, ano XVII, p. 78-86, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 5ª Ed., São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_ Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistente Social**, Módulo I, CEFESS-ABEPSS-CEAD- UNB, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_ Trabalho e precarização numa ordem neoliberal, in: **Cidadania negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho, p. 35-48, São Paulo:Ed. Cortez, 2001.

ARAÚJO, J.M. **Voluntariado**: na contramão dos direitos sociais. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

BATISTA, A. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 61, ano XX, p. 63-90, São Paulo: Ed. Cortez,1999.

BEGHIN, N. **A filantropia Empresarial**. Nem caridade, nem direito. Coleção questões da nossa época, Nº 122. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

BEHRING, E.R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistente Social**, Módulo III, CEFESS-ABEPSS-CEAD- UNB, Brasília,2000.

\_\_\_\_\_ **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_ Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Nº 73, ano XXIV, p. 101-119, São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

BEHRING, E.R. e BOSCHETTI, I. **Política Social**. Fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social, Vol.2, São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

BERNARDI, M. A., Você pode ajudar. In: **Revista Você s.a.**, Jan., p.82-85, São Paulo: Ed. Abril,1999.

BOBBIO,N. **A Era dos Direitos**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus,1992.

BORON, A. et alii. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**, p.63-118, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.1995.

BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUSTELO, A.F. Funcionários felizes, empresários satisfeitos. In: **Revista SESI Gestão Social**. p.13-14, nº 94, Ano 10, Jan. Brasília: Ed. UNICOM, 2007.

BUSSINGER, V.V. Fundamentos dos direitos humanos, In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº53, ano XXIII, Mar, p. 9-45, São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

CARNEIRO, R.M.S. **Controle da Qualidade e Qualidade de Vida**: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos de 1990. Tese de doutorado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

CASTRO, A.T.B. Esfera pública como espaço de cidadania. In: FREIRE, L.M.B.; FREIRE, S.M.; CASTRO, A.T.B.(orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. p.117-138, São Paulo: Ed. Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

CAVALCANTI, S.A.U. Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº68, ano XXII, Nov., p. 34-53, São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

CESAR, M.J. A intervenção social das empresas no Brasil. In: FREIRE, L.M.B.; FREIRE, S.M.; CASTRO, A.T.B.(orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI, p.183-201, São Paulo: Ed. Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

CHASIN, J. **O método Dialético**. Mimeo

CHESNAIS, F. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. In: **Outubro**, nº16, São Paulo, p.11-33, Ed. Alameda, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, **Revista Gestão Social**, nº 94, São Paulo: CNI, janeiro de 2007.

CONGRESSO NACIONAL. Lei Nº 9.790/99.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Promulgada em 5 de outubro de 1888.

COUTINHO, C.N. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em :<<http://www.acesa.com/Gramsci/?>>. Acesso em 17/7/2008.

\_\_\_\_\_ **Dualidade de poderes**, São Paulo: Ed. Brasiliense,1987.

CORREIA, M.V.C. O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismos de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Tese de Doutorado, UFPE, 2005.

CUNHA, R.V. Profissão: fazer o bem. In: **Revista Você s.a.**, Jan., p.54-60,São Paulo: Ed. Abril, 2001.

DEGENNSZAJH, R.R. . Organização e gestão das políticas sociais no Brasil. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistente Social**, Módulo III, CEFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, Brasília, 2000.

DIAS, E.F. Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classe. In: **Outubro**, nº01,p. 45-52, São Paulo: Ed. Xamã,1998.

\_\_\_\_\_ **Política Brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2006.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 81, ano XXVI, p. 82-101, São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

FAGUNDES, H.S. As repercussões do voluntariado e da solidariedade nas políticas sociais no Brasil. In: **Sociedade em Debate**, Rio Grande do Sul, Vol.12, nº33, Junho, Ed. EDUCAT, 2006.

FALEIROS, V.P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistente Social**, Módulo III, CEFESS-ABEPSS-CEAD- UNB, Brasília, 2000.

FRANÇA, C. Voluntariado, o colaborador especial. Disponível em < [www.canalrh.br](http://www.canalrh.br)> Acesso em 20/7/2006.

FREIRE, S.M. As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil.In: FREIRE, L.M.B.; FREIRE, S.M.; CASTRO, A.T.B.(orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI, p.75-97, São Paulo: Ed. Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

GÓIS, J.B.H., SANTOS,A.O., COSTA,I.S. Responsabilidade social empresarial e solidariedade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 78, ano XXV, p. 82-110, São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil**. movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. Coleção questões da nossa época, nº 123, São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

GOMES, A.L. A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 61, ano XX, p. 91-107, São Paulo: Ed. Cortez,1999.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Ed. Boitempo,1999.

GROPPO,L.A. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 91, ano XXVII, p. 143-162, São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

GUERRA, Y.; GRAVE, F.; VAALENTE, J. NASCIMENTO, N. O Debate Contemporâneo da “Questão Social”. In: **Revista Praia Vermelha**, Estudos de Política e Teoria Social, p 240-253, UFRJ, PPGSS, v.12, 1º sem., 2005.

GUSMÃO,R. A ideologia da solidariedade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Nº 62, ano XXI, p. 93-112, São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

HEIDRICH, A.V. Transformações no Estado Capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº5, ano V, Nov.,2006.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro:Ed. Paz e Terra,1996.

\_\_\_\_\_ **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra,1996.

\_\_\_\_\_ **A Era dos Extremos**, São Paulo: Ed. Companhia das Letras,1995.

HOFLING. E. M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. In: **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, Nov., 2001.

IAMAMOTO,M.V. e CARVALHO R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: ED. Cortez,1983.

IAMAMOTO, M.V. A Questão Social no Capitalismo. in: **TEMPORALIS 3** -ABEPSS, Brasília, Ano 2, nº03, Jan-Jun,, p.9 – 30,Ed. Graflina, 2001.

KEYNES, J.M. Keynes, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural,1973.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo, In: LAURELL, Asa Cristina(org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MANDEL, E. A crise do Capital. São Paulo - Campinas, **Ensaio** - UNICAMP, 1990.

MATTOS, M. B. Entregando a mão para não perder os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. In: **Outubro**, nº 01, p. 53-63, São Paulo: Ed. Xamã,1998.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social.” De um prussiano. In: **Praxis**. nº05, Out.-Dez., p. 68-91,1995.

\_\_\_\_\_ Trabalho Assalariado e Capital. **Obras Escolhidas**, Vol.I, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega,1988.

\_\_\_\_\_ **A questão judaica**. São Paulo: Ed. Centauro, 2000.

\_\_\_\_\_ **O Capital**. Crítica da Economia Política.Livro I, Vol.2, 20ª Edição., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária**: Elementos para uma Crítica Marxista. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2007.

METRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MESZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989a.

\_\_\_\_\_A crise estrutural do capital. In: **Outubro**, p. 8-15, São Paulo: Ed. Alameda, 1989b.

\_\_\_\_\_ **Para além do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

MINTO, L. W. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro**: do golpe de 1964 aos anos 90. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

MONTÃO, C. E. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_ **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_ Transformações societárias e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 50, p. 87-132, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: **TEMPORALIS 3-ABEPSS**, Brasília, Ano 2, nº 03, Jan.-Jun, p. 41 -50, Ed. Graflin, 2001.

OLIVEIRA, A. A. ; MOREIRA, C. A. L.; MARQUES, M. S. **Crise estrutural do Capital, Dominação sem sujeito e Financeirização da Economia**. Disponível no site: [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Marcelo\\_Marques.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Marcelo_Marques.pdf). Acesso em: 18/6/2008.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A Redefinição do Padrão de Proteção Social Brasileira. In: **Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**, p. UFRJ, PPGESS, V.14&15, 1º e 2º semestre de 2006.

PAZ, R. D. O. O que é ONG? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 54, Ano XXIII, Jul., p. 176-177, São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

PELIANO, A. M. M. A iniciativa Privada e o Espírito Público. A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília: Ipea/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade civil. In: **SER SOCIAL**, Brasília, nº 6, p.119 - 132, Jan-Jun, 2000.

\_\_\_\_\_ A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 73, Ano XXIV, Mar., p. 75-100, São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_ Esfera Pública como espaço de cidadania. In: FREIRE, L.M.B.; FREIRE, S.M.; CASTRO, A.T.B.(orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. p.98-116, São Paulo: Ed. Cortez; Rio de Janeiro: UERJ,2006.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO – 1995.

POCHMANN, M. et alii. **Os ricos no Brasil**. Atlas da exclusão social. Vol.3.São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

PONTES, L.; BAVA, S.C. As ONGs a as políticas públicas na construção do Estado democrático. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº50, ano XVII, Abr., p. 133-142, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra,1977.

PORTO, M.C.S. **A Condição do Estado Assistencialista no Brasil Pós-Constituinte**. Alagoas: Ed. EDUFAL, 2007.

SEMERARO,G. **Sociedade de massas, sociedade civil e subjetividade**.1997. Disponível em :<<http://WWW.acesa.com/Gramsci/?>>. Acesso em 17/7/2008.

SERRA, R.M.S. A Questão Social hoje . In: **SER SOCIAL**, Brasília, nº 6, p.169-184, Jan-Jun, 2000.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. Biblioteca Básica/Serviço Social Vol.3, São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SINGER, P. O que será socialismo amanhã? In: **Praxis**, nº 08, Mar-Jun, p. 5-29, 1997.

SIMIONATTO,I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez,1995.

\_\_\_\_\_ **O social e o político no pensamento de Gramsci.** 1997. Disponível em : <<http://WWW.acesa.com/Gramsci/?>>. Acesso em 17/7/2008.

\_\_\_\_\_ **Crise, Reforma do Estado e Políticas Públicas.** 1999. Disponível em : <<http://WWW.acesa.com /gramsci/?>>. Acesso em 8.10.2007

SIMIONATTO, I.; PFEIFER, M. Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. In: **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 05, ano V, Nov. 2006.

SIMIONATTO, I.; NOGUEIRA, V.M.R. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº66, ano XXII, Jul., p. 145-164, São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº 68, ano XXII, Nov, p. 54-82, São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

STEIN, R.H. A (nova) Questão Social e as estratégias para seu enfrentamento. In: **SER SOCIAL**, Brasília, nº 6, p.133-168, Jan.-Jun., 2000 .

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

TEIXEIRA, F.J.S., ALVES, G., NETO, J. M., OLIVEIRA M. A. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. As novas determinações no mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

TONET, I. **Sobre o conceito de Sociedade Civil**. Maceió: Ed. EDUFAL, 1989.

\_\_\_\_\_ **Democracia ou Liberdade**. Maceió: Ed. EDUFAL, 1997.

\_\_\_\_\_ **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2005.

TORRES, J.C. Sociedade civil como recurso gerencial ? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 73, ano XXIV, p. 142-156, São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

VASSALLO, C. Fazer o bem compensa? In: **Revista Exame**, nº 09, ano 31, p.23-30, São Paulo: Ed. Abril, 1998.

YASBEK, M.C. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos Abong**, nº 3, São Paulo: Abong, 1995

#### *SITES CONSULTADOS*

<http://www.ipea.gov.br/asocial> - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

<HTTP://www.ethos.org.br> – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

<HTTP://www.canalrh.com.br>- Canal de Recursos Humanos